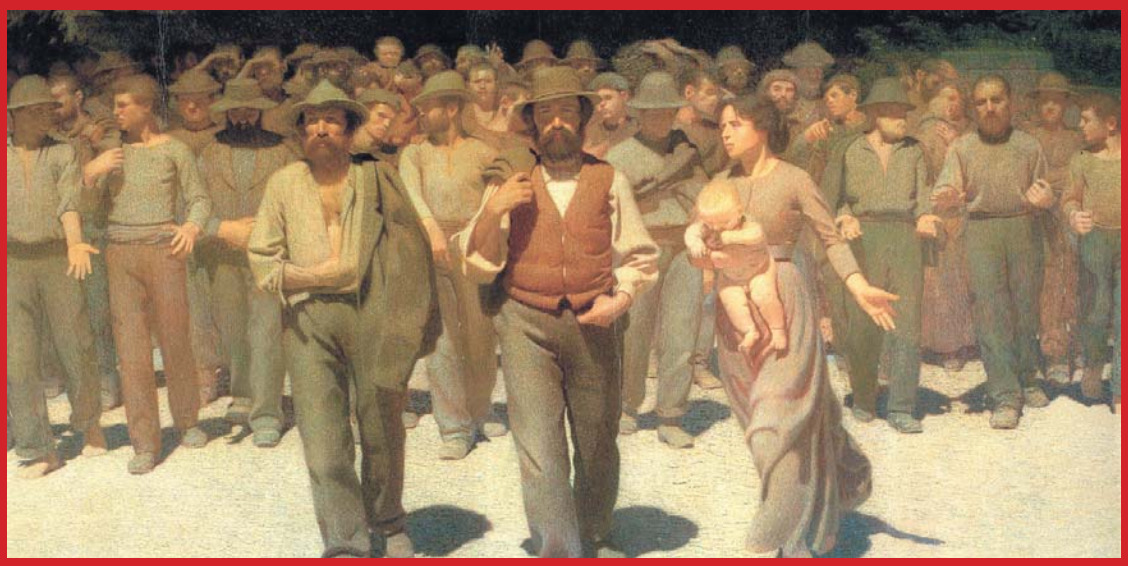
16º Curso Anual do NPC

24 a 28 de novembro de 2010

Rio de Janeiro



O PODER DA MÍDIA NO SÉCULO 21

Teoria • Prática • Experiências

24 NOVEMBRO QUARTA — CENTRALIDADE DA MÍDIA NA DISPUTA DE MUNDO

13 às 16h

A Mídia como elemento central de dominação

- **Dênis** de Moraes (Prof. de comunicação - UFF)
- **Venício** Lima (Cientista Político-UNB)

17h às 20 h

Hegemonia político-cultural dos EUA

- **Marcelo** Santos (Cientista Político-Unesp)
- **Tariq** Ali (Escritor - Jornalista - Historiador - Paquistão)

25 NOVEMBRO QUINTA — MÍDIA NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

9h às 11h30

A década do medo: mídia, violência e UPP

- **Márcia** Jacintho (Rede Contra a violênca)
- Orlando **Zaccone** (Delegado de Polícia)
- **Pedro** Strozemberg (Sub-sec. de def. e prom.dos dir. humanos)
- **MC** Leonardo (Apa-Funk)
- José **Arbex** (Jornalista)

14h às 17h30

Comunicação e valores culturais: África, AL e Brasil

- **Adelaide** Gonçalves (Historiadora - UFC)
- Ademar **Bogo** (MST)
- **Edson** Borges (Historiador - Ucam)
- **Roseli** Goffman (Conselho Federal de Psicologia)

26 NOVEMBRO SEXTA — ANÁLISE DA MÍDIA NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

9 às 11h

O futuro do jornal em debate

- Anibal **Oruê** (Jornalista - Paraguai)
- **Beto** Almeida (Jornalista TV-SUR e TVC - DF)
- **Blanka** Erkout (Parlamentar - Venezuela)
- **Vito** Giannotti (Brasil de Fato e NPC)

11h30 às 14h

A Comunicação Digital e a batalha hegemônica

- **Bernardo** Joffily (Jornalista)
- **Denise** Simeão (Jornalista - COT)
- Renato **Rovai** (Jornalista - Revista Fórum)
- **Sílvio** Mieli (Prof. de Comunicação - PUC - SP)

15 às 16h30

TV pública: potencialidades e limites

- **Arthur** William (Jornalista / NPC)
- **Bia** Barbosa (Jornalista / Intervozes)
- Laurindo Leal Filho - **Lalo** (Prof. Comunicação USP)
- **Martim** Granovisk (Jornalista - Argentina)

16h30 às 19h30

Mídia no Brasil e eleições de 2010

- Altamiro Borges - **Miro** (Centro Barão de Itararé)
- **Gabriel** Mendes (Prof. Comunicação - Facha)
- **Ivan** Pinheiro (Casa da América Latina)
- Gilberto **Maringoni** (Jornalista)
- Valério **Arcary** (Prof. Inst. federal de S. Paulo)

EXTRA

Dia 25, 11h30

HOMENAGEM ÀS MÃES
de vítimas da violência urbana

Dia 25, noite

COMEMORAÇÃO AOS 100 ANOS DA REVOLTA DA CHIBATA E A JOÃO CANDIDO

- Marco **Morel** (Prof. da UERJ)
- Exibição de vídeo / Homenagem aos familiares / • Música e comida africana

27 NOVEMBRO SÁBADO — COMUNICAR NO BRASIL DE HOJE

9 às 11h

Copa, Jogos Olímpicos, Movimentos Sociais e a Comunicação

- **Altair** Guimarães (Pres. Associação de Mor. V. Autódromo)
- **Guilherme** M. Soninho (Pesquisador-UFRJ e NPC)
- **Gustavo** Barreto (Pesquisador - UFRJ e NPC)
- **Maria de Lourdes** Lopes (MNLM- Ocup. Manoel Congo)
- **Maria Lúcia** Pontes (Defensora Pública)

(Debates simultâneos)

11 às 14h

Comunicação popular por seus atores

- **Hamilton** de Souza (Jornalista Caros Amigos)
- **Jusara** Zottis (Associação Cantareira - SP)
- **Rozinaldo** Miani (prof. UEL / NPC)

11 às 14h

Comunicação sindical: desafios atuais

- **Edo** (Sindicato dos Químicos Unificados - SP)
- **Claudia** Costa (Sindicato dos metalúrgicos de S. José)
- Paulo **Donizette** (Revista do Brasil)
- **Marcos Tullio** (Rádio Comunitária Fortaleza / SC)
- **Valter** Sanches (TVT)

28 NOVEMBRO DOMINGO — DOMINGO É DIA DE CINEMA

9h às 13h – Exibição e debate sobre o filme *Ao Sul da Fronteira*

- **O poder da mídia no século XXI e as respostas na América Latina**

- **João Pedro Stédile (MST)**
- **Vânia Bambirra (Cientista Política-RJ)**

ÍNDICE

24/11- Centralidade da mídia na disputa do mundo

✓ **Apresentação: A Comunicação e os desafios do governo Dilma**
Por Claudia Santiago
Jornalista Coordenadora do NPC 5

✓ **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**
Por Dênis de Moraes
Prof. do Depto de Estudos Culturais e Mídia da UFF 7

✓ **Uma guerra impossível de ganhar**
Por Tariq Ali
Escritor, cientista político 12

25/11- Mídia na segunda década do século XXI

A década do medo: mídia violência e UPP

✓ **Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga**
Por Orlando Zacconi
Delegado da polícia Civil do RJ 16

Comunicação e valores culturais

✓ **Educação, cultura e comunicação**
Por Roseli Goffman
Psicóloga – Cons. Fed. Psicologia 18

26/11- Análise da mídia no Brasil e na América Latina

O futuro do jornal em debate

✓ **Ausência de pluralismo: a falta de um jornal popular**
Por Beto Almeida
Jornalista da TV Senado e coordenador da TV Comunitária de Brasília 24

Comunicação digital e batalha da hegemonia

✓ **Crise dos veículos tradicionais**
Por Renato Rovai
Jornalista e editor da revista Fórum 28

✓ **Do tsunami comunicacional à informação como valor**
Por Silvio Mieli
Jornalista e professor de comunicação da PUC-SP 31

TV Pública – Potencialidades e limites

✓ **O poder da TV no Brasil**
Por Laurindo Leal
Sociólogo, jornalista e ouvidor-geral da EBC 34

✓ **O futuro das comunicações passa pela mídia pública**
Por Arthur William
Jornalista / Radialista / NPC 40

Mídia no Brasil e eleições presidenciais de 2010

✓ **A postura da grande imprensa perante o lulismo na eleição de 2010**
Por Gabriel Gutierrez
Professor da Facha e doutorando pelo IUPERJ 42

✓ **Comunicação e desenvolvimento**
Por Gabriel Gutierrez
Professor da Facha e doutorando pelo IUPERJ 46

✓ **Eleições presidenciais 2010: as três faces de um mesmo campo político**
Por Valério Arcary
Historiador e professor do IFSP 51

27/11 - Copa, Olimpíadas, Movimentos Sociais e a Comunicação

✓ **Copa, Olimpíadas, Movimentos Sociais e a Comunicação**
Por Guilherme Marques (Soninho)
Historiador e doutorando do IPPUR/UFRJ..... 57

✓ **Copa, Jogos Olímpicos: O mundo pelos olhos da mídia**
Por Maria Lúcia Pontes
Defensora Pública do Estado do Rio 60

✓ **Uma batalha em curso**
Por Gustavo Barreto
Mestrando da Ufrj, Assessor Unic/Rio e membro da Renajorp 63

Comunicação popular por seus autores

✓ **Arte, cultura, educação e comunicação para um ambiente sustentável**
Por Juçara Zottis
Radialista da Cantareira FM, rádio comunitária da Ass. Cantareira/SP 69

Comunicação sindical:desafios atuais

✓ **A Rede Brasil Atual**
Por Paulo Donizete
Jornalista e editor da Revista Brasil 74

✓ **Jornal O Metalúrgico em Família: um desafio para ampliar a inserção do Sindicato na disputa ideológica do neoliberalismo**
Por Claudia Costa
Jornalista e professora de comunicação da Unisant'anna 77

A Comunicação e os desafios do governo Dilma

Por Claudia Santiago - 05.11.2010

A revista *IstoÉ*, edição da semana que passou, prestou um grande serviço aos seus leitores. Dissecou em suas páginas a história de Dilma Rousseff, a primeira mulher a presidir o Brasil, país com altos índices de espancamento e homicídios de mulheres. O PT poderia pedir permissão à revista e, a partir do material já produzido, fazer um jornal de papel com uma grande tiragem e contar para o povo quem é esta mulher.

As pessoas não sabem. Poucos, apenas os muito bem informados, são os que votaram em Dilma porque ela é a Dilma. A grande maioria votou porque o presidente Lula pediu. E essa maioria está insegura, esperando que alguém converse com ela e diga que votou corretamente. É fácil chegar a esta conclusão. Basta conversar com as pessoas que lêem as manchetes de manhã nas bancas de revistas, com as manicures, com os porteiros, com os funcionários de bares e padarias. "Por que você acha que vai dar certo?", perguntam. Se esperar pelos jornais que fizeram a campanha de José Serra, o PT terá problemas sérios para governar.

Duas questões a serem encaradas

Já está mais do que provado que passou da hora de encarar os graves problemas de concentração midiática no país, sabendo que este não é um problema exclusivamente nacional. O governo Dilma precisa aprender com a Argentina, Venezuela, Bolívia e Equador e não ceder na regulamentação da mídia. Não pode ter medo. Como explica o professor Venício Lima no seu livro Liberdade de Imprensa X Liberdade de Opinião, os movimentos que estudam o comportamento da mídia no Brasil e querem mudanças não estão propondo nada fora do marco do liberalismo.

O governo Dilma precisa, então, encarar rapidamente duas questões: a sua relação com a concentração da informação nas mãos das famílias por nós já bem conhecidas, e sua relação com a mídia alternativa e comunitária. Como o governo Dilma vai se comportar com relação às rádios comunitárias, ao jornalismo público e às diversas iniciativas de comunicação no campo popular? São perguntas que precisam ser respondidas. Rapidamente.

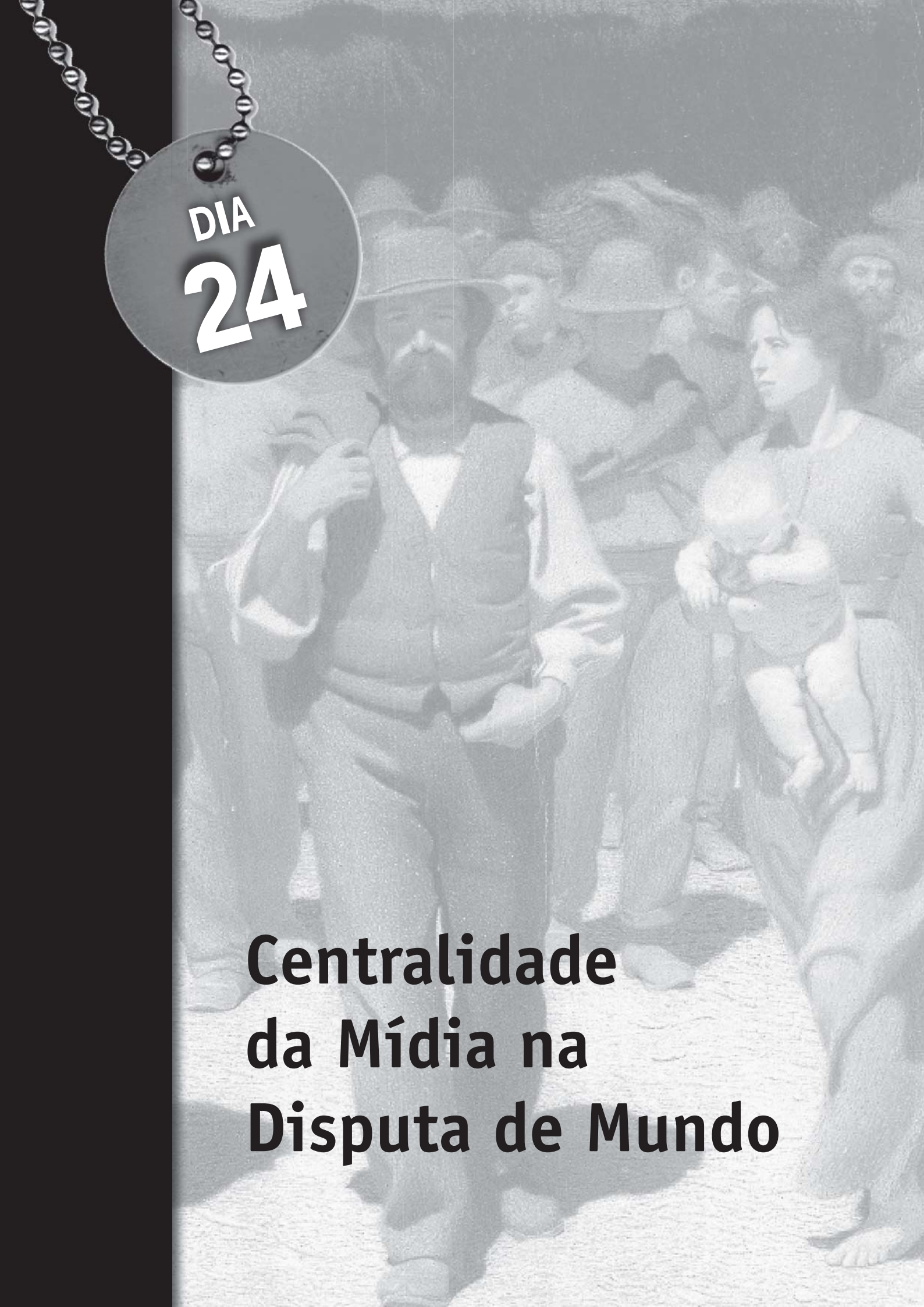
Apostar todas as fichas na Internet é um erro

A internet é fantástica, maravilhosa, cumpriu um papel central nesta eleição: para o bem e para o mal, como gosta o ex-candidato José Serra. Mas serve muito pouco para combater valores arcaicos arraigados na nossa sociedade. Pelo contrário, também ajuda a difundi-los, como a xenofobia, por exemplo. É muita informação, tudo muito rápido, muito passageiro. A utilizam bem os que dependem dela para trabalhar e os que não trabalham. O povo trabalhador se mantém alheio ao que se passa da rede. Pega suas rebarbas. Não interage. E quando chega em casa assiste televisão. Passivamente.

Aqueles que querem uma sociedade baseada em valores solidários não podem abrir mão, pelo menos por um bom tempo, de uma folha de papel distribuída pacientemente de casa em casa, nos locais de trabalho. O jornal Folha Universal é um exemplo que não pode, de maneira nenhuma, ser desprezado. Outra questão que precisa ser encarada definitivamente, sem mais delongas, é o uso do rádio, este velho companheiro que faz a cabeça enquanto se dirige um carro, toma banho, faz comida, bota o papel na impressoras e se exerce tantas outras atividades.

Para muitos, sei, estarei parecendo bem ultrapassada com o que digo. Mas eu não tenho a menor dúvida. Para falar com o povo, precisa de um pedaço de papel, com imagens bonitas, bons títulos, textos gostosos de ler. E, obviamente, uma pauta que lhe diga respeito.

Claudia Santiago é jornalista, estudante do 8º período de História e coordenadora do NPC



Centralidade da Mídia na Disputa de Mundo

Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci

Por Dênis de Moraes

Este artigo ressalta a contribuição do filósofo marxista Antonio Gramsci ao entendimento crítico das batalhas pela hegemonia cultural na sociedade civil. A partir de um estudo das teses de Gramsci sobre a imprensa, analisam-se as implicações do protagonismo ideológico dos meios de comunicação na atualidade. Ao mesmo tempo, baseando-se na noção de contra-hegemonia proposta por Gramsci, o texto avalia espaços e estratégias de difusão comprometidos com a diversidade informativa e o pluralismo.

Hegemonia cultural e poder

O conceito de hegemonia desenvolvido pelo filósofo marxista italiano Antonio Gramsci ajuda-nos a desvendar os jogos de consenso e dissenso que atravessam e condicionam a produção simbólica nos meios de comunicação, interferindo na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder na contemporaneidade. No entender de Gramsci, a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrechoques de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política.

Segundo Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. Portanto, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (GRAMSCI, 2002b, p. 65).

A constituição de uma hegemonia é um processo historicamente longo, que ocupa os diversos espaços da superestrutura ideológicocultural. As formas da hegemonia nem sempre são as mesmas e variam de acordo com a natureza das forças que a exercem. Na perspectiva gramsciana, a hegemonia pode (e deve) ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um bloco histórico que articula e dá coesão a diferentes grupos sociais em torno da criação de uma vontade coletiva - que Gramsci (2000b, p. 17) define como "consciência operosa da necessidade histórica".

Para consolidar sua influência ideológica, o bloco hegemônico precisará conservar os apoios às suas orientações. Conforme Luciano Gruppi (1978, p. 67),uma classe é hegemônica, dirigente e dominante até o momento em que - através de uma classe sua ação política, ideológica, cultural - consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas e impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder.

Portanto, uma direção ético-política eficiente não depende somente da força material que o poder confere. Deve ser alcançada também através de estratégias de argumentação e persuasão, ações concatenadas e interpretações convincentes sobre o quadro social. Pressupõe modificar mentalidades e valores, abrindo caminho a novas premissas éticas e pontos de vista, capazes de agregar apoios e consensos e, assim, afirmar-se perante o conjunto da sociedade. No artigo Socialismo e cultura, de 29 de janeiro de 1916, Gramsci (2004a, p. 56-61) reflete sobre a obtenção gradual de consenso em torno de uma reforma moral e cultural que conduza um bloco de classes ao poder:

Toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de idéias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação.

Uma década depois, nos escritos do cárcere, Gramsci (2002a, p.62-63) volta a tratar da Construção progressiva da hegemonia, defendendo que um grupo social pode e deve ser dirigente antes de conquistar o poder governamental; "depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente". Guido Liguori (2003, p. 181) resume bem o pensamento gramsciano ao explicar que "a plena explicitação da função hegemônica só ocorre quando a classe que chegar ao poder se torna Estado: o Estado serve-lhe tanto para ser dirigente quanto para ser dominante". A partir do momento em que as classes subalternas se tornam realmente hegemônicas, suscitando um novo tipo de Estado, surge a necessidade de construir uma nova ordem

intelectual e moral, isto é, "um novo tipo de sociedade e, consequentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas" (GRAMSCI, 1999, p. 225).

A formação do consenso para a transformação da ordem vigente depende da capacidade das classes subalternas de se converterem em força política efetiva, forjando uma unidade de objetivos que resulte na coordenação de iniciativas e princípios ideológicos. Gramsci sustenta que o movimento operário não conseguirá vitórias duradouras a menos que conquiste a hegemonia no plano das idéias, envolvendo toda a sociedade. Isso requer um empenho político-cultural para equacionar divergências que retardem adesões a um projeto consistente de mudanças.

Ao analisar os embates pela hegemonia, Gramsci distingue duas esferas no interior das superestruturas. A primeira é representada pela sociedade política, conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle dos grupos burocráticos unidos às forças armadas e policiais e à aplicação das leis. Em suas palavras, a sociedade política é o "aparelho de coerção estatal que assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção" (GRAMSCI, 2000a, p. 21, grifos do autor).

A outra esfera é a sociedade civil, que designa o conjunto de instituições responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias enquanto concepções de mundo, compreendendo o sistema escolar, a Igreja, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico, etc.

Sociedade civil e sociedade política se diferenciam pelas funções que exercem na organização da vida cotidiana e, mais especificamente, na reprodução das relações de poder. Na sociedade civil, as classes procuram ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso. Já na sociedade política, as classes impõem uma dominação fundada na coerção. Em somatório, formam o Estado em sentido amplo: sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção. O Estado já não se confunde atavicamente com a sociedade política, enquanto aparelho coercitivo que subjuga as massas às relações de produção, se necessário com o emprego da força militar.

Embora estabeleça distinções estruturais e funcionais entre as duas esferas da superestrutura, Gramsci (2002a, p. 62) indica ser possível ocorrer, em determinado momento histórico, a síntese simultânea de hegemonia e dominação, consenso e coerção, direção e ditadura. É o momento em que fracassa o consenso espontâneo e sobressai a supremacia. Ele explica: A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados (GRAMSCI, 2002a, p. 62, grifos do autor).

A sociedade civil, na ótica gramsciana, engloba as ideologias que circulam pelo real histórico buscando fixar a sua potência, isto é, firmar a sua capacidade de condensar e expressar concepções de mundo com vistas à sua realização histórica. Assim concebida, a sociedade civil se credencia como espaço de hegemonia na medida em que fornece a possibilidade de elevação política dos interesses econômico-corporativos, ou, em outros termos, a passagem dos interesses do plano egoístico para o plano ético-político, universal - passagem, por sua vez, que deriva da configuração dos grupos sociais como sujeitos de pensamento, vontade e ação, capazes, por isso mesmo, de se universalizarem, saírem de si, se candidatarem à direção moral e intelectual e, por conseguinte, à dominação política (NOGUEIRA, 2001, p. 120, grifos do autor).

Implica admitir que se articulam na sociedade civil outras pretensões que não somente as do Estado (em sentido restrito) e das classes dominantes. Definida por Gramsci como arena da luta de classes, a sociedade civil é um âmbito de múltiplas relações de poder e de contradições, lugar de disputas de sentidos entre forças e grupos sociais, "esfera pluralista de organizações, de sujeitos coletivos, em luta ou em aliança entre si, [...] o espaço da luta pelo consenso, pela direção políticoideológica" (COUTINHO, 2000, p. 18). Daí a idéia de arena: um campo de dissonâncias, palco de conflitos e duelos, ora para reforçar o exercício da hegemonia, ora para enfraquecer os consensos firmados. O enfoque gramsciano nada tem a ver com interpretações liberais e socialdemocratas, segundo as quais seria um lugar de harmonização de interesses e de emergência de um terceiro setor situado para além do Estado e do mercado. Para Gramsci, "não só a sociedade civil é um momento do Estado, mas o que nela tem lugar não pode ser compreendido fora das relações sociais que se expressam no mercado" (COUTINHO, 2006, p. 41).

Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nas instâncias coercitivas do Estado, na sociedade civil operam os aparelhos privados de hegemonia, isto é, organismos relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito, que desejam somar consensos e consentimentos em torno de suas proposições.

Criados na intensificação das reivindicações sociais, estes aparelhos congregam a imprensa, os partidos políticos, os sindicatos, as associações, os movimentos sociais, a escola e a Igreja. São os agentes da hegemonia, os portadores materiais das ideologias que buscam consolidar apoios na sociedade civil, seja para manter a dominação, seja para contrariar seus pressupostos.

Funcionam como caixas de ressonância de posições presentes nas pelejas ideológico-culturais. Nem sempre os aparelhos de hegemonia podem ser enquadrados apenas como privados, pois, em situações concretas, orbitam em torno do Estado, são sustentáculos de suas ideias e difusores do senso comum fixado pelo bloco de classes hegemônico e dirigente. O próprio Gramsci explica que "o Estado tem e pede o consenso, mas também educa este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados" (GRAMSCI, 2000a, p. 119, grifos do autor). Em qualquer caso, os aparelhos de hegemonia atuam como difusores e sustentáculos de concepções particulares de mundo, que almejam legitimar-se na sociedade civil.

Segundo Maria-Antonietta Macciocchi (1977, p. 183), Gramsci emprega os termos "aparelho" e "hegemonia" num contexto teórico novo: ele fala em "hegemonia no aparelho político", em aparelho "hegemônico político e cultural das classes dominantes", em aparelho "privado de hegemonia ou sociedade civil". O aparelho de hegemonia não está ao alcance apenas da classe dominante que exerce a hegemonia, como também das classes subalternas que a ela aspiram.

O conceito de aparelho privado de hegemonia de Gramsci não se confunde com o de Louis Althusser (1983, p. 66-81) sobre os aparelhos ideológicos de Estado. O prisma althusseriano implica uma ligação umbilical entre Estado e aparelhos ideológicos, enquanto o de Gramsci pressupõe uma maior autonomia dos aparelhos privados em relação ao Estado em sentido estrito. Essa autonomia abre a possibilidade - que Althusser nega explicitamente - de que a ideologia (ou o sistema de ideologias) das classes oprimidas alcance a hegemonia mesmo antes da conquista do poder de Estado. Em condições de hegemonia, a burguesia solidariza o Estado com as instituições que reproduzem os valores sociais, conformando o que Gramsci chama de Estado ampliado. Essas instituições se comportariam como aparelhos ideológicos de Estado, de acordo com Althusser.

A diferença entre a posição de Althusser e as instituições de hegemonia de Gramsci está no fato deste último ter destacado que a ligação dos aparelhos ideológicos com o Estado não decorre de um atributo estrutural imutável. As classes subalternas podem conseguir, como projeto político, a separação de aparelhos ideológicos de sua aderência ao Estado, a fim de se tornarem agências privadas de hegemonia sob sua direção. Althusser propõe uma estratégia política na qual a luta se trava fora do Estado em sentido amplo. Seu equívoco consiste em não considerar a ideologia como algo determinado no processo de produção, preferindo vê-la como atribuição do Estado, com o objetivo de assegurar a dominação.

Como assinalado, Gramsci entende que a conquista do poder deve ser precedida por sucessivas batalhas pela hegemonia e pelo consenso dentro da sociedade civil, isto é, no interior do Estado em sentido amplo. Enquanto a vertente althusseriana leva à ideia de choque frontal com o Estado, a teoria gramsciana propõe uma longa marcha através das instituições sociais, antecedida por uma preparação políticoideológica, que deve expressar variações do processo histórico.

A posição de Gramsci guarda estreita conexão com os processos de socialização da política, pois incluem "todas as formas de práxis que superam a simples recepção passiva ou a manipulação dos dados imediatos da realidade, e que se dirigem, conscientemente, ao contrário, para a totalidade das relações objetivas e subjetivas" (COUTINHO, 2003, p. 70). É na práxis política que as classes subalternas podem expressar aspirações para além de seus pleitos particulares, com o propósito de fazer prevalecer seus pontos de vista. É na "passagem do momento meramente econômico (ou egoísticopassional) ao momento ético-político" (GRAMSCI, 1999, p. 314-315) que as necessidades econômicas mais imediatas devem ser suplantadas em favor de um projeto de dimensão universal, capaz de fixar uma direção moral e intelectual que venha a ser acatada pela sociedade como um todo.

Imprensa e revolução

A teoria da hegemonia de Gramsci permite-nos

meditar sobre o lugar crucial dos meios de comunicação na contemporaneidade, a partir da condição privilegiada de distribuidores de conteúdos, como proposto por Karl Marx (MARX e ENGELS, 1977, p. 67): "transportam signos; garantem a circulação veloz das informações; movem as idéias; viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimento e ideologia". Os veículos ocupam posição distintiva no âmbito das relações sociais, visto que fixam os contornos ideológicos da ordem hegemônica, elevando o mercado e o consumo a instâncias máximas de representação de interesses.

Gramsci refletiu sobre o principal meio de comunicação de sua época - a imprensa. "A arte da imprensa revolucionou todo o mundo cultural, dando à memória um subsídio de valor inestimável e permitindo uma extensão inaudita da atividade educacional" (GRAMSCI, 2001, p. 67). Ele não teve tempo de vida para aquilatar a evolução dos modernos meios de comunicação no século XX. Mas me parece eloquente o fato de sublinhar, ainda no início da década de 1930, que a imprensa já sofria a concorrência de outros veículos, notadamente os da comunicação falada. Nos Cadernos do cárcere, há a seguinte e expressiva observação sobre mutações que começavam a ocorrer na mídia de então, graças ao avanço técnico e às tecnologias que despontavam:

Também hoje a comunicação falada é um meio de difusão ideológica que tem uma rapidez, uma área de ação e uma simultaneidade emotiva enormemente mais amplas do que a comunicação escrita (o teatro, o cinema e o rádio, com a difusão de alto-falantes nas praças, superam todas as formas de comunicação escrita, desde o livro até a revista, o jornal, o jornalmural) (GRAMSCI, 2001, p. 67).

De 1910, quando publicou o primeiro artigo em L'Unione Sarda, até novembro de 1926, ano em que foi preso pela ditadura fascista, após terem sido revogadas suas imunidades parlamentares pelas leis de exceção decretadas por Benito Mussolini, Gramsci escreveu nada menos do que 1.700 artigos jornalísticos. Equivalem a mais do que o dobro das páginas reunidas nos Cadernos do cárcere, redigidos entre 1929 e 19352.

As ênfases de sua obra jornalística podem ser agrupadas em três etapas, conforme Oliveira e Felismino (2008, p. 1-5). Na primeira fase (1916-1918), ele problematiza e critica tendências reformistas e positivistas dentro do Partido Socialista Italiano, colocando em relevo a participação ativa dos trabalhadores nas lutas pelo socialismo, a partir de uma formação política que favoreça o engajamento consciente e ajude a classe operária a superar uma visão econômico-corporativista.

Na segunda etapa (1919-1920), Gramsci insiste em que não se deve reduzir o processo revolucionário às dimensões econômicas e políticas, nem a tentações insurrecionais. Ele salienta a necessidade de expandir a dimensão cultural da luta de classes, através de meios de difusão e de ações pedagógicas capazes de denunciar as estruturas de dominação da sociedade capitalista, aprofundar a consciência dos trabalhadores e exigir a transformação radical das relações sociais de produção.

Na terceira etapa (1921-1926), como dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI), Gramsci aprecia os obstáculos decorrentes da ascensão do fascismo. Mostra-se convencido de que as contradições do capitalismo não levariam inexoravelmente ao socialismo, o que obrigava as forças populares e socialistas a esboçar novas estratégias de luta considerando as complexidades dos países desenvolvidos. Ele destaca o enorme peso do fator cultural em uma sociedade civil mais densa, povoada de organizações complexas, na qual sobressaem múltiplas variantes intelectuais e a proeminência dos meios de comunicação na sedimentação da opinião pública (CAMPIONE, 2007, p. 20).

A versão completa do artigo pode ser consultada na página do NPC (www.piratininga.org.br) em Artigos - Mídia

Uma guerra impossível de ganhar

Por Tariq Ali - 02.08.2010

Todos sabem o que o exército paquistanês vem fazendo com diversas facções dos talibãs desde que o Afeganistão foi ocupado, há quase nove anos. Não há motivos para que ninguém se surpreenda. A causa está clara também. A guerra é impossível de ser ganha. Não é nenhum segredo o que o Paquistão vem fazendo com o talibã. Todas as partes em conflito sabem o que vem ocorrendo desde que o Afeganistão foi ocupado. O que também é claro é que essa guerra é impossível de ser ganha.

As declarações de David Cameron (primeiro-ministro britânico, em visita à Índia), posteriores às investigações de WikiLeaks, sobre a ajuda dada pelo Paquistão ao inimigo em Hindu Kush, não deveriam ser levadas tão a sério. [1] O golpe cuidadosamente orquestrado na Índia estava destinado a agradar seus anfitriões e selar acordos de negócios (Cameron e Vince Cable fazem um leva-e-traz da indústria de armamento britânica). [2] A resposta oficial do Paquistão foi igualmente falsa, dado que é impossível que Islamabad ataque o tocador.

Enquanto isso, todas as partes sabem o que o exército paquistanês vem fazendo com diversas facções dos talibãs desde que o Afeganistão foi ocupado, há quase nove anos. Há três anos, um soldado paquistanês matou um agente da polícia norte-americanaem meio a essas conversações, tal como informou a imprensa paquistanesa. Uma fonte próxima ao exército paquistanês me contou o ano passado, em Islamabad, que estiveram presentes agentes da inteligência norte-americana em conversas recentes entre o SIP (Serviço de Inteligência do Paquistão) [3] e os rebeldes. Não há motivos para que ninguém se surpreenda. A causa está clara também. A guerra é impossível de ser ganha.

O Paquistão nunca chegou a abandonar totalmente os talibãs depois de 11 de setembro. Como iria deixá-los? Foi Islamabad que organizou a retirada dos talibãs de Kabul, para que os EUA e seus aliados pudessem ocupar o país sem ter que entrar em combate. Os generais paquistaneses aconselharam seus amigos afegãos a esperar o momento oportuno.

À medida que a guerra no Afeganistão piorava, cresciam os rebeldes. O caos social e a corrupção política da equipe de Hamid Karzai faziam com que a ocupação estrangeira parecesse muito pior aos olhos de muitos afegãos, incorporando uma nova geração de combatentes jovens que não haviam feito parte do regime deslocado. São estes neotalibãs os que organizaram de maneira efetiva a extensão da resistência que, tal como mostrava o diagrama de engenhos explosivos improvisados revelado por WikiLeaks, chega praticamente a qualquer parte do país.

Matthew Hoh, antigo capitão de infantaria da Marinha, que serve como oficial político no Afeganistão foi claro: “Os rebeldes pastúns, compostos de múltiplos grupos locais aparentemente infinitos, se veem nutridos pelo que percebem como uma incessante agressão contra a terra, a cultura, as tradições e a religião pastún por parte de inimigos internos e externos (...). Observei que o grosso da rebeldia luta não pela insígnia branca dos talebâs e sim contra a presença de soldados estrangeiros e os impostos estabelecidos por um governo não representativo em Kabul”.

No ano de 2007, os EUA tentaram apartar uma parte dos rebeldes do mulá Omar, líder dos talibãs, oferecendo a eles postos no governo. Os líderes neotalibãs se negaram a ajudar qualquer governo enquanto houvesse tropas estrangeiras no país.

O SIP, cuja autonomia sempre foi valorizada, deixou-se controlar. Alguns delinquentes foram descobertos quando aprovaram o ataque contra a embaixada indiana em Kabul, em 2008 e foram imediatamente disciplinados e deslocados. Hoje em dia, atacar o SIP se tornou conveniente para o Ocidente, que necessita do general Kayani e não pode, portanto, atacá-lo diretamente. Não há maneira de que o SIP ou alguma das partes do exército possa ajudar os rebeldes sem conhecimento de Kayani. E este sabe perfeitamente que para preservar os contatos, estes têm que oferecer proteção aos rebeldes que lutam contra a Otan.

Karzai estava tão desesperado há alguns meses por cortejar os talibãs que pediu ao general Eikenberry, o conciliador embaixador norte-americano, que tire toda a direção talibã, incluindo Omar, da lista dos mais buscados. Eikenberry não se negou e sugeriu que cada caso deveria ser considerado por seus méritos. Que melhor indicação de que a guerra está perdida?

WikiLeaks parece ter revivido temporariamente Karzai. “Coisa diferente é se o Afeganistão tem capacidade para isso”, contestou ao responder a uma pergunta sobre o apoio do Paquistão aos talibãs, (...) “mas nossos aliados dispõe desta capacidade. Agora a pergunta é: por que não atuam?”

Mas atuam sim, e vem fazendo isso desde que Barack Obama se tornou presidente. Os ataques com aviões não tripulados estavam destinados a sufocar o apoio aos rebeldes através da fronteira. O que conseguiram foi desestabilizar o Paquistão. No ano passado, o exército deslocou à força mais de 250 mil pessoas do distrito de Orakzai, na fronteira afegã, e os colocaram em campos de refugiados. Muitos juraram vingança. No dia 8 de junho, militantes armados com granadas e morteiros atacaram um comboio da Otan em Rawalpindi. Cinquenta veículos da Otan foram destruídos e mais de uma dúzia de soldados morreram.

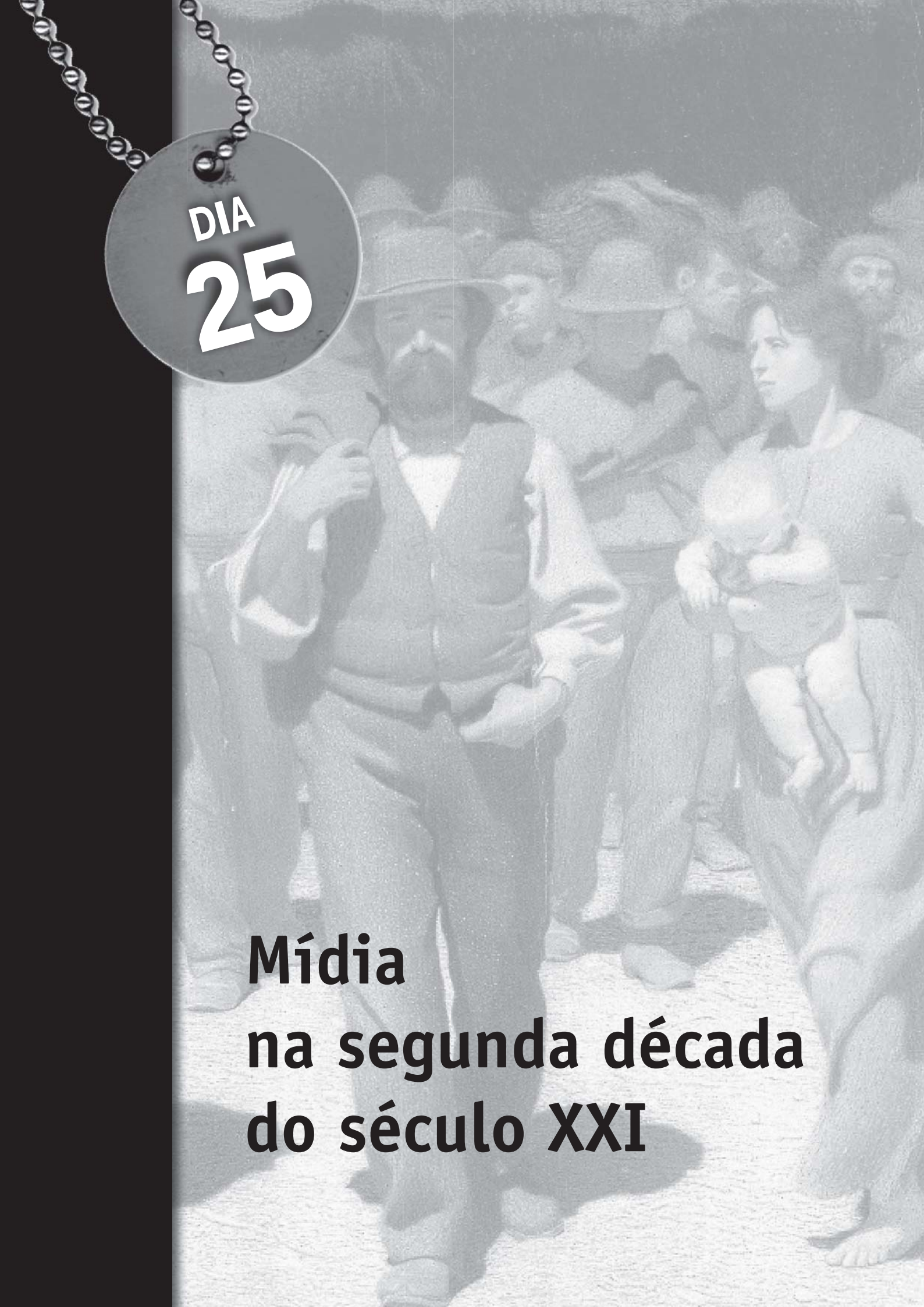
Isso não pode mais piorar. É hora de Obama abandonar todas suas pretensões utilizadas para justificar uma guerra que só pode conduzir a mais mortes, mas não a uma solução. O que faz desesperadamente falta é uma estratégia de saída.

[1] Durante visita recente à Índia, Cameron acusou elementos do Estado paquistanês de promover a exportação do terrorismo.

[2] Índia firmou um acordo com a BAE Systems no valor de 500 milhões de libras a fim de adquirir caças de aviação do tipo Hawk.

[3] O SIP é um dos serviços de inteligência das forças armadas do Paquistão, e desempenhou um papel essencial na organização dos rebeldes afegãos desde a invasão soviética em 1979...até hoje, segundo argumentam entre outros o mesmo Ali.

Fonte: Rebelion



DIA 25

Mídia na segunda década do século XXI

Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga

Prefácio de Vera Malaguti ao livro de Orlando Zacconi

Este livro de Orlando Zaccone aprofunda o debate sobre os efeitos da nossa política criminal de drogas numa perspectiva inovadora. Do lado mais duro da trincheira do capitalismo de barbárie, trabalhando como Delegado de Polícia no Estado do Rio de Janeiro, Zaccone lança o olhar crítico sobre o maior vetor de criminalização dos novos tempos: o comércio de drogas ilícitas. Seu trabalho, carregado da verdade dolorosa do dia-a-dia, é impregnado de imaginação sociológica e sensibilidade histórica, tudo aquilo que falta em grande parte nas ciências sociais ao abordar o assunto. Não é interessante constatar que a intelligentsia policial pode assegurar uma visão crítica da questão criminal, enquanto a sociologia politicamente correta se "policiza"?

Talvez Orlando Zaccone tenha compreendido mais do que ninguém (porque o fez com a própria pele) as diferentes atribuições de estigmas quando o assunto é drogas. Que outra razão explicaria a concentração de registros de ocorrência de tráfico de drogas de uma região para outra? Ele explica e comprova através da sua experiência na aplicação do direito penal nas delegacias do Rio: nas áreas pobres o comércio varejista de drogas ilícitas é exercido por traficantes, nas áreas ricas é aplicada a solução abolicionista de respostas à situação-problema. Em Jacarepaguá o jovem favelado aparecerá hediondamente, como inimigo público número 1, sujeito às penas mais duras, nas condições mais adversas; na Barra da Tijuca o tráfico fluirá com baixas taxas de criminalização, com pouquíssimos inquéritos policiais.

Este sistema desigual de atribuições de estereótipos, descrito magistralmente por Rosa del Olmo, é demonstrado pelo trabalho de Zaccone, que realiza uma atualização das teorias do labeling approach no Brasil, retomando as trilhas sábias de Augusto Thompson. Tanto Thompson como Zaccone aproveitaram a penosa prática da gestão da segurança pública para produzir uma teoria revigorada e encarnada, na perspectiva do realismo marginal proposto pelo nosso ministro Raúl Zaffaroni. Alessandro Baratta já havia nos ensinado sobre a importância do rotulacionismo como ponto mais avançado da criminologia liberal, tendo produzido uma ruptura criminológica com os paradigmas positivistas e funcionalistas que o antecederam. O labeling approach, ou rotulacionismo, produziu a criminologia da reação social com um deslocamento de seu objeto, do "delinqüente" ou do desvio para a "definição do delito", recuperando o melhor do penalismo liberal. Essa importante escola demonstrou que a questão criminal só pode ser analisada através da ação do sistema penal, pela reação das instâncias oficiais às situações problemáticas e por seu efeito estigmatizante. Para o rotulacionismo o criminoso não é um ponto de partida, mas sim realidade socialmente construída, implicação do processo social intitulado de criminalização secundária. No paradigma da reação social a intervenção penal não tem efeito reeducativo, mas determina a consolidação da identidade desviante.

Através das conclusões dos estudos dos crimes de colarinho branco realizados por Sutherland, apareceram as cifras negras, as distorções estatísticas, o falso quadro da distribuição da criminalidade, concentrada sempre nos mais pobres e/ou resistentes. Entre a criminalidade latente e a perseguida, um poderoso filtro vai atribuir diferentes significados, estereótipos e respostas penais. Trata-se de compreender a ação seletiva das instâncias penais com um grande dispositivo de criminalização.

É esta discussão e essa prática que aparece renovada pelo trabalho de Orlando Zaccone. Ele demonstra que, ao contrário do que apregoam os preconceituosos "policiólogos", a intelectualidade da polícia pode estar na vanguarda da reflexão criminológica quando alia a verdade e o conhecimento da sua realidade com a reflexão crítica sobre o sistema penal e suas funções para o desenvolvimento do capital neoliberal. A criminologia de Orlando Zaccone apresenta todos os elementos e possibilidades para a construção de outras políticas de segurança, com uma polícia menos vulnerável, menos exposta, mais qualificada e mais próxima do seu povo.

Comunicação e valores culturais: Educação, cultura e comunicação

Por Roseli Goffman

Falar em Brasil é falar em pluralidade cultural. Somos tecidos em uma colcha de retalhos de uma variedade de culturas: portugueses, índios de várias tribos, negros de diversas nações africanas, imigração européia, japoneses, entre outros, formam nossa polifonia cultural. Buscar um só Brasil de norte a sul, leste a oeste, é negar nossas múltiplas vozes.

A partir do período colonial surge a tendência de hegemonia da cultura portuguesa, branca, européia e católica. A catequese dos índios, a negação das culturas africanas e o processo de aculturação dos imigrantes amplia as fronteiras conquistadas para o imaginário social, imprimindo subjetividades aos que foram pressionados a abdicar de suas tradições e autonomia em troca de práticas disciplinares opressivas e muitas das vezes violentas. Esta estratégia ampliou nossos "domínios", difundindo a língua portuguesa e criando a falsa imagem de ausência de preconceitos étnicos, culturais e sociais. Somos um povo afável, cordial e tolerante, e pagamos o preço do submetimento de grupos sociais ao extermínio, em conseqüência da falta de oportunidades de acesso que ocorrem no processo de exclusão econômica, educacional, cultural e social.

Ao longo da História, os grupos e seus saberes foram se hierarquizando. A cultura oficial tornou-se científica, letrada e erudita, oprimindo a cultura popular, considerada ingênua, iletrada, mística ou distante da ciência. A primeira, produzida e difundida de forma sistemática em espaços institucionalizados – escolas, universidades, institutos de pesquisas, associações, entre outros –, a segunda, geralmente, transmitida oralmente ou por imitação direta e sem organização formal do conhecimento.

Embora tenha ocorrido esta dualidade, sempre houve uma mistura entre a cultura das classes dominantes e das classes dominadas – um entrelaçamento feito de influências recíprocas. A cultura popular persiste, e tem como característica a potência, a insistência e o contágio. Tudo é dinâmico nas manifestações culturais e se alguns rituais religiosos do catolicismo popular foram criados por eruditos, migraram dos palácios e das igrejas para as aldeias, assim como as cirandas de Villa-Lobos vieram da roça para os salões. Sendo assim, ignorar, igualar ou excluir as diferenças culturais é não reconhecer as inúmeras formas de resistência, e o dinamismo da cultura, que inclui adaptações, recriações, transformações, heterogeneidade e o hibridismo. Vamos aqui considerar a Cultura como as trocas simbólicas que nascem nas relações de interação entre os indivíduos, grupos e coletivos e que vão desde a mais simples comunicação, como o gesto afetivo, ao saber e seus dispositivos tecnológicos.

Na definição da Unesco, a cultura é um conjunto de elementos espirituais, materiais, intelectuais e emocionais de uma sociedade ou grupo. A Cultura como processo, não pode ser dissociada de suas formas de expressão, estando inexorávelmente ligada à Comunicação Social. A comunicação de massa incide na produção de subjetividades formatadas por um ideário banalizante, veloz e sintético que visa manter a infantilização da população e embotar o pensamento, sendo regida por imperativos de lucratividade de seus financiadores: os anunciantes.

A cultura de qualquer grupo social é processo, germinação, adquirindo variâncias e novas formas de expressão. Numa sociedade de classes, há os que exercem controle sobre a ordem social, dominando a distribuição de bens e de poderes, bem como as formas de pensar e de agir sobre o mundo: assim são as classes dominantes.

Seus representantes, políticos, artistas, intelectuais ou sacerdotes pensam o mundo de acordo com seus interesses e valores. As classes de menor poder econômico, na condição de dominadas, tem seus saberes, seu capital cultural oprimido. Seu pensar e agir são desvalorizados e permanecem à margem da cultura oficial. A informação e a cultura submetem-se a uma lógica de mercadoria para consumo: A cultura, assim com a notícia, passa do caráter público-político de relato crítico dos acontecimentos sociais, para assumir um aspecto consumível, fatalmente relacionado ao entretenimento, à fantasia e à magia. (Chauí ,Marilena, Simulacro e Poder).

O espaço público revela-se carregado de interesses individuais, com raros propósitos que visem o interesse coletivo. É importante mencionar a enorme curiosidade da população sobre a vida privada de figuras públicas, as celebridades e o BBB da vez.

Estamos aqui articulando Comunicação, Cultura e Educação, como três elementos constituintes da cidadania, híbridos e indissoluvelmente ligados, fundamentais na formação política e ideológica, com o compromisso social da constituição de uma nova esfera pública no processo democrático que temos atravessado no Brasil.

Pensamos particularmente na contribuição que a Psicologia pode trazer para a Leitura Crítica da Mídia. Ao analisarmos as estratégias de veiculação da comunicação pela mídia dominante, vamos percebendo os "excessos" cometidos. A Constituição de 1988 afirma que as empresas privadas de radiodifusão são concessões públicas (Artigo 223). Realmente esta concessão transformou-se em moeda de troca, de poder que influencia diretamente a sociedade, estimulando um grande e homogêneo mercado consumidor onde os anunciantes, que patrocinam a comunicação, ditam as regras do que deve ser consumido, desejado, amado ou odiado.

As 5 ou 6 famílias que detém o oligopólio das comunicações no Brasil estão diretamente ligadas ao cenário político e econômico do país. O novo Congresso, eleito em 2010 tem 61 parlamentares ligados à radiodifusão. Com tal poder, através da repetição vazia e da manipulação da opinião, são produzidas subjetividades aprisionadas pelo consumo de informações, repetições vazias e produtos supérfluos de marcas que se apoderam do imaginário popular de forma estratégica, onde é induzido o que devemos pensar, sentir, falar, gostar ou odiar como se fossem de nossa natureza estas escolhas.

Uma luta só pode ser social a partir do momento em que ela se generaliza para além das intenções individuais, tornando-se base para um movimento coletivo... A coletividade começa a enxergar as causas sociais que levaram a situação de desrespeito individual, gerando a resistência coletiva. Esta comunidade será então capaz de um engajamento político numa tentativa de sair de uma situação de rebaixamento tolerado para uma auto-relação nova e positiva. Esta luta política além de proporcionar a comunidade padrões ampliados de reconhecimento também será capaz de devolver ao individuo agredido o seu auto-respeito... Esse sentimento coletivo de injustiça nasce quando bens culturais e simbólicos específicos de um grupo, e necessários a sua reprodução, não são reconhecidos por outros grupos, temos então uma luta pelas condições intersubjetivas da integridade pessoal. ((HONNET, Axel , Luta por Reconhecimento - A Gramática Moral dos Conflitos Sociais).

Um exemplo bem recente e de grande relevância é a questão da digitalização das rádios e TVs, e o PNBL, que vem sendo abordada de forma predominantemente técnica, propondo condições a priori para o debate público no que diz respeito às tecnologias e a realidade da população brasileira. Nada está garantido, mesmo com a realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação3 pelo Governo Federal, pela qual já se lutava há anos, no campo da Democratização da Comunicação, aonde compartilhamos a demanda pela construção de um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil, ampliando o espectro de produção, veiculação e distribuição de conteúdo para todas as camadas da sociedade.

Em especial, nós Psicólog@s temos contribuído na pauta da produção de conteúdo, sempre visando a diversidade cultural do nosso país, conforme o inciso III do artigo 221 da Constituição brasileira. Cabe avaliar que a realização da CONFECOM deve ser pensada como processo e não como fim. Temos muito ainda para construir, pois modos de existir e de se fazer comunicação estão cristalizados em nosso país e, temos ciência da relevância e da grande importância da participação e da resistência de todos neste momento, buscando sempre a formação e a renovação de quadros de militância.

Das cinco teses propostas pelo CFP e Sistema Conselhos para a CONFECOM, foram sistematizadas e aprovadas as seguintes:

1) Fim da publicidade dirigida às crianças;
2) Criação de um Conselho Nacional de Comunicação tripartite no âmbito do Executivo;
3) Obediência aos critérios de controle sobre Publicidade de Bebidas Alcoólicas;
4) Obediência aos critérios de controle sobre utilização da imagem das mulheres, homens, crianças, adolescentes etc;
5) Ampliação da Classificação Indicativa para a TV por assinatura.

A propósito do debate sobre a Classificação Indicativa no Brasil, não entendemos por que este dispositivo de apoio a uma formação cidadã não incide sobre Publicidade, Programas ao Vivo ou Telejornais, quando para nós já está naturalizada nos cinemas, e neste campo ninguém a questiona. Este fato é exemplar no grau de dificuldade na implantação de políticas públicas que nos façam avançar, assim como dezenas de países que já possuem um marco regulatório consolidado para as Comunicações.

A estreita relação entre comunicação, educação e cultura nos processos de formação da cidadania afirmam o caráter indispensável das ações de integração das manifestações intelectuais e artísticas nas práticas pedagógicas de ensino formal e 3 1ª CON-

FECOM realizada em Brasília, dezembro de 2009, com 1600 participantes entre governo, empresários e representantes dos movimentos sociais informal.

A fissura entre as formulações e o planejamento das políticas relacionadas às três áreas deve ser o foco de ações que promovam a interlocução das diversas instâncias e esferas da administração pública, da sociedade civil e dos meios de comunicação multiplicados ao infinito pelas mídias digitais. Reconhecemos que os problemas de acesso à Educação e à Cultura impactam diretamente na Comunicação e por ela são também impactados. Entre outros exemplos, estão as carências na formação artísticocultural dos estudantes brasileiros, que desse modo deixam de constituir um grupo social atento e crítico para a recepção e produção de manifestações simbólicas. Cerca de 80% dos recursos para Cultura ainda são destinados a duas cidades brasileiras, para apenas 3% dos proponentes. Somente 13% dos brasileiros vão ao cinema e apenas 8% dos municípios brasileiros possuem salas de cinema. Cerca de 85% do conteúdo que assistimos são produções hollywoodianas. Menos de 25% dos brasileiros tem acesso a TV por assinatura ou à banda-larga. Na TV por assinatura, o conteúdo audiovisual brasileiro não ultrapassa os 4%, segundo dados de 2009; na TV aberta chega a 11,4% dos filmes e 16,4% das minisséries, sem incluir neste percentual as telenovelas. O mercado mundial brasileiro de audiovisual, de US$ 21 bilhões em 2009, é uma cota insignificante para o nosso potencial, que ocupa apenas 2% do mercado mundial.

A produção independente na TV privada, precisa ser contemplada, pois há milhares de jovens realizadores prontos para integrar esta cadeia produtiva. Os investimentos realizados nos últimos 8 anos na Cultura, apoiaram, formaram, influenciaram e trouxeram os jovens realizadores para o debate, mas há ausência de regionalização, e dificuldades de distribuição da produção. Parte da produção nacional jamais chega aos cinemas, e contam somente com os festivais, pontos de cultura e cineclubes para distribuição, exibição e difusão.

Precisamos unir nossas forças por uma sociedade informacional em padrões éticos, com inclusão tecnológica, e difusão de conhecimento.

É preciso frisar que o gasto com banda larga na renda mensal per capita no Brasil está em 4,5%, na Rússia em 1,68% e nos Países Desenvolvidos em 0,5%, sendo intrigante a questão de que os valores praticados aqui são totalmente desproporcionais aos demais países, comprovando a necessidade de termos o controle público na Banda Larga, já iniciado pela indicação da Telebrás com gestora do PNBL. Somos o país dos 140 milhões de celulares, 85% dos quais só recebem chamadas. Tantos celulares, e tão poucos tem direito a fala...(...)

Em defesa da democracia – Manifesto Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC

A propósito do comportamento da maioria dos grandes meios de comunicação social do país, especialmente nas últimas semanas, o FNDC vem a público manifestar o seguinte:

1) A prática desenvolvida pelos referidos meios fere a democracia e substitui o desejável embate de idéias políticas por denúncias unilaterais e, de modo geral, vazias.

2) A substituição da luta política democrática pelo ódio de classe e a disseminação de boatos e inverdades revela mais uma vez a face autoritária dos concessionários desses meios eletrônicos e dos proprietários desses meios impressos.

3) Tais concessionários e donos de jornais e revistas estão novamente a demonstrar do que são capazes para manter seus propósitos de dirigir a nação brasileira conforme seus interesses privados.

4) Testemunhamos essa cena muitas vezes. A sua mais recente manifestação está muito viva na memória nacional, quando os principais meios de comunicação eletrônicos e impressos conspiraram contra a democracia e ajudaram a preparar o golpe militar de 1964 , apoiando-o decisivamente.

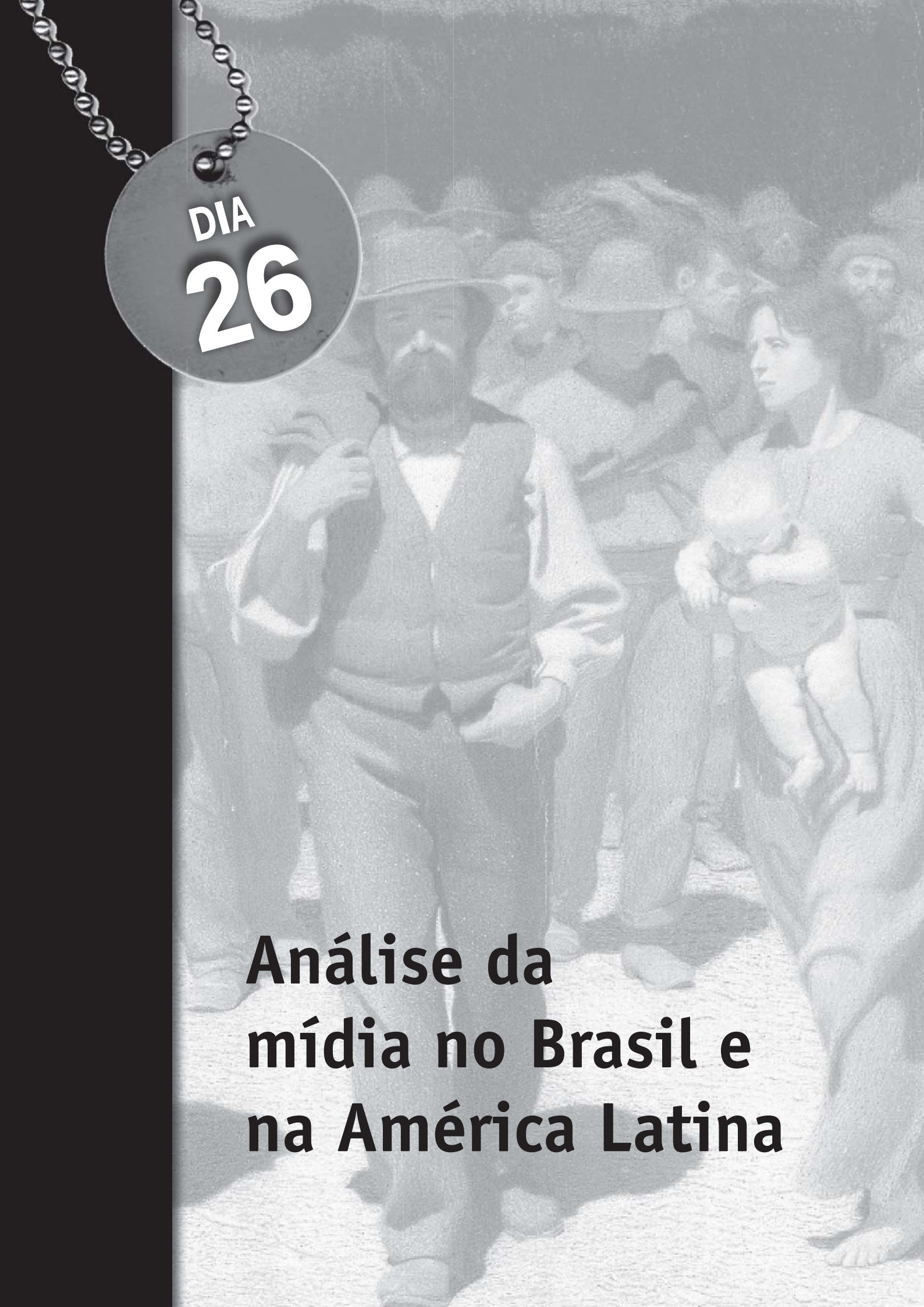
5) Confiamos que a democracia brasileira resistirá aos seus inimigos. Já os vimos. Sabemos quem são. E sabemos que a democracia não se consolidará sem a democratização dos meios de comunicação.

6) Por isso o FNDC apela aos homens e mulheres do Brasil que lutem contra o perigo totalitário que se ergue. Que lutem em suas comunidades, locais de trabalho, entidades e em todos os ambientes possíveis, denunciando o arbítrio e a desfaçatez dos concessionários de meios eletrônicos e de jornais e revistas que se valem dessa condição para defender seus interesses, em detrimento do interesse público.

7) Por fim, o FNDC reafirma a sua vocação democrática e a sua luta pela criação e consolidação de meios de controle público sobre a comunicação, com a participação do Estado e da sociedade.

8) O FNDC considera que o controle público sobre a comunicação é condição indispensável para que a nação brasileira nunca mais volte a sofrer os constrangimentos ora impostos pelos donos da mídia.

Setembro de 2010



DIA 26

Análise da mídia no Brasil e na América Latina

Ausência de pluralismo:a falta de um jornal popular

Por Beto Almeida

A demissão da psicanalista Maria Rita Kell do corpo de colaboradores do Jornal "O Estado de São Paulo" reacende a incontornável discussão sobre a ausência de pluralismo na imprensa brasileira de grande circulação, em clara ofensa ao disposto no capítulo da Comunicação Social da Constituição Federal. Kell afirma ter sido demitida por "delito de opinião" após ter escrito artigo em que denuncia o esforço de desqualificação dos votos das camadas mais pobres da população.

Até mesmo argumentos utilizados na eleição passada pelo conhecido sociólogo Hélio Jaguaribe indicando que os votos que elegeram Lula possuíam um significado inferior em relação aos votos do candidato derrotado, estes sim, e só estes, como que por encanto, dotados de uma dimensão de nação, constavam o artigo que causou a demissão. Por desdobramento, o presidente Lula que promoveu recuperação significativa do salário mínimo, expandiu a classe média, reduziu robustamente os milhões de famintos, recupera a Petrobrás e a indústria naval, sob reconhecimento internacional expressivo, não teria sido eleito - segundo esta teoria esdrúxula - por votos com plena legitimidade.

Democracia X "democracia"

Mais surpreendente do que ver quem se encontra entre os insinuadores de tal interpretação que, por paralelo, remonta aos critérios da eleição a "bico de pena", é a a assustadora complementaridade e identidade que estes conceitos possuem com a nova "teoria da democracia" exalada pela Casa Branca, segundo a qual, não basta que um governo seja eleito pelo voto democrático para conferir-lhe legitimidade. Para o novo critério de democracia que vem do norte, depende de como estes governos eleitos governem ou qual concepção de democracia apliquem para serem, em definitivo, considerados ou não democráticos.

Os exemplos estão por aí. Se um governo decide assumir plena soberania sobre o seu território, como o governo do Equador, que recuperou o controle sobre a Base Militar de Manta, antes administrada por contingentes norte-americanos, este comportamento não permite que lhe seja conferido o rótulo de democrático. Ou quando um governo eleito democraticamente pelo voto direto - o que não ocorre nos EUA - decide nacionalizar suas fontes de recursos naturais, como o faz o governo da Bolívia, isso também configuraria comportamento não democrático, coincidentemente, por contrariar os interesses vitais de empresas norte-americanas em várias partes do mundo.

O modelo de representação política dos EUA, mesmo com históricos altos graus de abstenção, de cadastros eleitorais em que se fazem assepsia dos eleitores negros, pobres, asiáticos e ex-presidiários, da bilionária dependência de esquemas financeiros para que alguém seja candidato e do impenetrável controle de uma mídia dominada por anunciantes vinculados à indústria bélica, nada disso pode ser questionado do ponto de vista democrático. Nem mesmo o histórico de vinculações da Casa Branca na supressão dos regimes democráticos em várias partes do mundo ao longo de décadas. Lá sim, existiria o modelo de democracia.

O voto de pobre vale menos?

A psicanalista Maria Rita Kell ousou revelar murmúrios indignados que podem estar povoando os ambientes das oligarquias midiáticas diante da impossibilidade de impedir que herdeiros ex-escravos possam exercer seu direito a voto. Sobretudo depois de estarem gradativamente recuperando o seu direito de trabalhar com carteira assinada, de serem reconhecidos pelo estado por meio de um programa social que lhes retira e aos seus filhos do corredor da pena de morte pela fome.

O Brasil acaba de ser reconhecido pela FAO com um dos países que mais contribuem na atualidade para a redução da fome. Mas, do lado de cá, sociólogos, um tanto envergonhados é bem verdade, querem insinuar que os votos destes que escapam da pena de morte da fome não teriam legitimidade. E quem revela este pensamento merece a pura e simples sentença da demissão. Decidida no mesmo ambiente em que floresceu e germinou com desenvoltura a discricionária e cruel idéia de um ex-diretor do jornal mencionado, que sentiu-se no direito de matar uma jovem jornalista porque, afinal, ela teria cometido a gravíssima falta de pretender..... terminar o namoro.

Monteiro Lobato desprezado

Quando o senador Suplicy sobe à tribuna e solicita à direção do centenário jornal que reverta a demissão de Kell - que para nossa sorte não corre risco de vida e poderá nos iluminar com novas análises corajosas se encontrar espaços de publicação - embora bem intencionado, pode ser que não conheça episódio marcante da história deste diário. Décadas atrás, o escritor Monteiro Lobato, aflito com a incultura e particularmente com contingente de iletrados, solicita aos donos deste diário que o veículo fosse utilizado

de modo militante e compromissado na luta para vencer o vergonhoso quadro de milhões e milhões de analfabetos no país. Após muito pensar, um dos proprietários responde ao criador do Sítio do Pica-pau Amarelo, provavelmente com o mesmo tom com que hoje condenam o voto dos pobres a uma espécie de sub-voto: "Ô Lobato, mas se todo mundo aprender a ler...quem é que vai pegar no cabo da enxada". A proposta de Monteiro Lobato foi recusada. O pluralismo da psicanalista Kell, condenado. Veremos o que ocorrerá com relação à solicitação do senador.....

Apesar da evidente ausência de pluralismo na mídia brasileira, de sua crônica incapacidade para cumprir minimamente a Constituição Federal, do indevassável controle de algumas poucas famílias sobre a indústria da informação no Brasil, ainda assim, há gente que se preocupa não com este controle já existente do mercado cartelizado sobre os veículos de comunicação, mas com uma mera proposta de regulamentação da Constituição, colocando-a em sintonia com a tendência mundial que registra regulação crescente da comunicação como único caminho para assegurar-lhe pluralismo, diversidade, bem como caráter educativo, civilizatório e informativo nos seus conteúdos.

Comunicação é estratégica

O problema , no entanto, é que anos e anos de alerta e argumentação junto aos segmentos progressistas para que considerem a comunicação como algo estratégico, parece surtir pouco efeito organizativo. Só eventualmente, em momentos decisivos da política, este debate retorna ao cenário central da conjuntura, mas , quase sempre, limitado à reclamação indignada que, embora justa, termina por não colocar na mesa das iniciativas centrais das políticas progressistas, a necessidade de se construir alternativas concretas.

Será que um partido como o PT, com capacidade de alcançar a presidência da república galvanizando a simpatia e a adesão de fatias expressivas da sociedade brasileira, mesmo ainda com uma curta existência na cena política, não teria condições de organizar, criar, fundar, um jornal de cunho popular, de grande circulação, com capacidade, aí sim, de promover o verdadeiro pluralismo informativo, já que a queixa, a bronca, a reclamação sobre a falta deste atributo cidadão junto aos oligarcas da mídia tem se mostrado reiteradamente frustrante?

Publicaram que o Brasil não tinha petróleo

Tantas vezes muitos de nós já escrevemos e reiteramos aqui mesmo e em outras tribunas sobre o que representou o Jornal Última Hora, criado sob estímulo de Vargas, ele mesmo alvo de intensa campanha de desmoralização e destruição de imagem, na época intitulada "mar de lama". Com a imensa popularidade que possuía, seja por ter criado a Petrobrás, o salário mínimo, os direitos trabalhistas, a licença maternidade, a siderúrgica de Volta Redonda, a Rádio Nacional, a Rádio Mauá, o Instituto Nacional do Cinema Educativo, o BNDES, etc, Vargas percebia que se dependesse da imprensa da época, o Brasil nunca teria petróleo, o salário mínimo e os direitos trabalhistas não passavam de privilégios descabidos, que a única linha editorial verdadeira e aceitável era a deposição do presidente. Ou seja, será que magnatas da comunicação que chegaram ao ponto de bradar o Brasil não possuía petróleo, podem ser sensibilizados e corrigir-se? O argumento ainda é válido para hoje. Como disse Giordano Bruno quando as fogueiras da Inquisição estavam sendo acesas "Que ingenuidade a minha, pedir ao poder para reformar o poder"

Hora de recriar um jornal popular

Será que as forças progressistas não devem pretender construir seus próprios meios de comunicação? Assim como o PT já revisou grande parte dos preconceitos que tinha contra Vargas e também quanto à política de alianças, não terá também chegada a hora de revisar uma linha política segundo a qual jornais de partido ou de segmentos não se justificam mais na política moderna e que o recomendável é a interlocução por meio da própria mídia dos grandes capitalistas? A julgar pelo tom indignado e os exemplos que o presidente Lula apresenta contra a manipulação desinformativa sobre a sua gestão e sobre sua candidata, talvez tenha chegado o momento de se usar o imenso capital de popularidade para organização de um jornal popular, nacionalista, de circulação diária, massiva. E, além disso, amparado em uma Fundação para o Jornalismo Público, dotada de uma faculdade capaz de gerar uma nova linguagem jornalística, para abrir uma nova cultura de jornalismo condizente com os novos tempos vividos pelo país. Um tempo em que milhões e milhões saem dos grotões físicos e sociais, iniciam-se no exercício de certos direitos e no consumo de bens indispensáveis, mas não dispõem ainda do direito de ler um jornal que retrate a marcha das mudanças que o Brasil está experimentando e da própria mudança que suas vidas vem registrando, sob o ponto de vista civilizatório.

Sinais de mudança no jornalismo no mundo

Basta que olhemos com mais atenção o mundo. Registra-se tendência de regulação no campo

das comunicações para assegurar a diversidade, a pluralidade, o humanismo e o padrão civilizatório desta indústria. E se olharmos mais em volta de nós, perceberíamos vários países com um grau de pluralismo jornalístico invejável diante do monolitismo estreito e hostil às mudanças que vivenciamos na sociedade brasileira. Na Argentina, há o jornal "Página 12"; no México , há o diário "La Jornada"; na Bolívia, ainda não completou um ano de vida o jornal "Cambio", mas já é o recordista de vendagem, junto com o tradicional "La Razón", que tem 70 anos de vida e, por fim, nasceu o "Correo del Orinoco", do qual foi redator o brasileiro Abreu e Lima, que lutou junto a Bolívar na Independência frente ao imperialismo espanhol.

Toda vez que nos indignarmos com os fartos e incorrigíveis exemplos de jornalismo precário da imprensa brasileiro, será que não deveríamos também, para além da crítica, nos perguntar sinceramente por que não criamos o nosso próprio jornal popular? Não seria essa a crítica mais conseqüente a esta torrente de facciosismo que estamos a enfrentar? Na história do Jornal Última Hora está uma parte das respostas.

Crise dos veículos tradicionais

Por Renato Rovai

Os veículos tradicionais da mídia comercial brasileira vivem sua maior crise. Não apenas do ponto de vista econômico, mas também no que diz respeito à credibilidade e à própria natureza do negócio que operam. Por muito tempo detiveram o monopólio da produção e da distribuição da informação - o que lhes garantiu poder político e econômico. Hoje o modelo ruiu por conta das novas tecnologias e por isso alguns veículos radicalizaram seus posicionamentos editoriais, assumindo um discurso mais panfletário e partidarizado.

A verdade é que a política editorial desses veículos não mudou, continua a mesma. Mas agora completamente descarada. Não mudou inclusive porque as famílias que controlam os grupos midiáticos no Brasil são as mesmas há algumas décadas.

Exceção à *Rede Record*, vinculada à Igreja Universal, as famílias Marinho, Frias, Mesquita, Civita, Saad, Sirotsky e Abravanel estão no ramo há pelo menos três décadas. O último a entrar no grupo foi Silvio Santos, em 1981. Talvez até por esse motivo seja considerado o patinho feio da turma. O que fez esse grupo perder poder foi principalmente a construção de uma imensa rede de produção colaborativa de informação.

A história começa em março de 1989 quando o britânico Timothy John Berners Lee apresenta ao Conselho Europeu para Pesquisa Nuclear (CERN), instituto localizado em Genebra (Suiça), um projeto denominado "Gerenciamento de informação: uma proposta". Esse projeto viria a resultar na world wide web (WWW), ou seja, a internet da forma que a conhecemos hoje e que possibilita a troca de pacote de dados via hipertexto. E tem continuidade com a criação, em 17 de dezembro de 1997, por Jorn Barger, do weblog, que depois viria a se tornar o que hoje conhecemos por blogues. Em 1999, há pouco mais de dez anos, o número de blogues era estimado em menos de 50. No final de 2000, alguns milhares. Atualmente, segundo estudo da Technorati State of Blogosphere, existem mais de 130 milhões de blogues. Essa combinação decretou o fim da era do monopólio da informação. E por mais que os veículos tradicionais de comunicação ainda tenham força para disputar a opinião pública, seu poder relativo é muito menor nesse fim de primeira década do século 21 do que em outros tempos. A questão que se coloca hoje é como transformar essa nova esfera comunicacional em um espaço mais democrático e democratizante do ponto de vista das relações sociais. Para que isso ocorra, é preciso escapar da lógica do modelo que hoje está em crise.

Atualmente, os veículos dependem fundamentalmente da publicidade para sobreviver. E como diz o velho ditado "manda quem paga a conta". Ou seja, eles acabam sendo porta-vozes do grande capital. Há o risco de essa lógica também vir a ser dominante no espaço virtual se o modelo de financiamento da produção e distribuição da informação não for alterado.

Para que isso não aconteça, é fundamental que se entenda que o jornalismo é uma necessidade para que a democracia seja exercida na sociedade contemporânea. E por isso ele não pode ser realizado apenas por veículos que, por conta das suas opções mercadológicas e/ou políticas, consigam atrair grupos privados para financiá-los.

Ao mesmo tempo não se deve supor que, para que haja diversidade informativa, apenas o fomento a iniciativas estatais com vínculos governamentais equilibra as coisas.

O exemplo italiano demonstra o equívoco desta opção. Berlusconi, por exemplo, controla hoje todo o setor privado de comunicação e mais o aparato estatal, transformando a RAI em mais uma de suas empresas. Esse modelo já se mostrou, além de centralizador, viciado e inibidor da ousadia jornalística.

Por isso é preciso diferenciar jornalismo público de estatal. Sua diferença básica é que o primeiro não precisa se relacionar e nem prestar contas ao governo se for realmente público. Entre as soluções existentes está a de debater quanto a sociedade está disposta a pagar para ter informação de qualidade. Para ter um jornalismo realmente independente.

Na Inglaterra, por exemplo, a principal fonte de recursos da BBC é a licença de 131,50 libras esterlinas ao ano paga por todos os cidadãos que têm um aparelho de TV funcionando. Isso não quer dizer que é necessária a criação de uma nova taxa no Brasil para financiar a comunicação. Mas ao mesmo tempo seria imprescindível definir uma receita a ser utilizada para o financiamento desse jornalismo.

Que também não precisaria ser como no modelo inglês, em que se construiu uma rede com o gigantismo da BBC. Poderia ser o reconhecimento de que esse jornalismo público já vem acontecendo em diferentes veículos que estão fora da lógica tradicional de mercado. E que precisariam ser estimulados. Ou seja,

reconhecer que tanto na blogosfera quanto na produção impressa e eletromagnética o Brasil já tem uma quantidade grande de veículos que, se incentivados, poderiam gerar uma diversidade informativa que melhoraria em muito a qualidade da nossa democracia.

Um modelo que poderia servir como exemplo é o do financiamento das universidades públicas. Nelas, apesar de os recursos serem públicos, a autonomia e a independência são respeitadas. O que permite nesses espaços uma ampla pluralidade de opiniões. Para construir um outro jornalismo é fundamental discutir também o seu financiamento. E ao mesmo tempo debater quais deveriam ser os compromissos que este jornalismo radicalmente público deveria assumir com a sociedade.

Entre eles deveriam se destacar o respeito a um código de ética da comunicação pública a ser construído a partir de um amplo debate, tanto entre especialistas da área como em consultas públicas. Um código que se tornaria uma legislação específica. Também seria compromisso fundamental que a informação produzida poresses veículos fosse de livre circulação. Que não tivesse sua circulação impedida por contratos de direitos autorais restritivos. A criação deste novo modelo não impediria e nem limitaria a continuidade do modelo comercial tradicional. Ou seja, a informação produzida e distribuída na lógica da mercadoria continuaria existindo, mas não teria exclusividade de mercado. Concorreria com uma outra produção sustentada por todos que necessitam de informação para exercer a cidadania.

Esse debate permite uma série de outras considerações. O que é certo é que o atual momento é o mais rico em possibilidades para que a correlação de forças no espaço da comunicação se altere de forma definitiva. A correlação de forças, neste caso, se dá entre o que é público e o que é privado, e entre o direito à comunicação e ela apenas como mercadoria.

Mas para que essa mudança aconteça é preciso criar mecanismos para que, por um lado, as novas tecnologias de comunicação não sejam completamente controladas pelos grandes grupos. E, por outro, para que essa enorme rede de produtores de informação tenha condições de sobrevivência econômica.

Ambos os desafios são difíceis de enfrentar, mas o segundo é ainda mais complexo porque não se resolve apenas na base da resistência. É preciso se desafiar a construir o novo. Ou seja, um novo modelo. E para que isso aconteça é preciso estar livre para a reinvenção das nossas expectativas.

Não podemos mais pensar em veículos de comunicação como aparelhos ideológicos. Eles devem ser espaços da garantia da multiplicidade.

DICAS

1) Um livro **Cultura Digital.br**
Organização: Rodrigo Savazoni e Sergio Cohn
Azougue Editorial ? 2009
Uma série de 20 entrevistas debatendo aspectos da cultura digital: política, economia, infraestrutura, arte, comunicação e a memória. Segundo Savazoni, trata-se de um caderno de provocações. Diria que também é isso, mas é muito mais. O trabalho mais completo sobre o tema publicado no Brasil. É possível baixá-lo gratuitamente no culturadigital.br. Entre os entrevistados: Juca Ferreira, Gilberto Gil, Ladislau Dowbor, Sérgio Amadeu e Laymert Garcia dos Santos.

2) Um filme **Viva Zapatero!**
Direção: Sabina Guzzanti
A atriz e diretora Sabina Guzzanti utiliza uma experiência que viveu para discutir o modelo da RAI, TV estatal italiana. Ela escreveu para a emissora um programa de humor intitulado "RaiOT", inspirado entre outros no brasileiro "Casseta e Planeta". O programa teve uma única edição e foi cancelado porque, entre outros motivos, satirizava Berlusconi. O título "Viva Zapatero!" é uma referência a José Luis Rodríguez Zapatero que, ao assumir o governo acabou com as nomeações políticas na TV estatal espanhola.

3) Um site **http://kucinski.wordpress.com/**
Bernardo Kucinski, professor aposentado da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP) é um dos maiores especialistas em mídia alternativa. No entanto, depois de trabalhar por quatro anos no governo federal, ele decidiu estudar a comunicação pública. Como resultado realizou um curso sobre o tema na USP. Os papers utilizados neste curso e os textos por ele produzidos podem ser acessados neste site. Eles estão nos meses de março, abril, maio e junho de 2009. Em fevereiro de 2010, se encontra um Código de Ética na Comunicação Pública de Governo que foi desenvolvido pelos alunos do curso, sob a coordenação de Kucinski pelos alunos do curso.

Do tsunami comunicacional à informação como valor

Por Silvio Mieli

Sob o impacto do maremoto com formação de tsunamis que devastou o sudeste da Ásia no final do ano passado, alguns cientistas compararam a força do fenômeno à energia liberada por 30.000 bombas atômicas. O paralelo entre um processo natural (um terremoto que modificou o eixo de inclinação da Terra) com outro artificial e de origem bélica (bomba A) revela as escolhas de toda uma civilização (autodenominada "Sociedade da Informação"). "O êxito científico, incluindo o domínio militar, iguala-se à potência dos fenômenos geofísicos. Esta falta de humildade é sumamente preocupante para o porvir", reagiu o filósofo e urbanista Paul Virilio diante da comparação científica.

O exemplo ilustra uma característica importante da cultura contemporânea. Vivemos sob um paradigma que concebe os elementos orgânicos, inorgânicos e tecnológicos como se fossem um dado, uma cifra, pura informação quantificável, intercambiável, recombinável, passível de apropriação e livre modificação. No caso do tsunami, os grandes símbolos, as referências míticas, os enigmas relacionados ao dilúvio são substituídos por explicações tecnocráticas. E se deixarmos o discurso científico para entrarmos no noticiário político, o tom será o mesmo. A secretária de Estado americana Condoleezza Rice descreveu o tsunami como "uma oportunidade maravilhosa", que "pagou altos dividendos" para os EUA.

Desde a II Grande Guerra, graças à influência da cibernética, da teoria matemática da informação e, posteriormente, com os aportes da microbiologia e da bioinformática, fomos educados a compreender a informação como um "número" e a tratar a comunicação como um instrumento utilitário, uma espécie de "funil" destinado a canalizar os "dados brutos" para determinados interesses específicos. Ora, quando uma concepção desencarnada de informação encontra uma máquina de guerra capitalista instrumentalizada para o lucro, temos a formação de um complexo avassalador, cujos desdobramentos já conhecemos. Quantos boletins emitidos pelas grandes redes de televisão mencionaram a sistemática devastação ecológica da costa do sudeste asiático, provocada pela construção de hotéis, resorts, refinarias, pela pesca predatória de camarões e pela destruição da barreira de corais?

No entanto, diante da sistemática produção do horror capitalista transmitido ao vivo, não basta descrever a barbárie e denunciar o seu poder. A lição dos recentes embates entre o movimento social e os conglomerados midiáticos aponta para a construção urgente de linhas de fuga da comunicação dominante. Ao mesmo tempo, a gravidade da situação nos compele a vivenciar a comunicação como uma prática ativa, ao invés de sermos meros receptores de informação, sempre filtrada pelos funis corporativos.

Da contra-informação ao midiativismo

A estratégia dos meios de comunicação alternativos entre o final dos anos sessenta e meados dos anos oitenta estava assentada no modelo de contra-informação, uma estrutura na qual, segundo o pesquisador John Downing, as classes e o Estado capitalista são analisados meramente como controladores e censores da informação. Portanto caberia à mídia alternativa quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a sua "verdade". Mas o cenário político, econômico e comunicacional sofreu uma alteração radical nas duas últimas décadas do século XX.

Setores do movimento social por vezes ignoram que a comunicação não é somente uma ferramenta para atingir determinado objetivo. Ela é mais um nível de realidade, uma dimensão que tem vida própria e deve ser encarada a partir de novos parâmetros de análise. Considerando-se que os modos de existência não cessam de se recriar, talvez seja o caso de olhar para um amplo processo de utilização subversiva dos meios de comunicação, o midiativismo, que com suas novas linguagens e, principalmente, com o seu bom humor, nos ajuda a retomar a dimensão do corpo, da mente e do espírito, completamente colonizados pela lógica corporativa.

Ao contrário dos movimentos das décadas de 60, 70 e 80, as táticas midiativistas que despontam em meados dos anos 90, fortemente inspiradas pelo zapatismo, são operações anticorporativas e anticonsumistas. Estas novas práticas estão situadas num "quadripé", que envolve os eixos da arte, da comunicação, da tecnologia e da política. Da esfera da arte essa tática retira a capacidade de resistir à sociedade imperial de controle, influenciadas pelas vanguardas dadaístas e surrealistas e potencializadas pelo diálogo com as tecnologias digitais. Aqui estão envolvidos coletivos (como o Wu Ming e Luther Blisset, dentre outros) que aboliram a noção da autoria e passaram a praticar uma espécie de "artivismo radical", como diria o artista brasileiro Bené Fonteles. Neste contexto estão inseridas também as práticas de interferências culturais, que provocam ruídos em outdoors, subvertem mensagens publi-

citárias, utilizam recursos da antipublicidade para boicotarem e denunciarem grandes corporações, além de criarem campanhas pontuais contra o consumo e contra os abusos da televisão.

Em relação à comunicação, estas formas originais de subjetividade investem num processo de aproximação com o outro, principalmente em relação aos movimentos sociais. Novas redes de comunicação afetiva são tecidas, auxiliadas pelo que sobrou do caráter não hierárquico e descentralizador da internet. O melhor exemplo são os Centros de Mídia Independentes, dimensões sociais liberadas temporariamente do capitalismo globalitário.

O slogan do Centro de Mídia Independente já diz tudo: SEJA A MÍDIA! que quer dizer: "Torne-se a mídia, tome posse do que foi usurpado". Desde as manifestações de Seattle, em 1999, os Centros de Mídia Independente impulsionaram o nascimento de vários coletivos e agências alternativas de informação, que já constituem uma rede qualificada, que se articula rapidamente, como ficou comprovado nas recentes manifestações contra a invasão imperial no Iraque e no caso da derrota do neofascista Aznar na Espanha. Esta rede, enriquecida pela tecnologia da autopublicação (caso dos blogs), está pautando cada vez mais a chamada grande imprensa, que perdeu completamente o vínculo com os movimentos sociais, via de regra desqualificados, criminalizados e demonizados pelos noticiários da mídia corporativa.

Do eixo tecnológico destacam-se as campanhas pelo software livre, as discussões sobre os limites da propriedade intelectual (como o Creative-Commons), a luta pelo uso adequado das tecnologias que podem causar impacto ambiental, a utilização criativa dos fóruns, o projeto de enciclopédia coletiva (wikipedia), a livre troca de arquivos via internet (P2P) e as demais formas de guerrilha comunicacional (via hackers).

Finalmente, da esfera política surgem formas de cidadania e de vida em sociedade que já trabalham com a crise do modelo institucional herdado das sociedades disciplinares. Muitas das novas experiências políticas estão inspiradas na cultura anarquista, que enfatisou as múltiplas realidades de opressão e sempre se preocupou mais com os movimentos sociais do que com as instituições e investiu prioritariamente nos modelos de auto-gestão.

Rádios livres, telecentros, laboratórios de mídias táticas, grupos de teatro dialogando com assentamentos do MST são exemplos de politização na arte, na comunicação e na tecnologia. Além disso, emergem questões novas, como o futuro do humano e a biotecnologia. A este respeito o midiativismo denuncia empresas como a Monsanto em duas frentes: por um lado monitora suas ações corporativas, mapeando-as e informando a sociedade do seu conteúdo, por outro lado denuncia a sua pobreza filosófica. Nas duas frentes joga um papel que a grande mídia se recusa a cumprir, qual seja o de argumentar que as empresas de biotecnologia representam a insegurança alimentar, e não o oposto, ao colocarem em risco a biodiversidade ambiental.

Diante da estratégia avassaladora do capital, o midiativismo articula uma tática de ocupação que poderia ser definida como a "a arte dos fracos" (Michel de Certeau). É um movimento dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado. Todos os recentes avanços por uma outra globalização, incluindo-se os fóruns sociais mundiais, forjaram uma cultura que pressupõe uma nova utilização dos meios de comunicação. Para o midiativismo, toda obra de arte contém germes de resistência e todo meio de comunicação deve ser reiventado, o que significa dizer que seu fluxo de informação tem que ser subvertido. Os caminhos para este processo foram sintetizados na introdução desta agenda, quando Dom Pedro Casaldáliga nos convida a lutar pela cidadania mediática a partir do ser humano, que é "o grande meio de comunicação".

Na verdade, Dom Pedro nos convida à construção de uma nova forma de convivência social, a partir de valores e sentidos articulados comunitariamente. Parte-se aqui da informação como uma diferença, uma intensidade, um valor e uma medida de transformação. Redimensionada, a informação, assim como a sociedade que leva o seu nome e carrega o seu destino, poderá empreender "ações em comum" (comunicações), que ousem desconstruir o poder. Como nos ensina Michel Serres, "loquaz, oca e vazia, a linguagem nada significa se não encarna".

O poder da TV no Brasil

Por Laurindo Leal

Os meios de comunicação de massa e, particularmente, os eletrônicos são estruturais ao modo de produção capitalista funcionando como parte de uma engrenagem que - com sua dinâmica própria e quase autônoma em relação aos demais agentes sociais - impede uma visão externa crítica. Cabe a quem está dentro da máquina exercitá-la. É o que pretendo discutir aqui com vocês. Mas primeiro é preciso entender o seu funcionamento.

Quais as razões para esse acúmulo tão grande de poder, que a torna soberana e soberba, tornando-se gradativamente um perigo para a democracia? Vamos buscar algumas respostas. Comecemos analisando o enunciado proposto para esta exposição. A comunicação se constitui em elemento de poder e dominação na medida em que ocupa o espaço públi co e se impõe sobre ele. Trata-se de um longo processo histórico que se desenvolve no decorrer dos últimos três séculos.

É o período de consolidação do espaço público moderno, um conceito associado, com razão, por Habermas, aos meios de comunicação. Eles recriaram o espaço público emblematizado na Antigüidade pela Ágora grega, forjando novos atores, mas, ao mesmo tempo, estabelecendo os seus novos limites. São eles, os meios de comunicação, que organizam e desorganizam o espaço público.

Tomemos como ponto de partida histórico para chegar a esse raciocínio as cidades da Europa ocidental do início do século 18. A burguesia ascendente - e sua parte mais intelectualizada - defende o princípio da publicidade nas coisas públicas em oposição à prática do segredo, característica do estado monárquico. Esse debate trava-se nos salões, nos clubes, nos cafés. Discute-se literatura e política. Em Londres, por volta de 1810, havia três mil locais desse tipo espalhados pela cidade.

Estava se formando o público. No sentido de indivíduos que se reúnem para falar e ouvir. A burguesia começa a estabelecer um espaço de mediação entre a sociedade civil e o Estado. O discurso crítico e racional sobre literatura - mas também sobre política - passa a gerar um fenômeno até então desconhecido: o surgimento de uma opinião pública com força suficiente para influir na política geral.

Da expansão à atrofia

Mas isso ocorria em recintos ainda restritos física e socialmente. As paredes dos salões e as posições sociais eram os limites. Os jornais - com sua diversidade de opiniões - e mais tarde o rádio e a televisão - vão ampliar esses espaços. Horizontalmente tiram o debate dos salões e o espalham pelas ruas. Verticalmente, começam a atingir camadas sociais diferenciadas.

Surge uma esfera pública ampliada pelos meios de comunicação que, ao mesmo tempo, a dinamizam e a atrofiam. São eles que rompem os limites físicos dos salões, mas - ao mesmo tempo - impõem novos limites. Primeiro colocando-se como mediadores entre os cidadãos - entre os emissores e os receptores das mensagens - recortando a cidade e o mundo de acordo com os seus interesses e idiossincrasias. Passa-se da comunicação direta, face-a-face à comunicação mediatizada. E quase simultaneamente, dentro da lógica da acumulação capitalista, o espaço público se atrofia com a consolidação dos monopólios e oligopólios comunicacionais.

São novos limites, só que erguidos em outro patamar social. Um patamar bem mais amplo do que aquele dos salões e com a presença de um número maior de atores. Se os cafés dos séculos 18 e 19 recuperaram e ampliaram a Ágora grega, os meios de comunicação - especialmente os eletrônicos, a partir da segunda metade do século 20 - vão levar a dinamização e o atrofiamento a níveis globais.

Num primeiro momento dinamiza-se o processo, com novas fronteiras e novos participantes, para logo em seguida atrofiá-lo com a lenta destruição do espaço de troca, existente até então tanto nos debates orais quanto na diversificação ideológica dos jornais, porta-vozes de pa rtidos e grupos. Fecha-se o espaço da discussão. O público se transforma em massa. Massa receptora das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação e excluída do debate.

Aplica-se a esse processo o mesmo raciocínio utilizado por Florestan Fernandes para explicar os limites da revolução burguesa. Ao confrontar-se com a aristocracia, a classe revolucionária empalmava os ideais da liberdade, igualdade e fraternidade. No poder ela estanca esse processo que, se seguisse em frente, caminharia rumo ao socialismo. Com os meios de comunicação e o espaço público acontece o mesmo. Eles se expandem e incorporam novos atores ao espaço público até um determinado limite, imposto pelo processo de monopolização intrínseco à acumulação capitalista.

A esperança e o fracasso da Nomic

Agora não são mais apenas cidadãos de determi-

nados países que entram em cena. Mas são os países e suas corporações transnacionais como um todo que disputam o espaço público global. Até os anos 1980 ainda procurava-se estabelecer um equilíbrio nessa competição, com forte presença da Unesco no incentivo à criação de uma Nova Ordem Mundial da Comunicação (Nomic) capaz de equilibrar o fluxo informativo no mundo. Apoiada pelas jovens nações africanas e asiáticas, recém libertadas do colonialismo, a idéia de uma comunicação circulando pelo hemisfério sul e do sul para o norte ganhou força. Surgiu dai a Comissão Mac Bride e seu resultado concreto: o livro ?Um mundo, múltiplas vozes?, publicado pela Unesco e que completa, em 2010, 30 anos.

A esse movimento segui u-se uma forte reação dos defensores do ?status-quo?. Numa demonstração do reconhecimento do poder que tem a comunicação no mundo, os Estados Unidos lideraram um processo de abandono da Unesco em represália ao apoio dado pela organização ao debate em torno de uma nova ordem mundial da comunicação e da informação.

No Brasil ocorreu um debate amplo sobre a possibilidade de implantação da Nova Ordem. A imprensa - ainda que de modo geral contrária à idéia - foi obrigada a entrar na discussão. Debateu-se na Universidade, nos setores progressistas da Igreja Católica e nas organizações de jornalistas. Nestas destaque-se o papel da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) que criou, por decisão do seu 18º Congresso, realizado em agosto de 1980 em Brasília, uma Comissão Permanente para o Estudo da Ordem Informativa Internacional coordenada pelo jornalista Guy de Almeida. Durante o seu funci onamento a Comissão pesquisou, discutiu e apresentou propostas sobre o tema à FENAJ e às reuniões nacionais da categoria.

Ficou constatado que naquele momento, ao final da ditadura militar, uma nova ordem internacional da comunicação e da informação deveria ter como referência uma ordem nacional democrática e equilibrada.

Foi esse trabalho que impulsionou a presença dos jornalistas brasileiros na constituição da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação e que permitiu uma articulação da categoria para influir na Comissão Temática que tratou do assunto durante o processo de elaboração da Constituição brasileira de 1988.

Cabe lembrar que essa Comissão foi a única a não encaminhar à Comissão de Sistematização nenhum texto aprovado, tal o dissenso existente entre seus membros. Um fato que demonstra bem o papel e a importância estratégica da comunicaçã o na organização dos Estados nacionais.Com a tomada do poder no continente de governos afinados com o Consenso de Washington o movimento por uma Nomic praticamente desapareceu da região. Por sua vez, a comunicação social deixou de ser preocupação central da Unesco e tornou-se cada vez mais um bem de mercado instalando-se comodamente no âmbito da OMC, a Organização Mundial do Comércio. Ela passa a caminhar de forma acelerada pela lógica da concentração, como toda e qualquer mercadoria.

A lógica da concentração capitalista

Pesquisa realizada no início do ano 2000 mostrou a tendência de que quatro ou cinco grupos venham a dominar todas as formas de mídia concebíveis, da imprensa tradicional à Internet, passando pelo cinema, rádio, televisão, vídeo-games, não só nos Estados Unidos como provavelmente em todo o mundo. As mega fusões dos grandes grupos de comunicação ocorridas nos últimos anos são a confirmação da tendência apontada no início da década.

E como essa concentração, com a atrofia do espaço público global, se reflete no Brasil? Com defesas vulneráveis, a sua ocupação por forças do mercado tem sido muito rápida. O professor Octavio Ianni lembrava em um dos seus últimos livros como o país vinha se transformando em ?mera província do capitalismo mundial?. Privatizaçõ es, fusões e vendas de empresas estratégicas de telefonia e telecomunicações e as mudanças constitucionais que permitiram a abertura da mídia ao capital estrangeiro são exemplos da inserção subordinada do país ao mercado global. Sobre a população esse impacto é muito forte e se dá basicamente através da televisão, meio de comunicação de massa hegemônico no Brasil.

Construiu-se aqui uma avançada indústria televisiva, apoiada numa sofisticada rede de comunicações que produz programas de alta qualidade técnica, embalados numa estética sedutora. Essa beleza de luz, cores e sons transita em canais limpos, livres de ruídos e chuviscos inconvenientes. Com isso conquista-se o olhar e a mente, potencializando o poder intrínseco do veículo.

Essa força quase irresistível combina com a impossibilidade de acesso a outras fontes de informação e entretenimento da maioria absoluta da população. Em países onde a distribuição de renda é mais equilibrada, o poder da televisão fica relativizado pelo

acesso aos jornais, livros, filmes, peças teatrais e até pela possibilidade maior de viajar.

Nas nações com perfis de renda mais semelhantes a do Brasil, a televisão está longe de atingir os padrões tecnológicos alcançados aqui e é, portanto, menos sedutora - ou compete com outras faces da indústria cultural, como é o caso do cinema na Índia. Por isso, o papel político e social da televisão no Brasil é único em todo o mundo.

Com forte poder de atração, a televisão brasileira está presente em mais de 90% dos domicílios brasileiros, atuando quase sem nenhuma concorrência. É brutal a desigualdade em relação aos outros meios: a televisão fechada gira em torno de 7 milhões de assinantes, os jornais tiram em todo o Brasil algo como 6 milhões de exemplares diários, de 40 a 50 milhões de pessoas têm acesso à Internet, as revistas semanais vendem 1 milhão e meio de cópias, menos de 1% da população vai ao cinema (não chega a 200 o número de municípios com salas de exibição).

Tirando a TV, os outros meios de comunicação atingem, no máximo, 15% da população brasileira (sobre a internet a porcentagem da população com acesso a ela é um pouco maior mas esse número deve ser relativizado diante do tipo de conteúdo que é acessado). Com boa vontade 30 milhões de pessoas num universo de 180 milhões de habitantes. São 150 milhões que só têm a TV como janela para o mundo. Ai está o poder real do país.

Poder sem controle

Um poder que corre solto, aproveitando-se de uma legislação ultrapassada. É bom lembrar que a televisão surge e se consolida no pós-guerra, num momento em que as democracias mundiais, seriamente abaladas na primeira metade do século XX, estão sendo reconstruídas.

Enquanto os poderes constituídos vão retomando seu processo natural de consolidação, cai sobre eles um poder maior, que é o da televisão. As sociedades européias e a estadunidense, de alguma forma, já haviam estabelecido alguns mecanismos para controlar esse poder que se sobrepõe aos poderes constituídos. Basta lembrar a existência de órgãos reguladores nos Estados Unidos (FCC), no Reino Unido (Ofcom), na França (CSA) e em Portugal (Alta Autoridade para o Rádio e a Televisão). No Brasil, até hoje não criamos nada semelhante.

O filósofo austríaco Karl Popper, liberal empedernido e anti-estatal, no final de sua vida dizia o seguinte: ?A democracia consiste em submeter o poder político a um controle. Essa é sua característica essencial. Numa democracia não deveria existir nenhum poder incontrolado. Ora, a televisão tornou-se hoje em dia um poder colossal. Pode-se mesmo dizer que é, potencialmente, o mais importante de todos, como se tivesse substituído a voz de Deus.? E Popper não conhecia a televisão brasileira...

É sobre esse poder, capaz de eleger e demitir presidentes da República, que a sociedade tem que ter algum tipo de regulação. O Executivo, o Legislativo e até o Judiciário, mal ou bem, já se submetem a um controle externo. Mas não temos como controlar o poder maior da televisão. No caso brasileiro, ainda existe a agravante de que a legislação que regula a televisão e o rádio, o Código Brasileiro de Radiodifusão, é de 1962, retratando uma realidade totalmente diversa da que vivenciamos hoje.

Do ponto de vista tecnológico, naquela época as câmeras eram pesadíssimas, o video-tape acabava de chegar ao país e a televisão ainda era em preto e branco. Sob o aspecto cultural, hábitos, costumes e até valores eram outros. Metade da população ainda vivia no campo. Hoje 80% está nas cidades. Quase 50 anos depois, continuamos com a mesma legislação. Para se ter uma idéia, na Inglaterra a lei de radiodifusão é revista e reformulada pelo Parlamento pelo menos a cada cinco anos, justamente para dar conta das mudanças culturais da sociedade e das modificações tecnológicas dos veículos. No Brasil a televisão opera num vácuo legal.

Esse vazio permite tudo. Uma das conseqüências é a concentração dos meios de comunicação em poucas mãos. Os frágeis limites à propriedade cruzada são facilmente superados pelos grandes conglomerados. Como exemplo, tomemos o maior deles, as Organizações Globo dona de 23 veículos nacionais de comunicação (6 TVs em VHF, 7 emissoras de rádio AM, 6 em FM e 4 jornais), de uma editora com 11 títulos de revistas, duas gravadoras, 5 canais de TV a cabo, uma operadora de TV a cabo e um provedor de Internet. A esse núcleo de poder se associam 204 veículos de emissoras afiliadas instaladas em sete grandes conglomerados regionais controlados pelas famílias Sirotsky com a RBS no Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Jaime Câmara em Goiás, Tocantins e Distrito Federal; Antonio Carlos Magalhães na Bahia; Albano Franco em Sergipe; Collor em Alagoas; Alves no Rio Grande do Norte, Sarney no Maranhão e Calisto Lobo, no Piauí, para ficar apenas em alguns.

80% da população brasileira tem nesses meios a sua única fonte de informação. Assim não há democracia que resista. Uma população que não sabe que a radiodifusão é operada como concessão pública, porque a TV não divulga esse fato. O poder se protege e a sociedade não sabe - em parte alguma do país - quando começa e quando termina uma concessão de TV. E faz de tudo para que as regras do jogo permaneçam inalteradas. Essa é a verdadeira caixa-preta da radiodifusão brasileira.

Alternativas e propostas

Setores da sociedade têm despertado para o tema. Os anos 1990 marcaram os piores momentos da televisão brasileira em termos de qualidade, com a programação - em geral - descambando para o desrespeito à dignidade humana. As violações aos direitos humanos são vistas no auditório e no jornalismo sensacionalista.

A resposta da sociedade, ainda que incipiente, manifestou-se de maneira inusitada. Não se repetiram, de forma geral, ações moralistas com for tes traços de censura, como o triste movimento que ficou conhecido nos anos 1980, em São Paulo, como ?as senhoras de Santana?. Parece não haver mais espaço para tamanho retrocesso.

Os movimentos da década de 1990 e que permanecem ativos enquadram-se nas regras do jogo democrático, exigindo daqueles que detêm uma concessão de TV, mais responsabilidade social. Repudiam a censura, mas exigem o respeito à lei e às convenções internacionais - principalmente na área dos Direitos Humanos - firmadas pelo Brasil. Os concessionários são livres para colocar no ar_o que quiserem, mas caso infrinjam a lei, devem sofrer as devidas conseqüências. As concessões são contratos que deveriam especificar o tipo de serviço público de radiodifusão a ser prestado.

Com deveres, direitos e sanções para quem não cumprisse o estabelecido, formulados de forma clara e amplamente divulgados à sociedade. Dessa forma elimina-se qualquer possibilidade de censura, mas exige-se o cumprimento dos contratos, das leis e dos acordos internacionais.

Nessa linha podemos destacar a ONG Tver e a Campanha contra a baixaria na televisão. A primeira, em representações ao Ministério Público, obteve significativo sucesso coibindo abusos praticados por emissoras de TV que seguidamente violavam o Estatuto da Criança e do Adolescente. A segunda, levando alguns anunciantes a reverem o patrocínio de programas que atentavam contras às leis e à dignidade humana.

A Campanha contra a baixaria na TV é uma das respostas da sociedade à queda de qualidade da programação da televisão comercial brasileira. Ela surgiu num momento em que se ampliavam às críticas de vários setores da sociedade aos programas que, cada vez em maior número, atentavam contra princípios básicos da dignidade humana e da convivência civilizada. Anterior a ela, outro grupo organizado já vinha atuando sobre o mesmo problema: a ONG Tver - TV e responsabilidade social. Essa organização acompanhava a programação da televisão, manifestava-se publicamente sobre ela, encaminhava demandas de telespectadores às emissoras e órgãos públicos, promovia palestras e debates, além de publicar análises de especialistas de diferentes áreas do conhecimento.

Em algumas de suas ações a ONG Tver teve sucesso, noutras constatou o poder e a arrogância dos concessionários. Foi o caso da menina exposta à curiosidade pública pelo programa Fantástico, da Rede Globo. Ela teve que decidir, no ar, se viveria com a mãe biológica pobre ou com a mãe adotiva rica. Questionada sobre sua responsabilidade diante da saúde mental dessa criança, a emissora limitou-se a responder que ela não tinha que dar satisfações para a ONG.

Em outra situação, no entanto, acio nado o Ministério Público, um apresentador foi levado à justiça e condenado por expor em seu programa duas meninas de dez anos, que supostamente haviam sido trocadas na maternidade ao nascer. Durante cerca de 40 minutos elas permaneceram no auditório, esperando o resultado do exame de DNA, cujo resultado decidiria se voltariam ou não para casa com os pais que as haviam trazido. Todo tempo aos prantos. A Justiça entendeu que havia ocorrido uma nítida violação do Estatuto da Criança e do Adolescente e puniu os responsáveis. Outro movimento, a campanha contra a baixaria na TV, embora centrada no mesmo problema, buscou um foco mais específico: responsabilizar as empresas patrocinadoras dos programas considerados ofensivos à dignidade humana denunciando-os como financiadores de ações contra a cidadania. A idéia surgiu a partir de uma reunião nacional, realizada em 2001 em Brasília, dos Movimentos de D ireitos Humanos de todo o país que concluíram ser a TV um elemento de violação desses direitos.

A Câmara dos Deputados, através de sua Co-

missão de Direitos Humanos assumiu a campanha constituindo uma Comissão de Acompanhamento da Programação de Televisão (CAP) com a tarefa de analisar as reclamações dos telespectadores, realizadas através do telefone ou da Inter_et e emitir pareceres para análise do plenário da Comissão. Uma vez aprovado o parecer este é enviado à emissora para manifestação e possível alteração na linha do programa analisado. Caso essas negociações não alcancem êxito, o parecer é levado ao anunciante para que ele tenha conhecimento do tipo de ilegalidade que comete ao patrocinar determinado programa, além de dar a mais ampla publicidade possível aos seus termos.

As análises da Comissão são feitas segundo parâmetros legais estabelecidos para o funcionamento das emi ssoras na Constituição da República, nas leis que regulam o setor e em tratados internacionais firmados pelo Brasil. Com isso procura-se reduzir ao máximo a subjetividade das análises e dos pareceres. Uma cartilha com os princípios da campanha e com o resumo dos textos legais adotados está disponível no site eticanatv.org.br.

Alguns resultados concretos já podem ser observados. A cada ranking de programas mais criticados pelos telespectadores - que recebe boa cobertura dos meios impressos de comunicação - produtores e apresentadores dão respostas públicas, outros procuram integrantes da campanha para explicações e alguns anunciantes manifestaram a intenção de rever seus patrocínios (dois já retiraram o apoio publicitário a programas baseados no sensacionalismo policial).

Trata-se de fato inédito na sociedade brasileira. Pela primeira vez agentes sociais interferem em negócios equivoca damente considerados privados. À ação da campanha houve uma reação destemperada de algumas emissoras através de seus porta-vozes. Protestaram contra o fato dos anunciantes serem sensibilizados para o problema entendendo isso como uma intromissão indevida em assuntos privados. Claro que a televisão - como foi dito antes - não é um assunto privado. É um serviço público e, como tal, pode e deve receber influxos da sociedade.

Dessa forma a campanha - como ocorreu antes com a ONG Tver - acaba informalmente exercendo o papel que deveria ser do órgão regulador. Na falta dele, parte - ainda pequena - da sociedade, busca nessas organizações os canais possíveis de participação no debate sobre a qualidade da televisão brasileira. Nada disso, no entanto, substitui a necessidade de marcos regulatórios claros, precisos e modernos para o rádio e a televisão, alem de órgãos reguladores c om poder para fazer com que suas regras sejam cumpridas.

O futuro das comunicações passa pela mídia pública

Por Arthur William

A recente evolução dos meios de comunicação barateou os custo da produção de conteúdos, porém manteve-se quase que intacta o histórico quadro de concentração dos meios de distribuição. A Constituição de 1998 estabelece uma divisão das comunicações entre três tipos de veículos de rádio e TV: privados, estatais e públicos. Apesar do artigo 223 da lei maior do Brasil prever uma divisão igual ente estas estações, a realidade é muito diferente.

O histórico de concessões de canais aconteceu de acordo com interesses políticos durante a ditadura militar e o início da democratização. Já a digitalização é um momento de reescrever esta história, abrindo um novo capítulo no caminho das comunicações.

Contudo, esta etiqueta não é compartilhada por outros países do mundo, nem mesmo na América Latina. Na Argentina, por exemplo, uma nova lei que regulamenta o setor estabelece que os meios de comunicações devem ser divididos igualmente entres os comerciais, os públicos (aí incluídos os estatais) e os sem fins lucrativos. Neste último, enquadram-se as estações comunitárias e populares do país.

No caso do Brasil, cada serviço de comunicação apresenta uma interpretação diferente da chamada complementaridade entre os sistemas. Para as rádios, há a denominação de comunitárias. O mesmo acontece na TV, porém apenas no serviço por assinatura à cabo.

Por outro lado, existem ainda as chamadas emissoras educativas e culturais, em boa parte fortemente ligadas e dependentes do poder executivo, seja as estaduais, como também os chamados canais federais do campo público.

Não só a indefinição do enquadramento é uma pedra no sapato. Estes últimos canais, do campo público, apresentam grandes problemas de financiamento. Na formulação dos movimentos sociais, emissoras públicas são aquelas que apresentam independência financeira e administrativa, além de possuírem participação social. A realidade, porém, é bem diferente.

As emissoras educativas e culturais estaduais, por exemplo, sofrem com o corte de verbas quando adotam uma linha crítica em relação ao governo local. Ao deixarem de ser um diário oficial do governador, sua operação fica inviabilizada, por falta de recursos.

Do lado das rádios comunitárias, a restrição tem origem na definição dada pela lei 9612, de 1998. A Lei da RadCom estabelece estas emissoras como locais, de baixa potência e de poucos recursos: um verdadeiro veículos dos pobres. A quase exclusividade do voluntariado nas comunitárias limita sua atuação e seu papel, o qual não pode e não é cumprido por nenhuma das comerciais.

Financiamento público para emissoras públicas

O modelo de negócios da mídia tradicional, baseado na venda de audiência, está fadado ao fracasso. A rápida pulverização dos ouvintes/telespectadores/leitores nos novos meios digitais não é acompanhada pelo crescimento do bolo publicitário. Consequência disto é a falência de diversos meios de comunicação e as tentativas de impedir a multiprogramação na TV Digital.

Neste contexto, somente a mídia pública poderá manter uma produção e veiculação de informações com qualidade, atendendo a um direito do cidadão. Só que, para isso, é preciso que seja criado um fundo público para financiamento das emissoras.

Com verba garantida, independente de governos, os canais públicos e comunitários poderão cumprir seu papel de informar com eficiência.

A postura da grande imprensa perante o lulismo na eleição de 2010

Por Gabriel Gutierrez

Os três jornais de classe-média mais importantes do Brasil e a revista semanal mais vendida do país têm uma inequívoca tradição histórica de alinhamento com as forças sociais e políticas conservadoras. Tal afinidade já se manifestou, em momentos agudos, no estímulo e subseqüente adesão ao golpe militar-civil de 1964 que tomou o comando do Estado de assalto, desprezando, assim, a Constituição, a legalidade e a vontade popular expressa eleitoralmente de forma democrática. Essa mesma parceria entre a grande mídia empresarial nacional e as forças tradicionalmente anti-populares apresentou-se também em episódios de fraude eleitoral (Eleição de Brizola em 1982) ou em casos de ajuda material ao aparelho de repressão política do Estado autoritário.

A esses acontecimentos - que costuram uma ação política coerente ao longo do tempo em que fica evidente o caráter autoritário e elitista da postura jornalística dos mencionados veículos - poderiam se somar diversos outros. A lista de itens que comporiam essa ficha corrida de desserviços prestados à democracia brasileira durante o século XX seria extensa.

Contudo, os tempos mudaram. A condição histórica do Brasil alterou-se nos últimos 30 anos, e a reflexão sobre a ação política dessa imprensa precisa levar em consideração as transformações sociais, políticas e econômicas por que o país tem passado. Nesse sentido, a tentativa de reflexão sobre as questões que envolvem a ação discursiva da imprensa e o regime democrático nos tempos correntes deve responder a seguinte pergunta: como se reprocessou essa tradição autoritária e elitista da grande mídia impressa brasileira sob o contexto de um regime representativo liberal e de uma economia de mercado sem as intervenções do Estado autoritário. Numa frase, trata-se de questionar como a imprensa brasileira desempenhou sua função democrática num contexto de eleições livres, votações em massa, forças sociais contraditórias em disputa pelo poder e capitalismo liberal.

O primeiro fato é que a imprensa brasileira veio consolidando um processo de modernização de suas práticas e estruturas, onde as idéias de profissionalismo no trato com a notícia - agora vista como mercadoria - e de objetividade e neutralidade (em relação a partidos) tiveram preponderância. O segundo fato é que essas empresas agora teriam que lidar com campanhas eleitorais massivas, periódicas e altamente midiatizadas.

Tendo em vista essa condição, a observação das três primeiras eleições presidenciais brasileiras nos mostra que as idéias de objetividade e neutralidade não operam como norteadoras da ação desses jornais quando se trata da cobertura de campanhas eleitorais. A cobertura, em termos gerais, favoreceu primeiro Fernando Collor e depois Fernando Henrique Cardoso. À maior força eleitoral de oposição, o PT, sempre foi associada a imagem de radicalismo (de esquerda) e ruptura institucional.

Em 2002, contudo, como conseqüência de transformações iniciadas antes, o PT encampa uma candidatura com perfil mais moderado, aceitando as regras do regime capitalista, mantendo compromissos com a postura neoliberal do governo do PSDB e propondo na sua aliança partidária uma convergência entre capital e trabalho. Frente a uma candidatura com essas características, o enquadramento que o PT recebia por parte dessa imprensa conservadora teria que se alterar de alguma maneira, já que seria fora de propósito chamar de radical um partido que nitidamente fazia custosas concessões ao status quo para aumentar seu capital eleitoral e ganhar as eleições.

Além disso, a imprensa também teria que lidar com a novidade de ter como mandatário, no comando do estado brasileiro, forças de esquerda, historicamente de oposição, representando sindicatos, movimentos sociais e grupos que construíram sua trajetória política se opondo às estruturas conservadoras de reprodução da desigualdade social.

Esse seria o grande teste para essa imprensa historicamente elitista: saberia ela lidar com a alternância no poder, com as novas elites que surgiriam daquele processo, com as novas forças sociais emergentes? Saberia ela incorporar as novas demandas que oriundas das conseqüências da ação do novo governo, agenciando o debate público, informando os cidadãos? Conseguiria essa imprensa, com sua folha corrida, lidar com as alterações na realidade brasileira que se desenhariam depois da posse de Lula em 2003? Numa frase, faria a imprensa o que ela diz que faz, ou seja, representar a opinião pública, ter compromisso com o interesse público, o leitor e o relato honesto dos fatos?

Não. A grande imprensa brasileira não cumpre seu papel na democracia brasileira. Antes disso, ela é um dos pontos fracos da nova realidade política e social que emerge a partir dos anos 80. Tal debilidade fica nítida na observação da maneira raivosa e engajada com que ela se coloca de forma crítica

em relação ao governo Lula. Se existisse um teste que avaliasse o compromisso dessa imprensa com a democracia brasileira, O Globo, Folha, Estadão e Veja seriam reprovados por desrespeitar os princípios básicos do jornalismo em nome do engajamento político contra Lula.

Tal descompromisso é facilmente comprovado. Os cidadãos brasileiros não encontram nesses veículos (1) nenhum incentivo para a participação política e ou ações ligadas ao exercício da cidadania. Ao contrário, os leitores dessa imprensa deparam-se constantemente com a idéia de que a política é o lugar da esperteza inescrupulosa e da corrupção, de que os partidos e os movimentos sociais (baderneiros) não representam ninguém a não ser os interesses particulares de seus membros e de que o Estado é o lugar da ineficiência e do parasitismo. Além disso, em geral, essa imprensa despolitiza reiteradamente as questões referentes ao público através do personalismo, sensacionalismo e moralismo. Especialmente este último. Ou seja, essa imprensa não cumpre sua função democrática em sua chave republicana.

Além disso, nas páginas desses meios, (2) não está presente a pluralidade de discurso existentes numa sociedade em franco processo de complexificação como a brasileira. Ao contrário, vigora a predominância de um pensamento monocórdico, em geral afeito aos preceitos liberais, que associam o mercado à eficiência e à distribuição ótima dos recursos e que preconizam a supremacia do âmbito privado sobre o espaço público com um Estado de ação reduzida e objeto de criminoso ajuste fiscal.

É evidente também a criminalização dos movimentos sociais e sindicatos. Tais organizações raramente conseguem agendar temas nas páginas dessa imprensa ou fornecer "a sua visão dos fatos". Ou seja, uma longa lista de discursos sociais é ignorada pelo jornalismo que se arvora a condição de voz da sociedade, ou algo que o valha. Para conferir autoridade e legitimidade ao enquadramento unívoco apresentado nas matérias estão sempre à disposição os mesmos 3 ou 4 acadêmicos. Ou seja, essa imprensa não cumpre sua tarefa democrática de refletir em suas páginas a variedade da opinião pública.

Por não abrir suas páginas para a diversidade de visões de mundo da sociedade brasileira, (3) essa imprensa também não agencia o debate público sobre as questões relevantes para o país. Antes disso, nesses veículos o debate é sufocado. Note-se que a capacidade de agenda da campanha de Dilma Roussef é mínima, enquanto a retroalimentação entre as páginas dos jornais e a candidatura Serra é evidente. Ou seja, essa imprensa não cumpre sua função democrática de viabilizar que o eleitor brasileiro possa comparar as perspectivas de realidade apresentadas pelas forças políticas que disputam o controle do executivo nacional.

Vemos, portanto, que essa imprensa não dá voz à pluralidade da opinião pública, não incentiva a politização da sociedade e não viabiliza o debate público. Contudo, há algo do ponto de vista das liberdades democráticas que ela faz incessantemente: fiscalizar e criticar as ações do governo Lula. Nunca um governo conheceu cão de guarda tão feroz como esse. Ou seja, no Brasil, em linhas gerais, há liberdade para a imprensa fiscalizar e confrontar as ações do governo federal e as políticas de Estado em clima de normalidade democrática. Decerto, há exceções e as circunstâncias em estados e cidades menores podem ser diferentes.

Assim sendo, vemos que a tradição autoritária e elitista dessa imprensa reconfigurou-se, na moderna democracia brasileira em contexto de liberdade de imprensa e de expressão, num descompromisso completo com os preceitos profissionais do jornalismo, a diversidade da opinião pública e os pressupostos democráticos para uma relação republicana entre a comunicação e o regime representativo.

Mas se essa imprensa não tem compromissos com a democracia brasileira e com o fluxo plural e livre de informações no "mercado de ideias", tem compromissos com que(m)? Se ela não se comporta como espaço de veiculação de informação diversificada e de interesse público, a qual papel se presta?

Hoje e durante os últimos 7 anos, sem dúvida, o compromisso dessa imprensa foi o de colocar-se contra Lula. Serviu de plataforma de elaboração de críticas a ação do presidente e de alimentou incessantemente a máquina discursiva da oposição contra o governo federal. Sendo assim, ler as páginas desses veículos hoje significa estar enviesadamente informado sobre a realidade política do Brasil, significa ler um panfleto que contempla apenas uma visão parcial da realidade a partir da ótica de um partido: o do anti-petismo e do anti-Lulismo.

Feito o diagnóstico, estabelecem-se duas tarefas fundamentais para a democracia brasileira no que se refere ao jornalismo à informação política para a cidadania. A primeira é a criação, manutenção e

intensificação dos fluxos de comunicação, que se contraponham à ação discursiva desses veículos conservadores, e viabilizam uma circulação mais democrática e plural da informação política no país, especialmente no que diz respeito às demandas das forças populares.

Em segundo lugar, é necessário um exercício crítico contundente e constante de contra-hegemonia que mine o capital simbólico, o prestígio, a credibilidade e, especialmente, a capacidade de agenda desses veículos, deixando claro para o cidadão comum que *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e V*eja* não representam a opinião pública brasileira, não têm compromisso com o interesse público ou com a democracia do país e que a informação que produzem - a mercadoria que vendem - continua recheada de elitismo e autoritarismo.

Comunicação e desenvolvimento

Por Gabriel Gutierrez

Este texto tem por objetivo discutir a construção de uma política pública e democrática no âmbito das comunicações, que contribua para a materialização de uma estratégia de desenvolvimento em nosso país. Ao contrário do parece à primeira vista, o desenvolvimento não é um consenso na história brasileira recente. De 1991 até hoje, a política macroeconômica adotada por diferentes governos - com exceção da administração Itamar Franco - não teve como vetor principal o desenvolvimento, mas a financeirização das atividades econômicas. Estas opções concentraram renda e geraram ganhos espetaculares a uma pequena parcela da sociedade. Tivemos com isso taxas medíocres de crescimento econômico por mais de 15 anos.

A implantação de tais orientações só foi possível com a virtual supressão do debate de rumos para o país e pela desqualificação pública das idéias divergentes. Assim, os setores mais afinados com o capital financeiro - nos governos e nas grandes corporações privadas - buscaram obter um amplo apoio social, com vistas a obter hegemonia para suas teses. Os meios de comunicação, em sua maior parte, tiveram aqui um papel decisivo.

Tentaram convencer a sociedade que os interesses de uma minoria equivaliam aos interesses de todos e de que não haveria outro caminho - there is no alternative - a não ser privatizar, reduzir o papel social do Estado, desregulamentar a esfera financeira e liberalizar a área comercial.

Se é verdade que a maioria dos meios de comunicação teve uma função relevante para a implantação das idéias neoliberais em nosso país, papel semelhante estão tendo para confundir a sociedade após a realidade ter mostrado a falência de tais políticas na promoção de desenvolvimento, bem estar e para a construção de um país mais justo.

Assim, sem buscar controlar ou interferir na atividade de imprensa, o Estado brasileiro precisa construir normas - em conjunto com a sociedade - de atuação democrática dos meios de comunicação, para que a livre circulação de idéias possa acontecer. Um dos pressupostos para isso é definir comunicação, em sentido amplo, como um direito inalienável do cidadão, o direito de receber e emitir informações, o direito de ter opções e o direito de sobrepor a cidadania ao inesgotável poder de fogo das grandes corporações midiáticas. Não basta apenas debater a imprensa, é necessário que se lancem luzes sobre a comunicação como parte do arcabouço superestrutural de uma sociedade democrática, plural e complexa como a brasileira.

As linhas que se seguem partem de um pressuposto: só teremos desenvolvimento em seu sentido mais geral - melhoria geral das condições de vida e trabalho, expansão econômica, distribuição de renda, aumento da soberania nacional e aprofundamento dos canais de participação política - com a democratização das comunicações.

A teia que nos informa

A última década do século XX foi palco das mais profundas transformações no terreno da mídia em pouco mais de cem anos. As redes de comunicação, anteriormente compreendidas em limites nacionais, têm se integrado a um sistema transnacional, cujos centros irradiadores principais são os oligopólios midiáticos dos países ricos, em especial os dos Estados Unidos. Não é fenômeno diverso do que ocorre em outras esferas do capitalismo internacional, como os mundos das finanças, do comércio e da indústria, que se realizam cada vez mais em escala global.

Os avanços tecnológicos, combinados com reformas de privatização, desregulamentação e enfraquecimento do poder estatal nos países periféricos, abriram espaço para que as corporações de mídia espalhassem seu poder acima dos limites geográficos, nas áreas de produção de conteúdo, distribuição e acesso. Os empreendimentos do setor exigem cada vez maiores inversões de capital, dificilmente realizadas por empresas de âmbito nacional. Ao mesmo tempo, em período algum da história o alcance e o acesso às informações foram tão grandes como nos dias que correm.

Para seguirem existindo, grupos empresariais de diversos países da América Latina buscam associar-se a grandes corporações mundiais. O fenômeno gera complexas teias de interesses multimidiáticos que pressionam governos a alterarem legislações, a fim de abrigarem-se novas composições societárias e definir rumos para novas mídias. As precárias fiscalizações estatais não conseguem fazer frente a um setor que se modifica e fortalece em ritmo acelerado.

Além do adensamento vertical, as últimas décadas assistiram a um entrelaçamento maior da propriedade de diferentes meios por um mesmo grupo. Os interesses comuns vão da área editorial impressa, passando pelas indústrias fonográfica,

cinematográfica, de telefonia, internet, institutos de pesquisa, até a televisão e o rádio.

Embora a mídia impressa tenha enorme capacidade de alcance, a televisão tornou-se quase imbatível nessa tarefa. Ela chega a lugares onde nem mesmo o próprio Estado - escolas, atendimento de saúde, exército etc. - consegue alcançar. Tornou-se praticamente o único contato externo a suas localidades que vastos setores da população conseguem ter.

Com as aceleradas fusões e concentrações patrimoniais e internacionalizações societárias, as empresas de comunicação se mostram cada vez mais impermeáveis a fiscalização e às regulações democráticas por parte da sociedade. Tal regulação só pode ser exercida pelo Estado brasileiro.

As redes

O Brasil possuía, no início de 2010, 532 jornais diários, de acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ). Temos também seis grandes redes de TV aberta, que comandam 668 veículos - entre emissoras de TV, rádios e jornais -, através de 138 grupos regionais afiliados. A televisão alcança 87,7% dos lares brasileiros, segundo o Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (EPCOM). O país dispõe de dezenas de provedores de internet, que atendem quase 60 milhões de brasileiros. Os quatro maiores são ligados aos grandes empreendimentos de televisão e de mídia impressa.

A maior parte desses meios de comunicação reproduz o noticiário nacional oriundo das redações das nove maiores corporações de mídia do país. Essas empresas todas gostam de se auto-declarar "independentes". Mas o que vem a ser uma imprensa "independente"? Uma definição usual pode ser encontrada em um dos textos contidos na pasta "Documentos sobre o Jornalismo da Radiobrás", divulgada pela estatal em setembro de 2005:

"Um jornal comercial pode declarar que é independente quando ele não está submetido a um anunciante em especial, nem a uma verba privilegiada do governo, nem a um credor ou a um agente financiador que, sozinho, responda por parte considerável das receitas dessa empresa jornalística. Imaginemos que um único anunciante responda por 30% do faturamento comercial de uma empresa jornalística. Se isso de fato ocorrer, esse anunciante estará em condições de exercer pressões sobre o conteúdo editorial dessa empresa. Ela estará, por assim dizer, "nas mãos" desse anunciante. Não contará com a chamada independência financeira e, em conseqüência, terá a sua independência editorial ameaçada".

O conceito é discutível e o enunciado da Radiobrás embute até uma certa ingenuidade. Através dele, passa-se a idéia de que os anunciantes viveriam em um mundo de aberta competição e que não teriam interesses convergentes.

A realidade é um tanto diversa. Bancos, por exemplo, têm demandas comuns e exibem um peso decisivo na conduta das políticas editoriais e governamentais. Mesmo sem ter 30% de participação no bolo publicitário de determinado órgão, uma empresa pode exercer consideráveis pressões sobre ele. Entre bancar uma denúncia contra um anunciante de peso e perder uma verba polpuda, um editor corta a matéria.

O problema não é apenas estar comprometido com demandas de anunciantes. O drama está em as empresas buscarem ocultar tais relações. Campanhas alardeando que determinado meio de comunicação estaria de "rabo preso com o leitor" servem apenas para tirar de cena quem de fato influencia pautas e agendas jornalísticas.

Apesar da fragmentação existente entre os órgãos de imprensa, esse conjunto todo forma uma teia, razoavelmente articulada. Ou um sistema. Pois embora concorram comercialmente, as grandes empresas midiáticas não defendem idéias muito distintas entre si, mas no máximo nuances de uma mesma orientação. Isso se dá não apenas pelo fato de o noticiário nacional - especialmente em matéria de política e economia - ser gerado pelas agências vinculadas às maiores corporações, mas especialmente pelas indústrias jornalísticas, com sua simbiose societária com bancos, empresas de telefonia e outros empreendimentos nacionais e estrangeiros, defenderem, antes de tudo, seus negócios e interesses.

Definindo a agenda nacional

O poder da grande mídia brasileira e do sistema por ela formado não é especialmente o de "fazer a cabeça" das pessoas, mas o de pautar a agenda nacional. Não fazem a cabeça, por terem se dado mal nas eleições de 2006, quando a maior parte dos jornais e emissoras foi derrotada em sua preferência eleitoral por Geraldo Alckmin. Mas a situação precisa ser relativizada. A mídia perdeu nas urnas, mas venceu em boa parte da agenda. A política econômica dos dois governos Lula, no que toca ao monetarismo do Banco Central, é um aprofundamento da orientação

de Fernando Henrique Cardoso, apoiada integralmente pelos principais órgãos de imprensa.

Derrotada no método e vitoriosa no mérito, as grandes corporações de mídia tentam acertar o passo. Embora o processo privatizante tenha continuado após 2002 - o exemplo mais importante é a privatização do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) -, o governo Lula está longe de realizar os sonhos do privatismo ortodoxo da era tucana. Ao não seguir estritamente a trilha anterior, vendendo estatais do porte da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, ao não criminalizar os movimentos sociais, ao apostar em uma integração latino-americana e ao realizar eficientes políticas sociais compensatórias, o governo Lula ganha uma oposição sistemática da grande imprensa. Ao mesmo tempo, a política do Banco Central é exaltada como se fosse a oitava maravilha do mundo.

Não só a mídia apóia o núcleo fundamental das orientações econômicas, como o governo financia parte considerável dos veículos de informação, através de gordas contas publicitárias. A administração federal, juntamente com as estatais, é o maior anunciante do país.

A mídia local, em sua maior parte, não tem lá muito compromisso com a democracia. O Estado de S. Paulo, O Globo, a Folha de S. Paulo e outros articularam e apoiaram o golpe de 1964, como demonstrou René Armand Dreifuss, em seu clássico "1964, a conquista do Estado". Os dois últimos veículos estavam com o regime militar, mesmo em seus anos mais repressivos, só se distanciando dele quando o apoio comprometia negócios e vendas. A imprensa brasileira, ao longo do último século, tem sido a força principal de mobilização da direita, atropelando, quando preciso, as instituições democráticas.

Apesar das várias transformações democratizantes ocorridas no Brasil, nas últimas três décadas, o relacionamento dos meios de comunicação com a sociedade - especialmente, com os mais pobres - não mudou. Em alguns casos, piorou. Os jornais, por exemplo, com tiragens cada vez menores, buscam firmar-se entre os leitores de maior renda. Exemplo disso é pesquisa sobre sua circulação, publicada na Folha de S. Paulo, de 11 de novembro de 2007. Ali se exibem dados do IVC, dando conta que a tiragem do maior jornal do país caiu de 530 mil, em 1997, para 307 mil, na data em que a matéria foi publicada. A reportagem tem por título "Leitor da Folha está no topo da pirâmide social brasileira". Para enfrentar a queda nas vendas, o diário investe em suplementos e promoções voltados para a elite, como cadernos de compras em shoppings, estilo de vida, ginástica etc.

Guerra assimétrica

Existem contrapontos a essa mídia? Sim, existem. Há vários veículos impressos, sites e blogues tentando abrir fissuras nesse verdadeiro bloqueio midiático existente no Brasil. Apesar da profusão de órgãos alternativos, o que se assiste é uma verdadeira guerra assimétrica no terreno da informação. A grande mídia é composta por empresas, cujos investimentos alcançam a casa do bilhão de reais, que hoje se associam a megacorporações internacionais. Nenhuma empresa, entidade ou indivíduo em atividade no setor e que se coloca como alternativo tem escala ou potencial para fazer frente aos interesses e montantes em jogo.

Há apenas um único ente com porte e capacidade para realizar este enfrentamento e ser um instrumento na luta pela democratização das comunicações. Trata-se do Estado. Este tem condições de impor limites legais à formação de monopólios, outorgar e suspender concessões públicas e de produzir uma comunicação democrática e de qualidade, sem se vincular a interesses comerciais imediatos.

O surgimento da TV Brasil, projeto da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, pode cumprir parte desse papel. Sua independência em relação à mídia privada será tanto maior quanto mais pública e estatal for sua característica. Tal idéia está longe de ser consensual.

A grande imprensa tem aberto suas páginas para que articulistas conservadores reclamem da pretensa falta de independência em relação ao governo que tal emissora terá, pelo fato de seu conselho editorial ser nomeado pelo Presidente da República. A TV Brasil, segundo tais articulistas, precisaria ter um caráter público não estatal, para se livrar de indesejáveis pressões políticas. O conceito de "público não estatal" consolidou-se nos anos 1990, quando as privatizações de serviços públicos deram o tom na política governamental. O curioso é que os argumentos para a autonomia editorial da TV Brasil não deixam de ser uma variante sofisticada das idéias de autonomia operacional do Banco Central.

Uma TV pública estatal não será mais ou menos democrática apenas de acordo com as características de seu conselho, mas sim se o próprio Estado brasileiro tornar-se mais democrático e mais voltado para

os interesses da maioria do povo. O mesmo pode ser dito da necessidade de se aprimorarem os mecanismos de regulação para os meios de comunicação. Tais normas, a serem definidas a partir de debates com representantes de todas as partes envolvidas em políticas de comunicação - entidades, partidos, empresas etc. - não podem resultar de acordos pautados apenas pelo atendimento aos interesses da parte mais forte, as empresas. Isso só será possível através das pressões políticas das forças democráticas e populares. É um caminho longo e difícil, que faz parte do processo de democratização e de desenvolvimento da própria sociedade.

Uma agenda necessária

Qual seria uma agenda viável para esta nova década, que fortaleceria a organização da sociedade e suplantaria os interesses das elites, vocalizadas pela mídia?

Há várias. Mas há um fator que precisa também estar no centro dos debates: o papel das comunicações em nossa sociedade.

A pergunta é: há possibilidade de o Brasil construir um projeto nacional e democrático de desenvolvimento com uma indústria midiática antidemocrática, elitista, excludente e monopolizada, que tenta se legitimar como esfera pública e lócus essencial da definição de rumos para o país?

As entidades populares, os partidos democráticos e incontáveis ativistas sociais já têm um ponto de partida para entrarem nessa conversa. Trata-se das resoluções da I Conferência Nacional de Comunicação, realizada em dezembro de 2009. Um tento histórico! Algumas das bandeiras lá definidas começam a se tornar realidade. Assembleias Legislativas de vários estados começam a construir Conselhos Estaduais de Comunicação. O governo Lula deu início ao Plano Nacional de Banda Larga para fazer frente à falta de investimentos das empresas privadas do setor.

Ninguém quer tolher a livre circulação de informações e impor a censura. A não ser a grande mídia brasileira, que tenta a todo custo, sufocar e colocar uma mordaça esse saudável debate que não tem como ser interrompido.

Eleições presidenciais 2010: as três faces de um mesmo campo político

Por Valério Arcary

Historiadores se dedicam a narrativas que pretendem atribuir sentido ao que já aconteceu. Estas linhas são uma análise de um processo ainda em curso, portanto, um pouco inusitadas. Quem escreve a história do tempo presente sabe que, se o passado recente pode ser tantas vezes quase inexpugnável, o futuro pode ser inesperado. Mas, somente em ocasiões muitas raras o que será se revela, realmente, imprevisível. Existem tendências inscritas na realidade, e que expressam as relações de forças sociais e políticas que estão em disputa. Estas tendências são forças de pressão que restringem, em condições normais, as alternativas em disputa a poucas possibilidades.

A surpresa das eleições presidenciais de 2010 no Brasil é que, pela primeira vez desde 1989, elas não deverão ter nada de surpreendente. O Brasil passou a ser previsível. Não serão surpreendentes por duas razões: porque é improvável que Marina possa disputar de igual para igual contra Dilma e Serra (e seria motivo de estupefação o crescimento de uma das candidaturas da esquerda socialista), e porque é improvável que aquele que vier a ser eleito surpreenda a nação como Collor surpreendeu em 1990 (o choque do congelamento da dívida interna), FHC surpreendeu em janeiro de 1999 (o choque da desvalorização cambial), e Lula surpreendeu em 2002 (o choque do mega ajuste fiscal).

Seja eleita Dilma ou Serra não haverá nem surpresa nem choque algum, mas apenas "business as usual", ou seja, a estabilidade para os negócios. Existe um grande consenso entre o mundo empresarial-burguês e os três candidatos eleitoralmente favoritos. Dilma como herdeira dos oito anos lulistas de concessões às grandes corporações, e políticas sociais focadas; Serra e os dezesseis anos paulistas de privatizações e choque de gestão dos serviços públicos; e Marina, porta voz de um lulismo sem o PT, ou seja, paz social com ajustes reguladores. O consenso remete aos desafios político-econômicos a partir de 2011: manter a busca do superávit fiscal acima de 3% do PIB para permitir a rolagem da dívida, mesmo com taxas básicas acima de 10% ao ano, sem sacrificar um crescimento do PIB próximo a 5% ao ano.

As eleições estarão se desenvolvendo em uma conjuntura determinada, essencialmente, pela evolução de três grandes fatores: (a) a maior ou menor incidência da crise econômica internacional sobre o Brasil; (b) a maior ou menor capacidade do governo de transformar as eleições em um plebiscito entre o Governo Lula e o governo Fernando Henrique Cardoso do PSDB; (c) a maior ou menor capacidade do governo Lula transferir para sua candidata a sua popularidade.

No contexto externo a crise econômica internacional evoluiu, no primeiro semestre do ano, para o que poderíamos denominar uma terceira fase: a crise de crédito de alguns Estados Nacionais europeus, como a Grécia, onde a iminência de uma moratória exigiu um mega pacote de US$1 trilhão como operação de resgate para evitar um contágio de desconfiança dos credores internacionais que poderia desestabilizar, também, Espanha e Portugal, além de Irlanda e até Itália. Embora a situação da zona do euro ainda permaneça extremamente grave, porque a estabilização da moeda - ameaçada de forte desvalorização - depende de pacotes anti-populares que podem despertar feroz resistência social, como na Grécia, a economia do Brasil, ao contrário de setembro de 2002, deve atravessar os meses até outubro, relativamente, intacta, o que favorece a candidatura de Dilma Roussef .

Os estatistas reguladores petistas - e seus aliados do PCdB, PSB, PDT, e etc.- estão felizes da vida, porque, do alto dos índices de popularidade de Lula, sabem que José Serra não pode reivindicar o balanço do governo Fernando Henrique Cardoso, sem ser derrotado antes da luta eleitoral começar. No entanto, deveriam lembrar, também, que a transferência de votos de Lula para Dilma é uma batalha ainda por fazer. Exemplos das eleições dos últimos vinte e cinco anos, como a eleição de Fleury por influência de Quércia em 1990, de Pitta pela de Maluf em 1996, e de Kassab pela de Serra em 2008, só para lembrar três processos, confirmam Dilma Roussef como favorita, mas de forma muito diferente da eleição de Lula em 2006, que já foi, por sua vez, muito distinta de 2002.

As bases sociais da votação de Lula em 2006, e da sua popularidade em 2010, não são as mesmas que permitiram a vitória em 2002: o PT tem hoje menos autoridade nos setores organizados da classe trabalhadora, embora o lulismo tenha mais influência do que nunca nos setores desorganizados do proletariado. Essa dinâmica do deslocamento social do voto petista do proletariado urbano e das classes médias assalariadas, e do Sudeste e Sul para o Norte e Nordeste, e das cidades para os interiores, parece repetir o deslocamento da influência eleitoral do PMDB entre 1978/1994. Um deslocamento eleito-

ral que reflete a redução crescente do voto petista em voto lulista, ou seja, um processo de desgaste político que pode não ser ainda tão significativo a ponto de ameaçar a vitória de Dilma Roussef, mas que sinaliza a dependência do PT diante do caudilhismo de Lula.

Ainda que a intenção do governo Lula seja fazer da eleição um plebiscito, confiante de que nesse cenário a transferência de voto poderia acontecer até o primeiro turno, muitas incertezas sugerem alguma prudência. É possível que as eleições se reduzam a um plebiscito, reduzindo muito o espaço para outras candidaturas, como a de Marina Silva. Mais difícil será ainda o espaço para as candidaturas da oposição de esquerda, através do PSTU, PSOL e PCB. Não obstante, estarão colocados, na verdade, somente dois grandes projetos estratégicos: os que defendem a regulação política do capitalismo em circunstâncias de crise, e os que defendem a necessidade de uma ruptura anticapitalista.

Dilma, Serra e Marina:
três propostas de capitalismo regulado

Foram duas, retrospectivamente, as grandes interpretações históricas para o balanço desanimador do capitalismo brasileiro desde o fim da ditadura. Os que consideram que a dinâmica raquítica do crescimento até 2004 - em torno de 2,4% ao ano - foi provocada por fatores externos, portanto, econômicos e exógenos (choque do petróleo; elevação vertiginosa do custo de rolagem da dívida externa; insuficiência da poupança interna); e aqueles que consideram que a estagnação teve na sua raiz os custos sociais da estabilização do regime democrático, portanto, políticos e endógenos (deslocamento das classes médias para a esquerda e forte disposição de luta de uma nova classe trabalhadora; conflito distributivo ao final da ditadura militar e super-inflação; imaturidade da representação política através de partidos nacionais capazes de manter maiorias legislativas; ausências de políticas sociais como políticas de Estado para preservar a paz social).

Não sendo incompatíveis, estas duas perspectivas sustentaram análises polêmicas durante muitos anos. O primeiro campo ideológico foi orientado pelos critérios teóricos do pensamento conservador-liberal (ainda que com concessões ecléticas ao neo-keynesianismo estatal), sobretudo, ao longo dos anos noventa. O segundo campo pelos critérios do pensamento liberal-estatista (ainda que concessões ecléticas às correntes neo-social-democratas de inspiração habermasianas), sobretudo, depois da virada do milênio. Os primeiros giraram para o centro, lentamente, e os segundos para a direita, vertiginosamente, e foi só uma questão de tempo para se encontrarem. Evoluíram para um campo de propostas comuns na última década, diminuindo as arestas do debate político-teórico, com a assimilação mútua de um projeto comum, e dissolvendo as diferenças políticas táticas que foram características da luta de partidos. Os liberais-sociais do PSDB, os sociais-liberais do PT, e os ecologistas-liberais do PV, todos travestidos, quando lhes convém, de keynesianos reguladores se regozijam porque vêm um Brasil cada vez melhor.

Têm cinco grandes acordos econômicos e políticos de balanço que, alegremente, comemoram: (a) a proporção da dívida pública em relação ao PIB foi reduzida para menos de 50%, o que favorece, potencialmente, a atração de capital externo do cassino financeiro, mesmo com a permanência da crise mundial, porque a margem para endividamento do Estado é, comparativamente a outros países, grande; (b) o controle da inflação foi conquistado com a lei de responsabilidade fiscal, e os superávits fiscais de, pelo menos, 3% do PIB, asseguraram a confiança da burguesia na moeda nacional, e têm permitido que os interesses dos rentistas estejam protegidos; (c) a abertura comercial e financeira dos anos noventa permitiu uma plena integração no mercado mundial, as importações ajudaram a controlar a inflação, favoreceram a reestruturação produtiva, e o Brasil se beneficiou do aumento da demanda das commodities que exporta, e não deve ter grandes perdas comerciais, mesmo em um cenário de possível depressão mundial; (d) a manutenção da independência do Banco Central; o favorecimento do agro-negócio exportador; o impulso do BNDES à formação de grandes monopólios nacionais pela concentração de capital, inclusive, com financiamento público das aquisições, potencializaram as condições para que o Estado eleve os investimentos na economia para um patamar acima de 2% do PIB, abaixo dos 4% dos anos setenta, mas mais que o dobro dos últimos 25 anos; (e) a preservação da relativa paz social alcançada com a parceria dos sindicatos e Centrais sindicais com os governos, e as políticas compensatórias para os setores populares mais desorganizados, permitem prever um cenário de estabilidade política, com o isolamento social dos setores sindicais mais combativos e a marginalidade da esquerda independente.

Os porta vozes desta avaliação otimista serão nas eleições de outubro, indistintamente, José Serra,

Dilma Roussef e Marina Silva. Haverá diferenças de tom, mas a música será a mesma. Seus programas eleitorais serão, declaradamente, pró-capitalistas, com ênfases variadas sobre o tipo de regulação mais ou menos social, ambiental e desenvolvimentista que pretendem fazer do capitalismo. Os três candidatos reconhecem diferenças entre si, mas admitem, também, e com estarrecedora franqueza, que são irrelevantes. Haverá alguma poeira levantada no ar por polêmicas, essencialmente, secundárias. Não foi por outra razão que Marina adiantou que, se eleita, convidaria para ministros quadros do PT e do PSDB. Serra, para não ficar atrás, em generosa reciprocidade, respondeu que convidaria quadros do PV e do PT. Não há porque duvidar que Dilma, se eleita, faria, também, os convites mais esdrúxulos, já que o próprio Lula não hesitou em chamar Roberto Rodrigues para a Agricultura e Meirelles para o Banco Central. Tudo isso é possível.

Defensores de Serra, de Dilma e de Marina estão igualmente satisfeitos e reconciliados com quatro apreciações estratégicas: (a) a preservação intacta do aparelho repressivo das Forças Armadas e Polícias Militares herdado da ditadura militar, inclusive, a anistia aos torturadores, como conquista política de um patamar de disputa civilizada; (b) a consolidação da democracia-liberal como regime político, com seus vícios, cronicamente, escandalosos de corrupção eleitoral financiada pelos monopólios, em uma espécie de bi-partidismo entre governo e oposição, ampliado pelas coligações regionais que garantiram uma maioria congressual nos últimos vinte e cinco anos (afinal o PV participou, entusiasdamente, tanto dos governos Serra em São Paulo e César Maia no Rio, quanto Lula em Brasília); (c) as desnacionalizações, privatizações e parcerias com o grande capital em áreas como telefonia/comunicações, distribuição de energia, obras públicas e infra-estrutura, incluindo a participação estrangeira na exploração do pré-sal; (d) a manutenção de um modelo misto - público/privado - de gestão da educação, da saúde, da previdência e da segurança interna.

Serra e a oposição burguesa: um programa para um novo ajuste antioperário

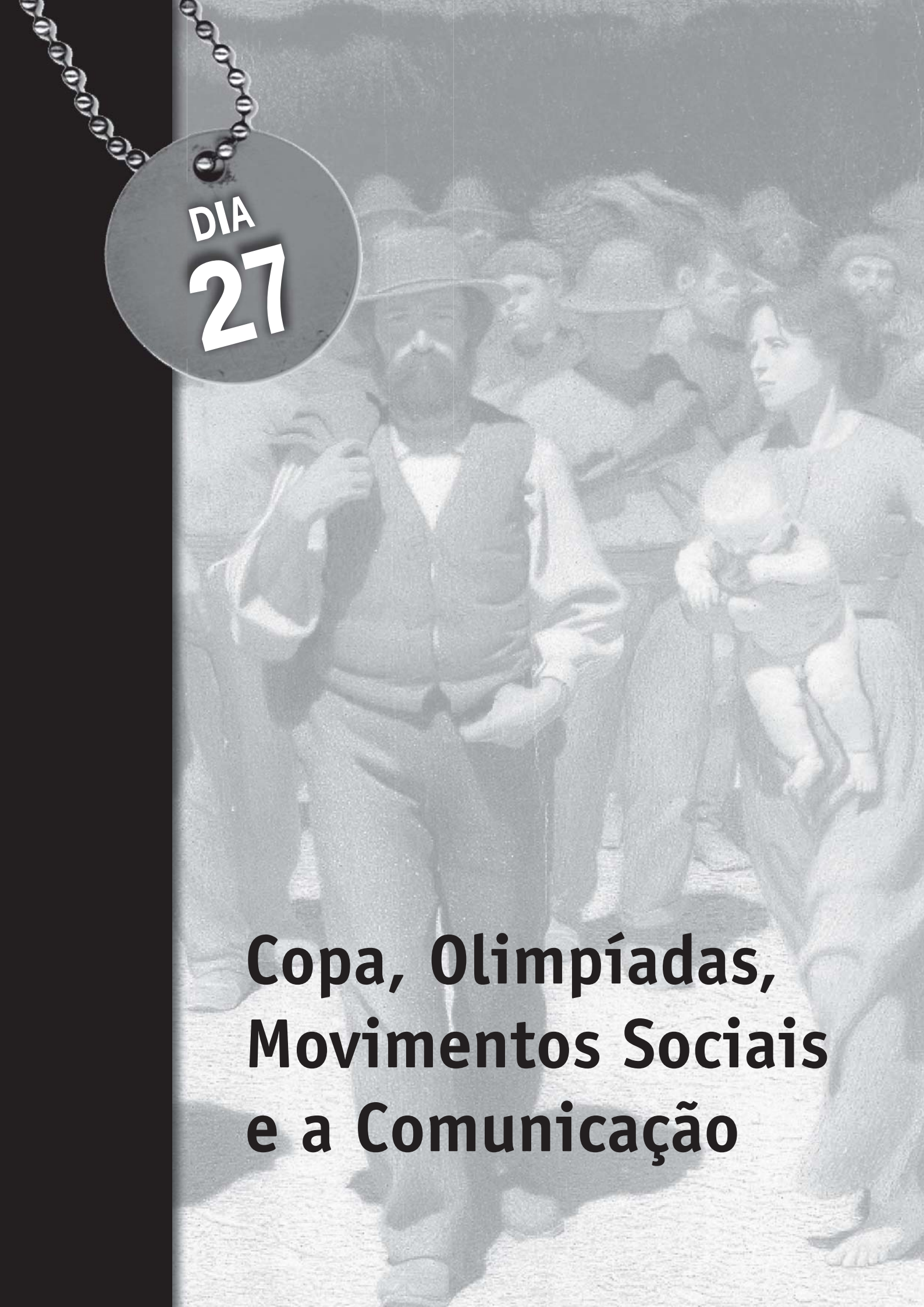
Isto posto, a visão de Serra remete às ansiedades da grande burguesia, sobretudo paulista, - bancos, empreiteiras, monopólios, multinacionais - que insistem em uma avaliação econômica do que consideram as três fragilidades estruturais do país: (a) o Brasil cresceu menos do que poderia porque, em função das necessidades de legitimação do regime democrático, depois de vinte anos de ditadura militar, o Estado agigantou-se, elevando a carga fiscal (de 25% do PIB em 1985, para 36% em 2010) para patamares incompatíveis com taxas de expansão mais altas do que 3% ou 4% ao ano; (b) o peso da máquina pública (6 milhões de funcionários com salários 50% superiores, em média, aos salários de 40 milhões de carteiras assinadas no setor privado) e da previdência social (25 milhões de aposentados e pensionistas), associado ao aumento dos gastos sociais, inibiu os investimentos estatais na modernização da infra-estrutura; (c) a proporção do consumo das famílias e do Estado sobre o PIB aumentou, mas a poupança interna permaneceu muito pequena, enquanto o déficit na conta corrente das transações externas cresce, vertiginosamente, e só fecha em função dos investimentos estrangeiros.

Como se pode concluir, é uma análise, essencialmente, economicista. A premissa é que para voltar a crescer o país precisaria produzir mais e consumir ainda menos, para aumentar as exportações e financiar o déficit externo. Sem um aumento da super-exploração dos que vivem do trabalho seria impossível atrair investimentos produtivos, e o Estado não pode e não deve ser o grande investidor, a não ser em parcerias com o capital privado. O único critério é a saúde dos grandes negócios, ou seja, as possibilidades maiores ou menores do capital de valorização mais rápida, em um contexto de grande competição internacional. Serra se apresenta como o porta voz da grande burguesia brasileira articulada de forma indivisível ao grande capital internacional, como destacou Álvaro Bianchi: “nas décadas de 1980 e 1990, teve lugar uma recomposição profunda da economia nacional que recon?gurou a burguesia (...) Houve, também, uma enorme expansão do setor ?nan ceiro e um importante crescimento da agricultura e da pecuária vinculadas à exportação (...) Se antes era difícil falar de uma burguesia nacional, agora é uma completa impropriedade” (BIANCHI, 2008).

Destas premissas, Serra retira quatro conclusões: (a) não é possível aumentar impostos, e seria melhor reduzir a carga fiscal do Estado, porque as economias periféricas com as quais o Brasil compete têm encargos muito mais leves, e o peso fiscal do Estado desencoraja investimentos que serão indispensáveis para explorar o petróleo do pré-sal; (b) não é possível manter os atuais níveis de consumo do mercado interno, porque a poupança nacional e a taxa de investimento são insuficientes, portanto, vai ser necessário reduzir gastos de custeio do Estado, despesas públicas com políticas sociais e realizar um

arrocho salarial, porque a sociedade vive acima dos seus meios, e não pode continuar contando, indefinidamente, com o financiamento externo; (c) não é possível financiar por mais tempo o déficit externo nas contas correntes, porque o câmbio valorizado do real em relação ao dólar e euro desestimula as exportações e favorece as importações, portanto, a desvalorização da moeda está de novo no horizonte; (d) não é possível competir no mercado mundial, em especial, com economias em estágio semelhante de desenvolvimento, como China e Coréia do Sul, por exemplo, porque as pressões sociais por redução da jornada de trabalho, expansão dos gastos sociais, seja em programas compensatórios como o Bolsa-família, seja em políticas públicas universais como investimentos em educação, SUS ou previdência, são incompatíveis como taxas de investimento estatais em infra-estrutura.

O artigo completo de Valério Arcary pode ser consultado na página do NPC (www.piratininga.org.br) em Artigos - Política



DIA 27

Copa, Olimpíadas, Movimentos Sociais e a Comunicação

Copa, Olimpíadas, Movimentos Sociais e a Comunicação

Por Guilherme Marques (Soninho)

Megaeventos esportivos como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos estão associados, hoje em dia, à execução de grandes projetos de intervenção urbana. A organização desses grandes eventos passa a fazer parte de um tipo de modelo de planejamento urbano, o "empresariamento urbano", para o qual a venda e/ou a reconstrução da imagem da cidade, moldada de acordo com as necessidades de acumulação de capital, é um dos aspectos centrais.

Intervenções pontuais capazes de estimular uma renovação urbana em diferentes áreas e a construção de uma imagem de cidade sem conflitos são algumas das estratégias necessárias para a implementação do empresariamento urbano. Essas áreas da cidade, valorizadas por obras de infra-estrutura e pela proximidade de equipamentos esportivos, para atrair investimentos e novos negócios, tornam-se palco de despejos e remoções dos moradores pobres, de rua e de habitações irregulares, da repressão aos trabalhadores de rua, ambulantes etc. A cidade também precisa ser livre de conflitos e, para tanto, a repressão policial objetiva intimidar e impedir a ocorrência de manifestações dos críticos e atingidos por essas mudanças.

Copa, Olimpíadas e o Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, os efeitos desse modelo já podem ser percebidos. Todos os projetos de intervenção urbana, tanto na área de transportes, como habitação, segurança e saneamento são voltados para os megaeventos esportivos. Afinal, os megaeventos proporcionam alguns dias de grande divulgação da imagem da cidade, e a propaganda é a alma do negócio. Mas, se a propaganda é a alma, o que está sendo negociado é bem concreto: são os terrenos públicos e privados que poderiam ser usados para habitação popular. Estão sendo negociadas as isenções de impostos para os investimentos do capital, enquanto faltam recursos para saúde e educação.

Estão sendo negociados novas leis e parâmetros urbanísticos que atendam às grandes cadeias internacionais de hotéis, e que garantam também que os pobres serão removidos para bem longe. Estão sendo negociados mais uma reforma do Maracanã e a construção, com dinheiro público, de vilas olímpicas para atletas, árbitros, mídia etc, de forma que as construtoras recebam todos os benefícios, aluguem esses quartos para o poder público antes e durante os eventos, e depois os vendam para os ricos e especuladores. Em suma, está sendo negociada a cidade, e com ela todos seus recursos e os direitos dos seus moradores e trabalhadores.

E se o objetivo são os negócios, não esqueçamos: amigos, amigos... negócios à parte. Pois, se o objetivo é uma cidade amigável aos negócios e o capital, a cidade não será amigável aos seus moradores e trabalhadores. Vejamos: estão previstas remoções de 130 favelas até as Olimpíadas. Para a construção de 3 grandes vias rodoviárias (Transcarioca, Transoeste e Transolímpica) serão necessários milhares de despejos e remoções. Os 73 terrenos do Metrô, todos em áreas com infraestrutura, ao invés de usados para habitação popular, serão vendidos para fazer caixa para o metrô prometido ao COI. A Zona portuária carioca, onde 80% do solo é público, também entrou nos planos Olímpicos, para reforçar o projeto de aburguesamento da região. A política de segurança tem como prioridade criar zonas de paz (e de muros) nos entornos dos equipamentos esportivos e nas vias de acesso dos turistas a esses equipamentos. E, por falar em segurança, lembremos: os jogos Pan-americanos no Rio, em 2007, começaram com o massacre do morro Alemão. E isso não foi mera coincidência.

Já que estamos falando nisso: alguém acha que é coincidência o fato de termos no Rio uma coalizão de poder envolvendo as 3 esferas de governo: federal, estadual e municipal ? Ou acha que é por acaso que 91 dos 92 prefeitos do Estado do Rio tenham apoiado a reeleição do Governador? Não, isso não é coincidência. Essa é uma das expressões da unidade da classe dominante aqui. Unidade essa que há uns 50 anos não existia (se é que existiu algum dia). E essa unidade tem como um de seus pilares o projeto de fazer da cidade do Rio uma cidade global (da periferia do capitalismo), e para tal é fundamental a realização dos megaeventos esportivos.

Segundo a teoria, as cidades globais concentram sedes de empresas transnacionais, precisam ter hotéis, serviços e equipamentos de 1ª classe para esses homens de negócios que dirigem as empresas. Precisa ter também uma excelente infraestrutura para essas empresas, tanto na área de comunicações como aeroportos, segurança etc. E precisam ter também condições atrativas para as empresas, como isenção de impostos, oferta de terrenos com infraestrutura e baixo preço, mão de obra barata etc. Novamente segundo essa teoria, alguns dos efeitos desse modelo tão almejado são o aumento da desigualdade social e econômica e da segregação espacial. Mas alguém

acha que isso é um problema para a classe dominante ?

Se todas essas coisas não são problemas, mas sim soluções para a classe dominante, é preciso convencer disso também os trabalhadores, os pobres e até mesmo os movimentos sociais, sindicais etc. E nada melhor do que o clima criado pelos grandes eventos esportivos para isso. Ou ninguém lembra das festas de rua para comemorar a vitória do Rio e do Brasil pelo direito de ser sede das Olimpíadas? A realização desses megaeventos serve também para difusão de um "patriotismo da cidade".

E o patriotismo da cidade serve para angariar apoio popular ao projeto da classe dominante, mas serve também para evitar e criminalizar as críticas, os conflitos urbanos, trabalhistas etc. Afinal, remoções, despejos, obras faraônicas e desnecessárias, muros em favelas etc estão a serviço de um bem maior e, se alguém se insurge contra essas coisas, está contra a cidade e o espírito olímpico !!!

Classe dominante unida, repressão, patriotismo da cidade e, com tudo isso, mesmo assim, há aqueles que resistem. E a resistência a megaeventos tem feito história. História de lutas que começam antes, se intensificam durante os eventos e continuam após esses terminarem. E essa história também vem sendo estudada.

PAN Rio 2007:
Manifestações e Manifestantes.

Inspirados pelos processos de lutas ocorrido em Barcelona e também em São Domingos na República Dominicana, começamos há alguns anos a estudar as manifestações e a resistência aos megaeventos e às políticas urbanas a esses associadas. Com a realização do PAN 2007 no Rio, pudemos acompanhar de perto essas manifestações. Registramos manifestações relacionadas ao PAN desde 2005. E registramos também manifestações organizadas pela articulação ou rede de movimentos sociais que se criou na época do PAN até os dias de hoje.

Esse estudo, a partir do registro e análise de 45 (quarenta e cinco) manifestações, sugere que uma articulação entre movimentos sociais pode ser uma característica típica da resistência aos grandes eventos e ao correspondente modelo de planejamento e intervenção urbana. Essa articulação de movimentos sociais no Rio de Janeiro se deu através da organização da plenária de movimentos sociais (PMS-RJ).

Essa articulação foi constituída a partir de movimentos que representavam grupos sociais diretamente ou indiretamente atingidos pelo evento. As obras relativas aos Jogos; as prioridades orçamentárias das três esferas do Estado; e a política de segurança implementada durante o PAN foram, entre outros, fatores que atingiram diferentes segmentos da população. Mas, além desses grupos e movimentos, existiram também aqueles que aproveitaram a ocorrência do PAN para realizarem manifestações: que usaram o PAN como arena. Foi a articulação desses 2 (dois) grupos de movimentos e entidades que resultou na construção dessa ampla rede de entidades e movimentos sociais.

Entre as possíveis explicações para a continuidade dessa experiência, destacamos que eventos desse porte atingem diferentes grupos e setores sociais da cidade sede, favorecendo a ocorrência de manifestações conjuntas, para as quais diferentes movimentos se conhecem, trocam experiências e, assim podem criar laços de solidariedade.

O fato de ser um evento multi-escalar, por sua vez, favorece a participação de entidades e movimentos nacionais e locais. Todos esses fatores, porém, não explicariam a continuidade dessa experiência e seu desdobramento na organização da PMS-RJ se não houvesse, em meio a conjuntura de fragmentação dos movimentos sociais, a vontade política de construir espaços comuns e permanentes de articulação de lutas.

Agora, 3 anos depois do PAN e alguns anos ainda antes da Copa do Mundo e das Olimpíadas, além da necessária vontade política, podemos aprender também com a experiência recente de nossas lutas. No caso do PAN 2007 no Rio, o legado para a população, em matéria de obras e equipamentos, foi praticamente nenhum enquanto os custos foram bastante altos. Já do ponto de vista das lutas sociais, os legados foram significativos. E serão mais significativos ainda se agora servirem não apenas às lutas no Rio, mas também a todos os lutadores das cidades sedes da Copa do Mundo de 2014.

Para conhecer melhor a experiência das lutas relativas ao PAN Rio 2007, ou para mais referências bibliográficas, vocês podem acessar o texto de Guilherme Marques e Danielle Barros Benedicto: "PAN Rio 2007: Manifestações e Manifestantes", nos anais do XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional -ANPUR. Disponível em: http://www.anpur.org.br/anais/ena13/ARTIGOS/GT1-1062-938-20081220230327.pdf. Ou então na página do NPC (www.piratininga.org.br) em Artigos - Cidades.

Copa, Jogos Olímpicos: O mundo pelos olhos da mídia

Por Maria Lúcia Pontes

Tudo se torna abstrato e irreal quando retratado pela mídia e assim é possível informar parcialmente os fatos e fingir imparcialidade. O incidente ocorrido recentemente com uma estudante de comunicação da PUC/RJ, moradora de comunidade pobre do Rio de Janeiro, a Maré, retrata como se comporta quem está por trás da mídia: ela que provavelmente ingressou na PUC em sistema de quota/convênio com pré-vestibular comunitário, escreveu artigo sobre a realidade de pessoas com quem se identifica, o artigo tratou do tema das ocupações urbanas, e como retorno, sua professora não teceu considerações sobre a forma adotada no texto ou as expressões da escrita, etc. como retorno da sua produção acadêmica foi criminalizada, por produzir um texto, sem pré-conceitos, sobre a ação política de sobrevivência traduzida no ato de ocupar dos pobres.

O incidente discriminatório, divulgado em diversas listas de email, demonstra como se comporta os grandes meios de comunicação na nossa sociedade, que, reproduzindo os valores de uma parte da sociedade, tenta impor suas ideias como se fossem verdades absolutas, testadas e provadas pela imparcialidade da ciência e da academia. Enquanto a professora expressou suas ideias e sua posição ideológica de forma direta e clara, defendendo o patrimônio imobiliário, vazio de significado humano, em detrimento da pessoa humana, criminalizando os ocupantes dos imóveis urbanos e os profissionais da comunicação que informam as ações de resistência e sobrevivência dos pobres, para calar a futura profissional e inibir sua formação crítica, produziu o velho discurso parcial acadêmico de defesa da imparcialidade.

Afinal, quem acredita na comunicação imparcial dos fatos sociais?

Nesse contexto da parcialidade da comunicação e da mídia, a Copa e os Jogos Olímpicos são retratados nos grandes meios de comunicação como eventos importantes para o Brasil e especialmente para o Rio de Janeiro, por estar recebendo volume considerável de dinheiro para aplicação em obras "questionavelmente necessárias" para os eventos, movimentando fortemente o setor da construção civil, que contrata um grande número de trabalhadores não especializados, criando empregos temporários que logo serão extintos, com grande expectativa dos setores empresariais que exploram o turismo.

Na vida real, longe das manchetes dos grandes jornais e embaixo das estradas projetadas, dos equipamentos esportivos e prédios que serão construídos para a "Copa e Jogos Olímpicos", apresentados em maquetes e projetos espetaculares, existem comunidades habitadas por milhares de trabalhadores, em casas que absorveram todo o dinheiro das pessoas durante anos de construção, representando o único bem a compor o patrimônio financeiro das famílias e por que não dizer, a própria energia vital de seus moradores, visto que são obras que traduzem todo valor monetário recebido pela força de trabalho de seus donos.

A remoção anunciada das comunidades pobres do Rio de Janeiro, Vila Autódromo/Jacarepaguá, Vila das Torres/Madureira, Restinga/Recreio, Arroio Pavuna/Pacarepaguá, Favela do Metrô/Mangueira, Parque Columbia, dentre tantas outras, para a instalação de equipamentos esportivos e vias de circulação na Cidade para a Copa e Jogos Olímpicos, resultará uma total e irreparável desorganização espacial e financeira das pessoas atingidas pelas obras, produzindo uma verdadeira destruição das histórias ali construídas durante vidas inteiras, sem qualquer compensação possível.

A grande imprensa apresenta os futuros eventos esportivos como um ganho para a Cidade, desconsiderando as perdas que estão gerando para os pobres, não permitindo espaços de questionamento quanto a forma com que a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro vem tratando as pessoas que estão no caminho das obras, as ações que estão desrespeitando os direitos inscritos na Lei Orgânica do Município, Constituição Federal, Estatuto da Cidade e legislação internacional, sem espaço para denunciar o descumprimento dos documentos internacionais e nacionais de proteção aos direitos humanos, como o documento produzido pelo relator especial de Moradia da ONU no ano de 2007: "Princípios Básicos e Diretrizes sobre as Expulsões e o Deslocamento com Origem no Desenvolvimento", traduzido em cartilha e materia de fácil compreensão pela atual relatora da ONU, Professora Raquel Rolnik.

As ações repressoras e intimidadoras utilizadas pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro nos processos ilegais de remoção das comunidades, como forma de obrigar as pessoas a "aceitarem" suas perdas como inevitáveis, representa o tratamento desigual a que os indivíduos estão submetidos na nossa sociedade: para os pobres a repressão, para os ricos a lei! Para os pobres a remoção, para os ricos a desapropriação!

Estamos ainda no início dos conflitos que a Copa e as Olimpíadas inauguram na nossa Cidade contra

as comunidades pobres e nesse processo inicial, já podemos fazer duas importantes afirmações:

1ª.) A falta de efetividade dos direitos inscritos nos documentos internacionais e nacionais destinados aos chamados "grupos vulneráveis": O Estado tem o dever de respeitar a legislação escrita e não pode fazer nada que não esteja autorizado por lei! Essa afirmativa não se confirma na atuação do Município à frente das "desapropriações" e remoção das comunidades. Os fatos demonstram a falta de efetividade das normas garantidoras dos direitos sociais, inscritas na Constituição da República Federativa do Brasil em seu art. 6º., bem como a incapacidade dos instrumentos escritos, isoladamente, atuarem como garantidores destes direitos, por mais avançados que pareçam: direito a propriedade pelo advento da posse prolongada (usucapião para a terra privada e concessão de uso para a terra pública), direito a regularização fundiária (Estatuto das Cidades, Constituição Estadual, Lei Minha Casa Minha Vida), direito a gestão democrática da Cidade (Estatuto da Cidade), todos direitos desconsiderados pela Prefeitura neste processo de preparção para a Copa e Jogos Olimpícos.

2ª.) A grande imprensa não informa em seus veículos os direitos inscritos nos instrumentos jurídicos que tratam do direito de mora dos pobres, do direito a regularização fundiária das comunidades e do direito a gestão democrática da Cidade.

Sem perder de vista a primeira afirmação, percebemos que é fundamental para os destinatários das normas o conhecimento do seu conteúdo material, para que possam exigir seu cumprimento e ainda criar a possibilidade de enfrentamento contra as ameaças e intimidações dos agentes públicos, que adotam formas repressoras para um rápido resultado, por isso a importância de fazer uma atuação concentrada nas próprias comunidades, atendendo ao máximo de famílias, como está fazendo o Núcleo de Terras da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e o grupo de técnicos, engenheiros e arquitetos, denominados "coletivo técnico de assessoria às comunidades" em ação exemplar neste momento.

A maioria das pessoas residentes nas comunidades pobres desconhecem os direitos dos quais são destinatários, acreditando que não possuem direitos sobre a área e as casas onde moram, abrindo-se um fosso entre o direito escrito nos documentos e a sua efetiva aplicação na vida das pessoas: enquanto se garante na Constituição a dignidade da pessoa humana, se joga na rua crianças, adolescentes e familias inteiras; enquanto se afirma o direito de moradia enquanto direito social, colocam no chão as casas das famílias; enquanto se afirma o direito de regularização fundiária das comunidades consolidadas, centenas delas temem suas anunciadas remoções, sem direito a respeito e processo democrático.

Na Argentina em recente seminário, discutimos formas de dar efetividade a documento assinado por representantes de Tribunais Superiores do Brasil, Argentina, Colombia, Uruguay, Paraguay e Chile, denominado "100 Regras de Brasilia sobre Acesso a Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade", mais um documento que pretende dar efetividade aos direitos humanos, identificando grupos vulneráveis para que recebam proteção dos operadores do direito.

No 1º. seminário ocorrido no Brasil (2009), aprovamos a ampliação do conceito de deslocados internos para incluir os moradores de comunidades removidas por projetos que envolvam os mega-eventos, obtendo assim mais um papel para que seja utilizado na resistência das comunidades, documento que não pode ficar na gaveta de cada moradia, precisa ser entendido como motivador da resistência, certificação do direito, mas em especial precisa estar na consciência de cada um quanto a certeza da legitimidade do direito de morar e incentivar a mobilização das comunidades contra os abusos dos Governos, que continuam utilizando o Estado para o enriquecimento de poucos em detrimento de muitos.

Uma batalha em curso

Por Gustavo Barreto

Durante os anos 1980, o linguista Noam Chomsky divulgou um interessante estudo que comprovava que a vida de um norte-americano, no exemplo do estudo, valia o mesmo que a vida de centenas de cidadãos de um país no Oriente Médio como o Iraque, o Irã ou o Afeganistão. O modelo apresentado pelos autores - modelo este profundamente ligado aos meios de comunicação - é baseado em cinco 'filtros'.

O primeiro diz respeito ao fato de os meios de comunicação estarem, em grande parte, nas mãos de grandes empresas. O segundo alertava para o fato de que a maior parte da receita destes meios era não de leitores, mas da publicidade (em geral, oriunda das grandes empresas e governos) - o que reflete, evidentemente, em informações vinculadas a valores destas instituições.

O terceiro filtro diz respeito ao conteúdo: a própria informação que circula nestes meios é oriunda, em grande parte, de fontes oficiais (governo, empresas e autoridades em geral), o que já gera uma distorção por si só. O quarto é a pressão que estes meios recebem, principalmente por parte daqueles que possuem uma maior capacidade de fazer o lobby correto. E o quinto, por final, diz respeito às normas inerentes à profissão de jornalista e os valores que estes profissionais, por um motivo ou por outro, compartilham.

Com a popularização da Internet, uma parte limitada da sociedade - repercutindo, no entanto, para além da "grande rede" - começa a (I) acessar informações alternativas às que em geral estavam acostumados e (II) compartilhar valores que antes eram impossíveis de serem compartilhados. Isso recria a dinâmica da comunicação de massa tradicional, passando a emergir pouco a pouco a lógica que Manuel Castells denominou de auto-comunicação de massa. O YouTube passa a ser, em números e em conteúdo, o maior meio de comunicação do planeta. O segundo colocado, qualquer que seja a rede de TV, não chega sequer à metade de sua audiência diária. A informação passa a ser fragmentada e se reforça a lógica dos "nichos".

Cabe fazer duas observações essenciais:

1) Apesar de ser notável uma maior democratização da comunicação na atualidade, é igualmente notável que os meios de comunicação de massa tradicionais continuam altamente concentrados nas mãos de poucos, conformem denunciaram extensamente Chomsky e outras centenas de autores.

2) Como a lógica da auto-comunicação de massa passou a ocupar um espaço considerável em relação à atenção diária das pessoas, os mecanismos de manipulação passam a ser especialmente importantes, e desvendá-los passa a ser vital.

Com isso, cabe resgatar autores que, com grande propriedade, se debruçaram sobre o tema da tentativa de manipulação ideológica por parte dos meios de comunicação - que, ressalta-se, nem sempre é bem sucedida, fosse assim teríamos que adotar a tese liberal de que o povo é burro e não sabe tomar para si a administração dos rumos da sociedade.

Um destes autores, claro, é o próprio Chomsky, porém temos uma pilha de grandes e honrados jornalistas que, pela proximidade com o meio, fizeram esse trabalho de forma brilhante. É o caso de Aloysio Biondi e Perseu Abramo, apenas para citar dois dos mais brilhantes.

Em um ensaio absolutamente essencial, Perseu Abramo aponta de forma didática os cinco padrões de manipulação na grande imprensa. Em resumo:

1) O padrão de ocultação, que supõe que existam fatos jornalísticos e fatos não-jornalísticos. Conforme destacou Abramo, "o mundo real não se divide em fatos jornalísticos e não-jornalísticos, pela primária razão de que as características jornalísticas, quaisquer elas que sejam, não residem no objeto de observação, e sim no sujeito observador e na relação que este estabelece com aquele".

Ou seja, o que define seu caráter jornalístico é a posição político-ideológica do meio e do jornalista em questão, seu financiamento, o público-alvo imaginado e, em muitos casos, seus anseios político-partidários. Quando não interessa, o fato é tratado por este meio como se não existisse - padrão fartamente reconhecível, por exemplo, nos processos eleitorais brasileiros.

2) O padrão de fragmentação diz respeito à prática comumente usada de estilhaçar o real, de modo que ele não pareça parte de um todo, de uma realidade, com suas estruturas e interconexões, suas condições históricas e culturais. Argumenta Abramo: "O todo real é estilhaçado, despedaçado, fragmentado em milhões de minúsculos fatos particularizados,

na maior parte dos casos desconectados entre si, despojados de seus vínculos com o geral, desligados de seus antecedentes e de seus conseqüentes no processo em que ocorrem, ou reconectados e revinculados de forma arbitrária e que não corresponde aos vínculos reais, mas a outros ficcionais e artificialmente inventados". Uma prática diária no jornalismo brasileiro. Em decorrência desse padrão, ocorre a natural descontextualização da informação.

3) O terceiro aspecto é o padrão de inversão, em que o reordenamento das partes - que foram fragmentadas - opera de modo a destruir a realidade original e encaixar de um modo novo e artificial aquela realidade. O jornalista Amaury Ribeiro Júnior deu um depoimento à Polícia Federal, em outubro último, denunciando o processo criminoso de privatizações no Brasil até 2002, incluindo evasão de divisas para paraísos fiscais por membros do PSDB, e o que ganha destaque na grande mídia é a legalidade ou não da obtenção de documentos que comprovam os crimes.

Uma das principais práticas do padrão de inversão é o frasismo, que consiste no abuso da utilização de frases ou pedaços de frases sobre uma realidade para substituir a própria realidade. Neste padrão também entra a prática do oficialismo, por exemplo.

4) O quarto é o padrão de indução. Trata do planejamento, da sistematização dos meios de comunicação, para induzir o público a acreditar em uma determinada posição. O Governo Lula se apropriou do Estado para fins partidários; o Governo de Hugo Chávez é estatista e reprime a imprensa; Evo Morales expulsou empresas petrolíferas arbitrariamente; Movimentos sociais palestinos são violentos e querem o fim do Estado de Israel; O MST é um grupo radical e violento, que não respeita a Constituição; Os movimentos sociais são grupos anacrônicos, atrasados, e não entendem a pós-modernidade;

Nas palavras de Abramo: "Alguns aspectos são sistematicamente relembrados na composição das matérias sobre determinados grupos sociais, mas igualmente evitados de forma sistemática quando se trata de outros".

5) E, por fim, chegamos ao padrão "global", no sentido de "completo", "redondo", "total". Ele diz respeito ao rádio e à TV. Submetido aos padrões anteriores, funciona da seguinte maneira: o "fato" é apresentado do modo mais emocional e sensacionalista possível. É exposto sem racionalidade e descrito educadamente. Num segundo momento, segmentos envolvidos são ouvidos (os que interessam, claro) e dão uma explicação para o ocorrido. Nesta parte, podem aparecer inclusive falas dos movimentos sociais, por exemplo. No terceiro momento, a "autoridade" aparece para resolver. O meio escolhe, então, quem dará a "solução", de modo a retomar a "ordem".

Nas palavras de Abramo: "(...) a autoridade traquiliza o povo, desestimula qualquer ação autônoma e independente do povo, mantém a autoridade e a ordem, submete o povo ao controle dela, autoridade". Ressalta-se que isso ocorre mesmo quando o meio de comunicação faz oposição ao governo: neste caso, a "ordem", o "desenvolvimento" ou a "liberdade de expressão", por exemplo, são autoridades maiores do que a administração pública. A lógica é simples: você não precisa fazer nada, porque a autoridade escolhida por nós já tem uma solução, que é perfeita para este tipo de problema. Você só precisa apoiá-la e repudiar seus inimigos.

A comunicação e os eventos internacionais

A partir desse contexto, cabe apontar para dois tipos de democratização da comunicação, hoje: a dos meios de comunicação e a da própria comunicação enquanto ferramenta de disputa hegemônica. É impensável abandonar qualquer um destes tipos, visto que estes processos estão andando lado a lado, conforme apontam diversos autores.

A lógica da globalização, grosso modo, significou a intensificação de fenômenos que já existiam: o fluxo de capital, o fluxo de pessoas e o fluxo das comunicações. Não são poucos os autores que avaliam a íntima ligação entre estes e outros fluxos que não cabe aqui analisar. Fiquemos nestes três. Não é preciso ir muito longe para entendermos que todos estes fluxos se dão de forma extremamente desigual: do fluxo de capital internacional participam pouquíssimos cidadãos, empresas e governos; o fluxo de comunicação é majoritariamente do Norte para o Sul geopolítico; e o fluxo de pessoas é intenso apenas entre os cidadãos da "primeira classe".

Neste último aspecto, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman chama a atenção para o outro lado da balança: a dinâmica da globalização potencializou o que ele denomina "classes perigosas". São cidadãos que não "cabem" na sociedade idealizada pelo discurso dominante, seres não-assimiláveis. Neste discurso, os "vagabundos", os imigrantes e os demais seres indesejados são supérfluos, inúteis, inábeis para o trabalho.

Se alguém ainda duvida da capacidade de nossa sociedade em criar seres "matáveis" - conforme denominou a antropóloga Ana Paula Miranda, ex-diretora do Instituto de Segurança Pública do Governo do Estado -, basta registrar que ainda existem, em pleno século XXI, campos de concentração em todo o país. São centros de detenção e presídios em que os indivíduos ali instalados não possuem qualquer atenção da sociedade, sendo que algumas destas instalações situadas no Rio de Janeiro não possuíam, até pouco tempo atrás, sequer um registro público de que existiam. E mais: quando os presidiários morriam, não cabia igualmente registro do "desaparecimento" ou verificação da morte por parte de órgão oficial. Em suma, um campo de concentração.

Ocorre em toda a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, um processo parecido: o governo do Estado buscou, durante um longo período, eliminar os seres "matáveis" e instituir a "paz de cemitério", numa expressão de um grupo musical carioca. Criou-se uma aberração que não existe em qualquer lugar do mundo e não possui qualquer amparo jurídico: o auto de resistência. Uma morte, ao ser tipificada como tal, não precisa formalmente de investigação. A pressão que é necessária, no âmbito jurídico, para que se abra um processo investigativo é tão desproporcional que fica absolutamente inviabilizada.

No caso do Rio, o governo do Estado recuou nos últimos anos. Instituiu um programa modelo, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), e incluiu como prerrogativa a questão social nas favelas onde este programa existe. É importante nos perguntarmos: o que mudou?

A resposta está na comunicação: visibilidade pública. Os movimentos sociais e outros segmentos da sociedade, como parte do judiciário e um deputado do Legislativo fluminense, passaram a se comunicar com mais força e denunciar não só estes abusos da autoridade do Executivo estadual, mas também outros, como a questão do direito constitucional da moradia adequada. Mas não se tratava de qualquer tipo de visibilidade. Estes grupos organizados passaram a se beneficiar, mesmo que marginalmente e de modo ainda insuficiente, dos processos que abordei anteriormente: o fluxo de capital, de informação e de pessoas. Pois é exatamente isto o que acontece quando ocorre um grande evento internacional - caso dos Jogos Pan-Americanos de 2007.

A quantidade de dinheiro, de informação e de pessoas cresce vertiginosamente, de modo que fica impossível ignorá-los. A questão dos direitos humanos passa a ter um olhar externo, do outro, do estranho que chega de certa forma "limpo" para o debate. Em alguns casos, cidadãos que possuem alguns destes direitos como pressupostos quase que "naturais" ou "divinos", inalienáveis. O governo não pode mais, portanto, fazer o discurso do "Vamos matar os inimigos e, no intervalo da guerra, venham participar dos jogos", destaca o sociólogo Ignácio Cano.

No caso dos jogos de 2007, a Polícia Militar do Rio de Janeiro recebeu severas críticas de organismos internacionais por conta das execuções que ocorreram pouco antes do evento. Neste ano, um relator independente das Nações Unidas sobre execuções sumárias confirmou a percepção geral: os dados continuaram aumentando durante todo o governo Sergio Cabral, em níveis incompreensíveis. Após 2007, a cidade passaria por dois processos seletivos, que definiriam sua posição enquanto (1) uma das cidades-sede da Copa do Mundo e (2) sede das Olimpíadas, o evento esportivo mais importante do mundo.

Como a Polícia Militar não tem a mínima capacidade de agir em prol do cidadão, por conta de anos e anos de descaso e de sua estrutura absolutamente corrupta, o governo do Estado decidiu realizar um projeto "piloto", porém igualmente midiático. Abriram zonas limitadas de governança justa e equilibrada na área de segurança pública - as UPPs, que contam com dirigentes com mestrado em antropologia, psicologia etc.

Ao mesmo tempo, mantiveram abandonadas todas as demais áreas da cidade e da Baixada Fluminense, que permanecerão com os mesmos problemas (corrupção e violência policial). É fácil notar que qualquer área que não está na rota dos jogos internacionais serão plenamente preteridas.

A corrupção e violência policial convivem, no cotidiano carioca e fluminense, com uma legislação que ainda prevê, por exemplo, a confissão como meio de prova, o que gera obviamente um número enorme de casos de tortura. Segundo o direito internacional, confissão como meio de prova não deveria exigir num Estado de Direito.

Esta continua a ser a realidade de uma cidade como o Rio de Janeiro, apenas para citar um caso, enquanto o governo dá visibilidade às suas ações sociais em algumas poucas áreas.

Acrescenta-se ainda que, nas áreas pacificadas, a especulação imobiliária encontra seu mais novo

parque de diversões. Intencionalmente sem qualquer política pública séria para a questão, as empreiteiras - todas, sem exceção, financiadoras das campanhas dos atuais governantes - deitam e rolam.

A moradia é, mais do que nunca, uma mercadoria valiosa, a ponto de até mesmo a CNN internacional denunciar, em 2007, a expulsão arbitrária de comunidades em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio, para a realização dos jogos olímpicos. Uma de minhas alunas chegou a classificar a reportagem da emissora norte-americana como "tendenciosa" - e, acredite, a "tendência" era pró-movimentos sociais.

A prática da remoção de comunidades é tão ultrajante que, em março de 2006, durante o Fórum Urbano Mundial ocorrido este ano no Rio de Janeiro, o ministro das Cidades Marcio Fortes declarou, na presença da imprensa internacional e da diretora executiva do ONU-Habitat Anna Tibaijuka, que o Brasil se orgulhava de ter "banido" a prática da remoção de comunidades. Uma mentira explícita, que não foi denunciada por ninguém, pois todos os jornalistas que poderiam fazê-lo estavam em um fórum paralelo, que por sua vez não possuía a mínima visibilidade internacional, apesar dos esforços de seus organizadores.

Portanto, o que o governo do Estado e alguns ministérios do Governo Federal têm feito configura um apoio bastante objetivo e compreensível, dentro da dinâmica privatista, à desigualdade social.

A questão principal é: apenas por meio da identificação dos padrões de manipulação explicitados no começo deste artigo, é possível mapear tais fenômenos. Somente por meio da democratização dos meios de comunicação e, paralelamente, do fortalecimento de meios alternativos, é possível distribuir estas informações contextualizadas.

Desta forma, as ações dos movimentos sociais precisam se basear em três princípios, que uma vez ignoradas reforçarão erros já conhecidos:

1) O apoio maciço aos meios comunitários, alternativos e populares disponíveis. É comum observar militantes, ativistas e outros cidadãos críticos da grande mídia reforçando suas posições (quando concordam), em vez de buscar se informar e valorizar os meios alternativos disponíveis, que não são poucos e que muitas vezes possuem a mesma informação. É preciso abandonar a velha mídia, uma tarefa difícil e que ainda não foi realizada e, em alguns casos, nem sequer iniciada.

2) A reivindicação, por meio de todas as instâncias disponíveis, de mecanismos de democratização da comunicação, bem como o apoio a movimentos sociais que trabalham com o foco nesta questão, como o Coletivo Intervozes.

3) O desenvolvimento de atividades extensivas e sistemáticas de formação, como as realizadas, por exemplo, pelo Núcleo Piratininga de Comunicação ou em programas populares de universidades, para que os segmentos populares passem a dominar as ferramentas e os signos da comunicação - uma realidade infelizmente distante, atualmente, da maior parte dos movimentos sociais.

O apoio que o campo da comunicação pode dar aos movimentos sociais é intenso e bastante objetivo. Produção de cartilhas informativas e websites temáticos, divulgação ampla e irrestrita entre intelectuais orgânicos dos próprios movimentos sociais, oferta de oficinas populares para a discussão dos mecanismos midiáticos contemporâneos, entre outros.

O pressuposto, no entanto, é ainda mais importante: se a comunicação não for entendida como estratégica para a ampliação simbólica e estrutural das causas em questão, todos os esforços serão em vão. Protestos e outras ações diretas passarão tão-somente pela tradicional edição da realidade instituída pela velha mídia.

Engana-se que acredita que os jogos internacionais que serão realizados no Brasil são uma "oportunidade" para mostrarmos nossos problemas locais. Conforme argumentei, sem dúvida é uma das possíveis janelas. Mas é essencial compreendermos o que está em jogo é a mobilização em torno do agir comunicativo - ou seja, a percepção de que a própria percepção das pessoas é algo que está em jogo, e não o valor vazio da "verdade única".

Disputar a hegemonia da sociedade é disputar a percepção das pessoas, entendendo que o discurso dominante - e a adesão automática da população a este discurso - só pode ser modificado se vencermos a batalha da comunicação ora em curso.

Comunicação popular por seus autores

Arte, cultura, educação e comunicação para um ambiente sustentável

Por Juçara Zottis

É um combinado de ações que favorecem a formação integral das pessoas. Os projetos da Associação Cantareira, fundada em fevereiro de 1996, articulam nos bairros da região Brasilândia comunicação, educação, arte, cultura e ecologia. O projeto da rádio comunitária foi quem deu origem à organização da entidade e desencadeou a implantação dos demais projetos. O Jornal Cantareira é o segundo projeto que teve sua primeira edição publicada em dezembro de 1996, já está em sua 118º edição.

Em 1997, diante dos clamores das comunidades teve inicio o projeto de educação popular para alfabetizar jovens e adultos e oferecer formação permanente às educadoras (os) e lideranças.

Em 1998, aconteceu o primeiro curso de capacitação profissional de jovens da Brasilândia em parceria com AAPCS (Associação Apoio ao Programa de Capacitação Solidária). O curso aconteceu por mais três anos, que atingiu 180 jovens de 14 à 19 anos.

Novo milênio, novas parceiras

Entre 2002 e 2206 foram desenvolvidos projetos em parceria com diversas instituições como a Cáritas Brasilândia, Instituto Sou da Paz, Rede Rua de Comunicação, Oboré, Faculdade de Saúde Pública e Departamento de Jornalismo da PUC, Instituto Vereda, Ação Educativa, AEC (Associação das Escolas Católicas), Instituto Meryknoll entre outros. Em 2006 aconteceu o projeto de Formação de jovens Urbanos em parceria com CENPEC (Centro de Estudos Pesquisa em Educação e Cultura e Ação Comunitária). Ainda em 2006, aconteceu a primeira parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, por meio do Programa Fábricas de Cultura.

Em dezembro de 2006, também foi encaminhado ao Ministério das Comunicações o processo para regularização da Rádio Comunitária.

Em dezembro de 2009, foram aprovados dois projetos importantes nas áreas de comunicação, cultura e meio ambiente que foi a liberação da licença de funcionamento da Rádio Comunitária em 17 de dezembro e a seleção do 1º Ponto de Cultura da Brasilândia. Também em fase de analise final pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente o projeto de Comunicadores e Educação Ambiental que será desenvolvido em quatro bairros do Distrito da Brasilândia em 2010.

Em 2010. Em fase final, o Projeto Agentes Comunicadores em Direitos Humanos pela Secretaria Especial de Direitos Humanos que visa capacitar 300 lideranças da Brasilandia em três eixos: Comunicação e Direitos Humanos, Ecologia e Direitos Humanos e os direitos das Mulheres.

Cultura popular

O Ponto de Cultura é a ação prioritária do Programa Cultura Viva e articula iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil. As entidades que firmam convênio com o MinC (Ministério da Cultura), por meio de editais públicos, tornam-se Pontos de Cultura e ficam responsáveis por articular e impulsionar as ações que já existem nas comunidades.

Foi neste espírito de articular e fortalecer as ações culturais dos bairros da Brasilândia que a Associação Cantareira participou do edital em 2009 e foi selecionada para desenvolver o Ponto de Cultura Brasilândia. O ponto tem como foco a capacitação de jovens e lideranças na apropriação das linguagens das mídias digitais como blog, site, rádio-web, também terá uma rádio-web no ar, mapear, articular e proporcionar espaços nas mídias da entidade e outras a divulgação das iniciativas culturais da região. Fazer parte da Teia Paulista e Nacional dos pontos de cultura.

Atualmente acontece a capacitação da equipe de comunicadores populares da Rádio Comunitária que entrará no ar em maio, a construção do site institucional e do blog do Ponto de Cultura Brasilândia.

Reserva de vagas para os cursos do ponto de Cultura: telefone 3921 7586 ou pelo e-mail pontoculturabrasilandia@gmail.com

Cantareira na grande São Paulo

Em janeiro de 2010 a Associação Cantareira iniciou na prefeitura de Embu das Artes, município da grande São Paulo, o curso comunicação comunitária para os jovens do programa Projovem trabalhador. Um programa de qualificação profissional da prefeitura em parceria com o ministério do trabalho. A entidade participou da licitação em outubro de 2009 e foi habilitada para fazer esta qualificação.

Uma equipe da Associação Cantareira, formada por jornalistas, atuam como educadores na capacitação das linguagens para as mídias digitais. Que requer conhecimentos teóricos e práticos como leitura critica da comunicação, redação jornalística, rádio comunitária e web radio, comunicação digital, blog, comunicação imagética.

A Associação Cantareira fundada em 6 de fevereiro de 1996, com a missão de desenvolver ações e projetos nas áreas de comunicação alternativa popular e comunitária, de cultura, de educação popular e ambiental e apoio aos movimentos sociais. Os projetos têm como foco lideranças das comunidades e movimentos sociais, juventude e mulheres.

Para atingir seus objetivos a Associação mantém projetos como rádio e jornal comunitários, educação popular (alfabetização de jovens e adultos) e cursos de comunicação, educação ambiental e capacitação de jovens. Ainda, participação e apoio aos movimentos sociais que lutam por políticas públicas a fim de melhorar a qualidade de vida da população.

Rádio Cantareira

O projeto da Rádio Comunitária motivou a criação da instituição jurídica para garantir a manutenção desse e dos demais projetos. Assim em fevereiro de 1996 ocorreu a 1ª assembléia geral que instituiu formalmente a entidade Associação Cantareira.

Em setembro de 1995 lideranças das comunidades e movimentos sociais da Brasilândia colocaram no ar a 1ª emissora comunitária, Rádio Cantareira FM. Foi nessa época que surgiram em todo o país uma explosão de rádios, algumas comunitárias outras nem tanto. Esse momento foi marcado pelo surgimento de muitos movimentos em luta pela democratização da comunicação.

A luta pela regulamentação das rádios comunitárias foi incansável, o processo foi longo, penoso e difícil.

Em 1998 os movimentos sociais conquistaram a aprovação da lei 9.612 que regulamenta o serviço de radiodifusão comunitária. Em agosto do mesmo ano a Associação Cantareira formalizou o pedido de licença junto ao Ministério das Comunicações. Em praticamente todo o Brasil o Ministério concedeu outorga para o funcionamento das rádios comunitárias, mas em São Paulo por conta da pressão das grandes emissoras somente agora é que as rádios co-meçam a ser e liberadas. Foram 11 anos de luta, persistência e resistência. A Rádio Cantareira enfim conquista a autorização para voltar ao ar. A perspectiva da equipe é iniciar os trabalhos em janeiro de 2010 com a emissora no ar.

Jornal Cantareira

A equipe de comunicação da Associação percebeu em conversas com lideranças da região que as comunidades, os movimentos e entidades sociais necessitavam de um meio de comunicação impresso para garantir voz e vez pa-ra suas ações e suas lutas, uma vez que nos meios presentes na região não tinham espaço.

A equipe então chegou à conclusão que além da rádio comunitária deveria lançar um jornal impresso e distribuído gratuitamente nas comunidades, escolas, associações, ONGs, Igrejas. Em dezembro de 1996 nasceu o Jornal Cantareira. A aceitação foi muito positiva e motivou a equipe produzir a edição nº 1, 2, 3... E assim depois de 11 anos chega em suas mãos a edição 118.

O Jornal chega à edição 118 graças ao apoio de instituições que acreditam na comunicação comunitária. O jornal é uma alternativa de comunicação na região. É uma mídia que potencializa os projetos sociais, valoriza a cultura local e denuncia o abandono a que é submetida a região. Ele faz o contra ponto com a mídia que insiste em criminalizar a periferia e especialmente os movimentos sociais.

Educação Popular

A Campanha da Fraternidade de 1998 que tratou do tema da educação desafiou as comunidades pensarem em ações concretas em resposta ao alto índice de analfabetismo na região. A proposta foi organizar salas de alfabetização de Jovens e Adultos. O trabalho ganhou força e no final de 1999 eram 15 salas de aula funcionando com apoio da Associação.

Educadores trabalharam mais de 4 anos voluntariamente. As despesas de manutenção das salas eram supridas com meio de rifas, eventos e doações dos educandos. Em 2002, o projeto conquista o 1º convênio com a Secretaria Municipal da Educação que garantiu uma ajuda de custo para os educadores e uma contribuição para as despesas de luz e água.

A perspectiva para 2010 é ampliar o número de salas, fortalecer as que já existem, iniciando uma nova fase no processo de alfabetização, apropriando-se das tecnologias digitais. A equipe de Educação Popular está trabalhando para tornar realidade o sonho de implantar o projeto de Alfabetização Digital na região.

Capacitação de jovens

Os projetos de capacitação de jovens da Brasilândia desenvolvidos pela Cantareira tiveram início em 1998, quando a entidade conquistou o 1º concurso da AAPCS (Associação Apoio ao Programa de

Capacitação Solidária). Durante 8 meses, 45 jovens de 14 à 19 participaram de um processo de formação para educadores ambiental. Mais 3 concursos nos anos seguintes foram desenvolvidos.

Em 2003 e 2004 a pareceria foi com o Instituto Sou da Paz e o Ministério da Justiça, foram realizadas diversas ações com o objetivo de combater a violência juvenil. Em 2006, uma parceria com o CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), o projeto Jovem Urbanos de formação com 35 jovens com duração de um ano. Também em 2006 foi firmada a primeira parceria com a Secretaria Estadual da Cultura para desenvolver Oficinas de Teatro e Graffit. De 2007 a 2009, cerca de 100 jovens participaram do processo de formação que culminou na montagem de dois grandes espetáculos. Em 2008 o projeto Pedrinho Brasilândia e em 2009 o espetáculo Vila Lobos.

Em 2010, a Cantareira conquistou novo desafio. Venceu a licitação para fazer capacitação de jovens do programa do Projovem Trabalhador da Prefeitura de Embu das Artes, grande São Paulo. Foram duas turmas de 35 jovens, durante quatro meses, a formação será na área da comunicação alternativa popular e comunitária.

Formação

Uma das marcas das equipes da Cantareira é a formação para as pessoas que participam dos projetos. Na área de comunicação são realizados todos os anos o curso básico de comunicação com enfoque para a linguagem do rádio. Também são desenvolvidos cursos de comunicação para lideranças dos movimentos sociais, comunidades eclesiais, estudante e lideranças em geral.

Apoio e compromisso social

A Associação participa das lutas sociais pela democratização da comunicação, por uma educação pública de qualidade, na defesa do meio ambiente, entre outras. Por conta desse envolvimento, marca presença em conselhos, fóruns e nas conferências que debatem e elaboram propostas de políticas públicas e, sobretudo, participa das mobilizações e manifestações.

A Entidade mantém parceiras com instituições que atuam na área da formação de lideranças e da comunicação alternativa, como a Ação Educativa, AEC (Associação da s escolas Católicas), Centro Pastoral Santa Fé e CESEP (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular). A Associação Cantareira foi fundada em 6 de fevereiro de 1996, com a missão de desenvolver ações e projetos nas áreas de comunicação alternativa popular e comunitária, de cultura, de educação popular e ambiental e apoio aos movimentos sociais. Os projetos têm como foco lideranças das comunidades e movimentos sociais, juventude e mulheres.

Para atingir seus objetivos a Associação mantém projetos como rádio e jornal comunitários, educação popular (alfabetização de jovens e adultos) e cursos de comunicação, educação ambiental e capacitação de jovens. Ainda, participação e apoio aos movimentos sociais que lutam por políticas públicas a fim de melhorar a qualidade de vida da população.

Comunicação sindical: desafios atuais

A Rede Brasil Atual

Por Paulo Donizette

A Revista do Brasil foi criada em maio de 2006, com a participação de 19 entidades sindicais. Surgiu com dois objetivos básicos: proporcionar informação para quem não tem acesso a publicações impressas; e oferecer um conteúdo diferenciado para quem tem acesso, mas não está satisfeito com o que encontra nas outras publicações.

A distribuição é feita por intermédio de 60 entidades sindicais hoje parceiras do projeto e vinculadas a diversas categorias profissionais - como indústria (setores de metalurgia, químicos, de alimentação etc.), bancos, comércio, serviços, saúde, educação, entre outras. Para tentar atender interessados na publicação que não as recebem por meio de seus sindicatos, a revista criou recentemente um serviço de assinatura.

O projeto editorial é orientado por um jornalismo com foco mais humanista nos temas da política, economia, mundo do trabalho, ambientais, consumo, cultura e artes. Que valoriza a solidariedade, a participação social e as atitudes afirmativas. Com textos inteligentes, projeto gráfico elegante e leitura prazerosa.

A tiragem mensal é de aproximadamente 250.000 exemplares distribuídos da seguinte forma: 40% entrega domiciliar, via Correios, diretamente para a lista de associados de parte das entidades; 55% porta a porta, nas áreas e empresas abrangidas pelas entidades; o restante, uma pequena parte vai para bancas e assinantes comerciais e outra parte vai para um mailing de entidades e organizações da sociedade civil, órgãos públicos, bibliotecas e outros interessados que não podem adquirir a publicação comercialmente.

A revista, por ser mensal, procura regularmente trabalhar com reportagens mais perenes, que não "envelhecem" ao sabor da dinâmica dos acontecimentos. A proximidade do período eleitoral, por exemplo, não causou grandes mudanças na linha editorial, que costuma privilegiar projetos de política públicas que contribuam com a democracia e a defesa da cidadania, e dar voz também a entidades, movimentos sociais, iniciativas coletivas e até mesmo personagens anônimos que deem vazão a essa política editorial, assumidamente de esquerda - que expõe com transparência sua defesa de um Estado presente na organização da economia e na formulação de políticas públicas voltadas a combater as desigualdades sociais, e que por assim ser também publica conteúdo crítico ao governo quando se faz pertinente, mas numa conduta crítica civilizada e construtiva, não hostil.

A Rede Brasil Atual

O portal Rede Brasil Atual está na internet desde maio de 2009. Reúne os princípios editoriais que norteiam a produção da Revista do Brasil e do projeto de rádio Jornal Brasil Atual.

O portal traz um serviço noticioso dinâmico, interativo, com atualizações diárias. É um espaço multiplicador de conteúdo diferenciado do encontrado na mídia comercial convencional.

A RBA conta hoje com uma equipe que assegura uma boa relação quantidade/qualidade de conteúdo diário, e por esse dinamismo acaba tendo um perfil mais concentrado na temática política/economia/mundo do trabalho. As pautas com foco em outras áreas - cultura, esportes, educação/ciência, saúde etc. - estão também presentes, embora não na mesma proporção que na revista mensal.

O portal permite a integração com as redes sociais e a formação de uma espécie de pool de multiplicadores de informação de esquerda junto com os blogs que se tornaram referência na batalha pelo rompimento do cerco da grande mídia tradicional, hoje comumente chamada de "velha mídia" por esse coletivo, que depois de algum tempo se entendendo tacitamente acabou tomando a iniciativa de se organizar com a criação do Centro de Mídia Alternativa Barão de Itararé.

O rádio - O Jornal dos Trabalhadores foi um projeto de rádio iniciado originariamente a partir da CUT-SP, que dava sustentação a um programa de uma hora diária em uma emissora de ondas médias (AM). Com a incorporação do programa de rádio ao leque da Editora Atitude, criada para responder pela Revista do Brasil e à Rede Brasil Atual, o programa passou a ser chamado Jornal Brasil Atual, é veiculado em uma emissora em FM e tem um perfil editorial semelhante ao da Rede, observada a linguagem do veículo.

Análise do projeto

Enfim, alguns caminhos para enfrentar os bloqueios da mídia já estão sendo tomados por um setor do movimento sindical. Timidamente, se levarmos em conta que o movimento já poderia estar muito

mais adiantado em direção a uma concentração de esforços para otimização de resultados cujas abrangências extrapolem os assuntos e locais estritamente ligados à ação trabalhista.

O movimento sindical poderia adotar o mesmo conceito de uma TV pública decente - ética, pluralidade, prestação de serviço, promoção da cidadania, dos valores da solidariedade, valorização da cultura, proporcionar lazer e diversão, esporte etc. - sempre na direção da formação de uma inteligência cidadã crítica.

Poderia criar um sistema de comunicação com perfil de rede pública (porque de fato o é, um sistema de comunicação sustentado pelos trabalhadores), e fazer da comunicação um dos expoentes do conceito de sindicato cidadão. Isso está acontecendo modestamente com a Revista do Brasil, o Jornal Brasil Atual, a Rede Brasil Atual e, agora, com a TVT.

Digo "modestamente" porque o nível de engajamento do movimento sindical nesses projetos é relativamente pequeno, se comparado com seu grande potencial. Pelo menos no que se refere à proporção da presença das entidades sindicais no projeto: cerca de 60, num universo de milhares.

Jornal O Metalúrgico em Família: um desafio para ampliar a inserção do Sindicato na disputa ideológica do neoliberalismo

Por Claudia Costa

Jornal produzido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP) tem editorias dirigidas as famílias dos trabalhadores (as), com linguagem simples e clara. A década de 90, no final do século XX, nos impôs intenso desafio. De repente, novos conceitos surgiram em nossas vidas. Novas formas de trabalho, de gerenciamento nas empresas. Os discursos de modernidade, os benefícios das privatizações e da economia de mercado; os "direitos arcaicos dos trabalhadores precisavam ser revistos". Os discursos predominavam em favor do neoliberalismo. Tudo acompanhado de inovações tecnológicas na área da informação. A mídia, de uma maneira geral, foi uma poderosa propagadora dessa política.

Aquela ideologia veio pintada como as sete maravilhas do mundo. No Brasil, assistimos ao empresariado nacional e internacional, governos e até direções sindicais embarcando nesse projeto como se fosse o único caminho existente.

O discurso das empresas era quase uníssono. Na década de 1990 começaram a utilizar a comunicação interna para ganhar ideologicamente os trabalhadores para as transformações que vinham ocorrendo no mundo do trabalho: terceirizações em troca da "manutenção de empregos", times de trabalho, os "5s", banco de horas em troca das horas extras, pró-atividade etc.

O neoliberalismo aparecia como sistema avançado do capitalismo e processo natural da integração mundial, por meio da globalização econômica, política e cultural. "Abaixo as diferenças, o mundo é o da lei do mercado", diziam seus propagadores.

Por que a disputa ideológica com a burguesia e o poder vigente se tornavam mais complicados naquele período? Com a derrocada dos regimes nos países do Leste Europeu, o capitalismo inicia uma ofensiva em escala mundial da supremacia da ideologia burguesa-imperialista. Governos e grandes empresas transnacionais reforçavam o discurso da necessidade de redução do peso do Estado na sociedade.

Em 1989, o artigo "O fim da história", do norte-americano Francis Fukuyama, afirmava que a história teria chegado ao fim, porque todos os países se aglutinariam ao redor de um único sistema político, econômico e democrático - mas conforme indicava em seu texto, esse sistema nada mais era do que o neoliberal.

Com o intuito de reforçar a supremacia neoliberal em todo o mundo, as teorias de Fukuyama viram a "bíblia" dos neoliberais a partir do lançamento de seu livro O fim da história e seu último homem, no Brasil, em 1992.

Se relembrarmos esse período, final dos anos 80 e início de 90, nos vêm à memória os discursos de Fernando Collor, candidato e presidente eleito da República, recebidos com entusiasmo pela mídia.

A TV Globo manifestou seu apoio a Collor ainda na época das eleições. O ápice foi a manipulação do debate final de campanha dos candidatos à presidência e sua edição nos telejornais da emissora, principalmente no Jornal Nacional, de maior audiência.

A Veja foi a inventora da expressão "Caçador de Marajás", estampada em suas capas. Isso em um país cuja população já estava cansada da corrupção e dos "marajás" da política.

Otávio Frias Filho, da Folha de S. Paulo, elaborara uma opinião sobre Collor de que o novo presidente não era um produto da mídia, e sim um político excepcional.

A mídia defendeu o neoliberalismo e transformou-se em seu porta-voz. Por isso, os trabalhadores devem estar sempre atentos ao poder mídia. Não podem se iludir com os discursos de "verdade, imparcialidade, objetividade", conceitos que compunham o jornalismo clássico.

É a velha história. Uma mentira reafirmada cem vezes torna-se uma verdade. Ignácio Ramonet, do Le Monde Diplomatique, detalha que se a imprensa, rádio ou TV afirmam algo como verdade, mesmo que seja falso, se tornará uma verdade. Isto porque o receptor não tem a experiência concreta do acontecimento e seus critérios para avaliação dependem da comparação entre os diversos meios de comunicação. Se eles afirmarem a mesma coisa, o receptor ficará sem condições de fazer essa avaliação. (Em A Tirania da comunicação)

E foi dessa maneira que os principais preceitos neoliberais vendidos pela mídia adentraram nossas casas, locais de trabalho e de lazer, como uma política necessária para que o Brasil entrasse na era da "modernidade". Afinal, em tom messiânico e caráter moralizador, Collor vinculava seu programa à modernidade. Com isso, conquistou parcela importante das elites brasileiras - políticas, empresariais e intelectuais.

No programa político estava a cartilha ditada pelo Consenso de Washington, aquele conjunto de regras fundamentais para a implantação do projeto neoliberal em âmbito mundial e, em particular, na América Latina, foco de interesse norte-americano.

Não é à toa que foi formulado, em 1989, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Foram regras que se tornaram a política oficial do FMI em 1990. Para quem não se lembra, entre as regras estavam disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, abertura comercial, investimento estrangeiro direto sem restrições, privatização das estatais e desregulamentação ou flexibilização das leis trabalhistas.

Conquistada por esse projeto, a mídia contribuiu efetivamente para implantarem-se no Brasil a desregulamentação da economia, a abertura comercial e as privatizações - que provocaram demissões em massa de norte a sul do país e a entrada de capital estrangeiro em segmentos importantes da economia como siderurgia, energia e telecomunicações.

No mundo do trabalho, a implantação do neoliberalismo se dava por meio da desregulamentação das leis trabalhistas e precarização do trabalho, entre elas, as terceirizações, contratos temporários e a flexibilização da jornada de trabalho por meio da implantação do banco de horas.

As novas tecnologias implantadas nas fábricas não proporcionam melhor qualidade de vida aos trabalhadores. Ao contrário, promovem o crescimento do desemprego e a imposição da desregulamentação do trabalho, apoiadas no discurso neoliberal. Contudo, as empresas "jogaram pesado" no discurso de que aquelas mudanças eram fundamentais para sua sobrevivência e entrada na "modernidade".

Essa nova realidade chega de maneira avassaladora no movimento sindical. Novos conceitos, pesquisas e debates políticos são o centro de atenção das organizações sindicais, até que comecem a cerrar suas opiniões sobre o assunto.

O processo de implantação do neoliberalismo no mundo do trabalho, por meio da reestruturação produtiva e dos novos avanços tecnológicos se tornou centro de debate no movimento sindical. Os sindicatos realizaram verdadeiras jornadas em defesa ou contra o banco de horas, por exemplo. Na categoria metalúrgica, no Estado de São Paulo, dois polos entraram a fundo neste debate. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o bloco de esquerda, integrado pelos sindicatos de São José dos Campos, Campinas e Limeira. Organizaram palestras, seminários, publicaram suas posições em dezenas de jornais, boletins, cartilhas, cartazes, adesivos, apoiavam-se em artigos de especialistas para dar sustentação as suas argumentações. Novamente a comunicação sindical foi um suporte fundamental para o debate.

Como o movimento sindical respondeu a essa nova realidade? Esse foi um período complicado. A diretoria eleita em 1997, no Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP) estava preocupada com essa nova realidade. Uma das preocupações era ultrapassar o universo da fábrica. Já que as empresas, pelo menos as maiores, como General Motors e Embraer, iniciavam uma política ofensiva para disputar a consciência do trabalhador e a mídia burguesa tinha um discurso defesa do neoliberalismo, era preciso ocupar espaços com um discurso que fizesse contraponto a essa política.

Os desafios postos à comunicação sindical naquele momento não foram poucos. Se, no final da década de 1970, essa imprensa contribuiu na reorganização da classe trabalhadora brasileira; na década de 80 iria ser porta-voz de centenas de greves dos trabalhadores brasileiros por meio de milhares de jornais e boletins sindicais espalhados pelo país; a década de 90 apontou um novo desafio. Diversas categorias já tinham jornais estruturados, com periodicidade, materiais inúmeros, mas iriam se deparar com o neoliberalismo e um novo discurso, além do avanço de novas tecnologias, como a internet e sua rapidez na informação, o que lhes obrigaria a transitar em um novo universo.

Nos anos 1990 e depois 2000 tivemos muitas inovações tecnológicas na área da informação. Em primeiro lugar, a internet permitindo acesso a um maior número de informações. No início da década de 1990, nossos diagramadores saíam do past up para o Page Maker, e com o tempo ganhamos materiais mais bonitos, com mais recursos gráficos e mais ágeis. Também vieram os programas de rádio, os vídeos com a produção de clips sindicais - uma linguagem ótima para eventos com grande número de pessoas.

O Metalúrgico em Família - Em São José dos Campos, um dos projetos que surgiu foi a produção de um jornal que não fosse dirigido somente para

os metalúrgicos, mas um jornal que entrasse em sua casa e dialogasse também com sua família: esposa (o) e filhos (as). Um jornal cujos temas não fossem centralmente os problemas de dentro da fábrica, mas do cotidiano da família metalúrgica; temas que eles se identificassem. As editorias eram variadas: cultura, lazer, jovens, mulher, esportes, cotidiano, mas atambém contavam com política nacional, internacional e assuntos relacionados ao sindicato. Não era um projeto inédito. Outros sindicatos já produziam esse tipo de material. Mas para aquela categoria era uma novidade.

A linguagem era simples, clara e direta; evitam-se ainda os jargões sindicalistas mesmo nas matérias políticas ou sobre o sindicato, cujos assuntos tinham intuito de aproximar o trabalhador e sua família da entidade.

Além da iniciativa de se aproximar da familia do trabalhador, o Sindicato também começava a procurar maior visibilidade na sociedade. Era preciso expandir o discurso contra hegemônico para o maior número de pessoas. Iniciativa combinada - O Metalúrgico em Família não era um projeto isolado; fazia parte de uma projeto maior para inserir o sindicato na vida da família do trabalhador e no cotidiano da cidade. Outros projetos começaram a ser desenvolvidos concomitantemente.

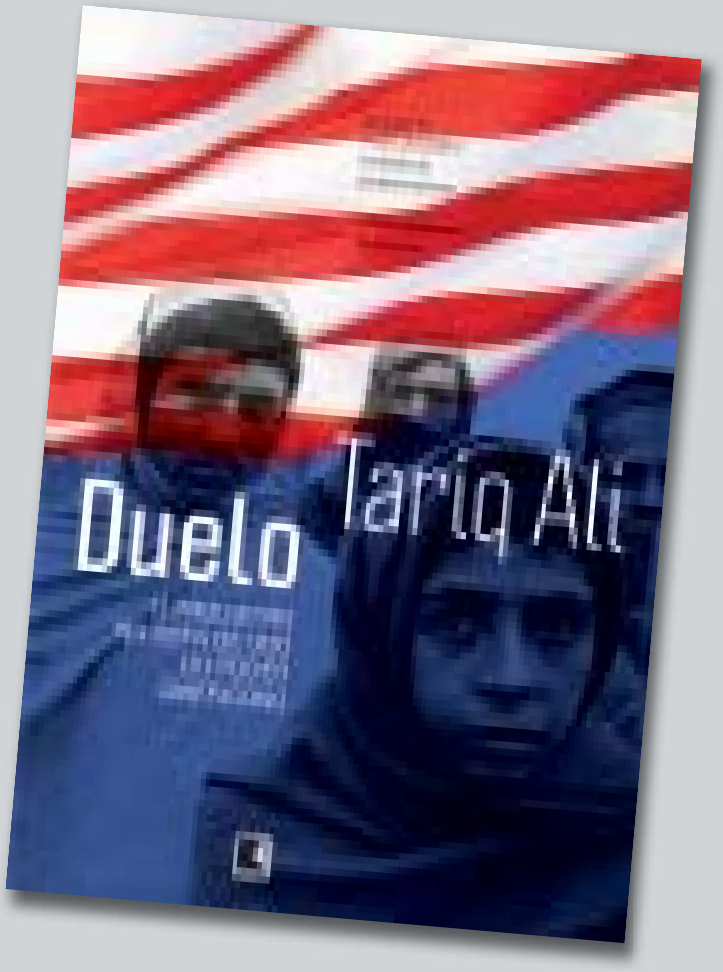
Entre eles, iniciativas culturais como apresentação de grupos de teatro com perfil alternativo; uma exposição de fotos de Sebastião Salgado no salão do sindicato que levou a excursão de diversas escolas ao evento, quando depois da visita apresenta-se a entidade para os alunos e professores; uma palestra com Lobão lotou o salão da entidade de jovens.

Na época houve uma política de inventivo as subsedes com atividades diversificadas. O objetivo era atrair o trabalhador para o sindicato. Também foram realizados eventos esportivos, folclóricos e um grande festival dominical para a família.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos foi um dos que travou embate político e ideológico contra o neoliberalismo. Sem esse conjunto de ações, cujo projeto ordenador inicial se desenvolveu por meio do jornal O metalúrgico em Família, isto não teria sido possível.

Atualmente, o grande desafio é como abarcar as novas ferramentas de comunicação, apoiadas nas redes sociais, por exemplo, para realizar uma comunicação efetiva com a juventude que entra nas fábricas com um perfil totalmente diferenciado da geração anterior.

Aliás, esse é assunto que esperamos debater no 16º Curso de Comunicação do NPC (Núcleo Piratininga de Comunicação).



O DUELO,
de Tariq Ali

Descreve o longo duelo entre uma elite político-militar muito próxima dos Estados Unidos e os habitantes do Paquistão. Segundo o autor, a relação com Washington, sempre controversa no país, agora ameaça o exército do Paquistão. Comentaristas políticos nos Estados Unidos, junto a seus pares no Paquistão, sugerem que uma revolução islâmica está sendo incubada no país. A única função de tal afirmação é convidar os Estados Unidos a uma ocupação parcial e fazer da tomada de controle jihad uma profecia realista.

Tariq Ali é formado pela Universidade de Oxford, é um dos editores da New Left Review e autor de obras sobre história mundial e política, romances e roteiros para teatro e cinema. Publicou pela Record Confrontos de fundamentalismos, Bush na Babilônia, Medo de espelhos, Redenção, Sombras da romãzeira, O livro de Saladino, Mulher de pedra, Um sultão em Palermo e Piratas do Caribe. (Editora Record)

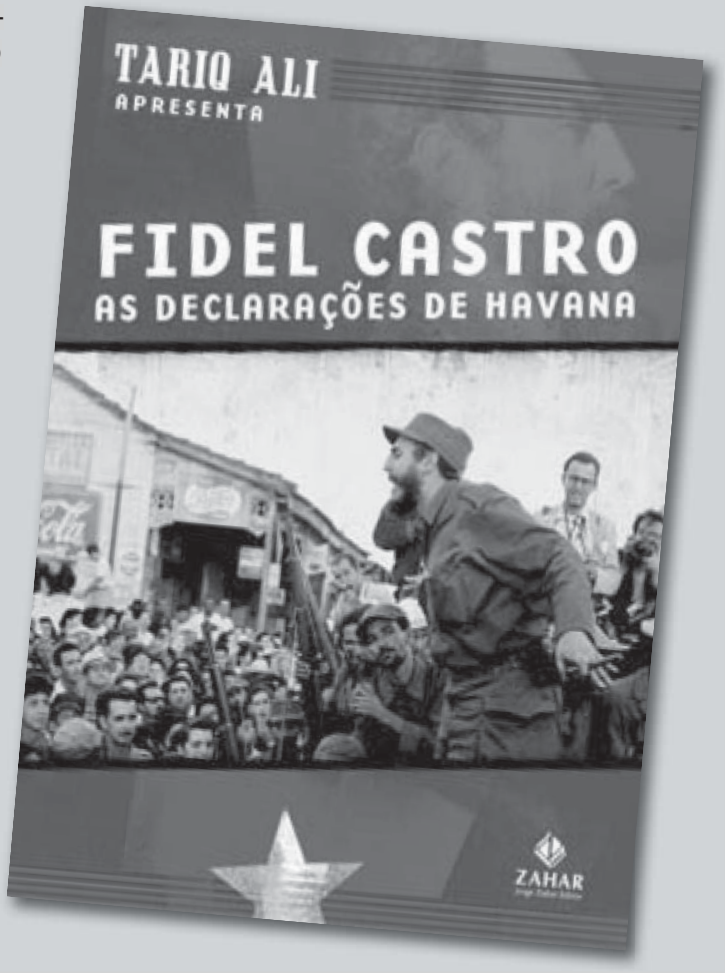
As Declarações de Havana, *de Fidel Castro apresentação: Tariq Ali*

Quando os 82 homens liderados por Fidel Castro desembarcaram em Cuba e instalaram-se em Sierra Maestra, o governo corrupto de Fulgencio Batista julgou que aquilo seria um aborrecimento passageiro. De aldeia em aldeia, contudo, a revolta tomou conta da ilha, e em janeiro de 1959 o ditador fugia expulso pelos guerrilheiros que tanto menosprezara.

Fidel foi aclamado primeiro-ministro do governo revolucionário, adotando uma série de medidas para o desenvolvimento do país. Mais tarde, como presidente, seria alvo de uma ferrenha campanha de isolamento promovida pelos EUA, com a finalidade de impedir que o exemplo cubano se alastrasse pela América Latina.

Segundo o filósofo e sociólogo paquistanês Tariq Ali, a paulatina radicalização do líder da Revolução seria resultado da impiedosa reação norte-americana aos legítimos anseios de independência do povo cubano. A trajetória política de Fidel teria assim três marcos representados por discursos pronunciados em ocasiões diferentes: "A história me absolverá" (1953), libe-lo contra a ditadura de Batista e a ilegalidade do Judiciário em Cuba; a "Primeira Declaração de Havana" (1959), proclamação de independência em relação aos EUA; e a "Segunda Declaração de Havana" (1961), manifesto conclamando à libertação do continente latinoamericano.

A série Revoluções apresenta textos clássicos escritos por figuras-chave que estiveram no centro dos acontecimentos durante um período de insurreição. Cada livro é introduzido por um importante escritor radical contemporâneo, que mostra como essas palavras incendiárias ainda têm o poder de inspirar, provocar e talvez de incendiar novas revoluções.



Realização
Núcleo Piratininga de Comunicação - NPC